

**PROGRAMA PSOL
VOLTA REDONDA
2020**

Índice

INTRODUÇÃO.....	3
POR UMA VOLTA REDONDA QUE TENHA UMA PREFEITURA QUE GARANTA DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE MARCADA PELA DESIGUALDADE.....	3
MULHERES	10
NEGRITUDE	19
DIVERSIDADE SEXUAL	25
JUVENTUDE.....	30
ACESSIBILIDADE.....	38
IDOSOS	43
SAÚDE	45
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	60
EDUCAÇÃO.....	71
MOBILIDADE URBANA	80
ORÇAMENTO PÚBLICO	88
EMPREGO E RENDA	90
MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA	93
HABITAÇÃO.....	100
CULTURA	108
ESPORTE E LAZER.....	111
SEGURANÇA CIDADÃ.....	114
DIREITOS DOS ANIMAIS.....	120

INTRODUÇÃO

POR UMA VOLTA REDONDA QUE TENHA UMA PREFEITURA QUE GARANTA DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE MARCADA PELA DESIGUALDADE

1) Se hoje podemos falar que existem cidadãos portadores de direitos, é porque muita luta foi feita para se alcançar esse estágio. Foram as resistências e lutas de classes sociais subalternas e dominadas contra as formas de exploração e opressão, ao longo de centenas de anos, que permitiram que hoje falássemos em igualdade de direitos. Somaram-se a esses atores, no decorrer dos anos, outros sujeitos históricos que também se constituíram como segmentos oprimidos e dominados em razão de outras mediações sociais, como gênero, raça/etnia, orientação sexual, condição física ou mental, local de moradia, nacionalidade etc.

2) O que se quer dizer com isso é que os direitos foram conquistas, alçadas com sangue e suor de gerações de seres humanos que viveram e vivem sob as condições que marcam as diversas formas de *desigualdades sociais* existentes na vida em sociedade. Essas desigualdades atravessam milênios de história, e chegam ao século XXI produzindo, por um lado, uma enorme produção de riqueza que fica concentrada nas mãos de poucos, e por outro lado, no aumento da miséria, da violência, da fome, das condições indignas de trabalho, na ausência de recursos para se garantir a sobrevivência, na competição desenfreada, no individualismo cruel, na quebra de laços de solidariedade, na necropolítica, na valorização da morte ao invés da vida, no machismo, no racismo, na destruição ambiental, nos preconceitos quanto ao exercício da sexualidade, na xenofobia. As relações capitalistas estão, a olhos nus, levando a humanidade à barbárie e a sua própria autodestruição, bem como à destruição do próprio planeta.

3) Mas não apenas o capitalismo, com toda a selvageria que lhe é peculiar, produz isso. Nas últimas décadas, ao redor do mundo e no Brasil, toda a máquina do Poder Público tem sido movimentada para atender aos interesses de negócios e enriquecimento, seja pelo setor produtivo, de serviços ou financeiro. Não que isso não seja a regra. Entretanto, isso tem sido feito mediante a um ataque constante e sistemático aos direitos que foram construídos e conquistados ao longo das décadas. Todos os esforços das lutas sociais e políticas da classe trabalhadora e dos segmentos oprimidos para atenuar os efeitos das desigualdades sociais estruturantes da nossa sociedade vêm sendo destruídos pela lógica neoliberal, com uma agenda adotada no Brasil desde os anos 1990, mas também com o recrudescimento de um discurso de ódio reacionário, de cunho neofascista, que ganhou destaque no cenário nacional após o golpe de 2016 e com as eleições de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e Wilson Witzel para o estado do Rio em 2018.

4) Nós, do PSOL, temos a certeza de que a superação dessas desigualdades passa, necessariamente, por uma profunda transformação das estruturas da nossa sociedade,

onde os meios de produção da vida material deixem de ser propriedade privada para se tornar propriedade coletiva. E que isso passa necessariamente por uma intensa mudança cultural, em que os valores de igualdade, respeito e liberdade sejam de fato exercidos para além do que preconiza legislações ou narrativas ideológicas. As lutas pelos direitos foram e são um passo importante deste processo, porque, como dissemos, eles só foram forjados nas lutas contra as diversas formas de desigualdades existentes.

5) O discurso reacionário e conservador que impregnou o debate político no Brasil e no mundo se monta em uma tentativa constante de desqualificar essas conquistas, atacando com força os direitos humanos. Mas lembremos: *todo direito é humano*. Mesmo que os movimentos ambientalistas e de defesa dos animais, por exemplo, possam utilizar-se desse mesmo nome, são as referências construídas para a vida dos seres humanos no mundo que balizam suas lutas e bandeiras. Quem ataca os direitos humanos ataca a sua própria existência como ser humano que é, porque nossa vida hoje está cimentada por conquistas básicas das lutas históricas: o direito de viver, o direito de ir e vir, o direito à liberdade, o direito de comunicar-se, o direito de amar, o direito de decidir sobre o seu próprio corpo e futuro, o direito de incidir sobre os rumos da vida em sociedade, o direito de participação política, o direito de poder se defender justamente, o direito de não ser pré-julgado, o direito de ter saúde, o direito de ter acesso ao conhecimento, o direito de morar dignamente, o direito de se alimentar devidamente, o direito de se expressar pela arte, o direito de crescer com dignidade, o direito de pensar, o direito à ter a religião que quiser ou não ter religião, o direito à sobrevivência material, o direito à convivência social, o direito de constituir família, o direito de não ser explorado, o direito de morrer dignamente.

6) A Declaração Universal de Direitos Humanos, assinada pela ONU e subscrita pelo Brasil, prevê que existe uma indissociabilidade entre direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, do quais todos os seres humanos são portadores. Portanto, quando falamos de acesso a trabalho, de segurança, de saúde, de educação, de habitação e moradia digna, de esporte, de lazer, de cultura, de assistência social, de acesso à água e saneamento, de alimentação saudável, de preservação da natureza e do meio ambiente, de transporte, de acessibilidade e mobilidade urbana, e tantas outras questões, estamos falando essencialmente de direitos humanos. E que, portanto, requerem políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos oficiais para que sejam assegurados e garantidos.

7) As lutas por direitos humanos não são apenas para que eles virem legislações. Estas podem virar apenas papel, ou meramente algo virtual. Conquistar direitos significa ter a possibilidade exercê-los na vida social concreta dos indivíduos. E sem o protagonismo central do Poder Público, o que se resulta é o direito em letra morta. Ou pior: sem os mecanismos de regulação e intervenção efetiva do Estado, o que se vê é cada vez os interesses de mercado se sobreporem aos interesses de uma vida realmente digna da totalidade dos indivíduos, aprofundando todas as formas de desigualdades e as

barbarizantes consequências de uma ideologia que valoriza a competição, a meritocracia e o individualismo.

8) Essas desigualdades sociais provocadas pela estrutura econômica, política, social e ideológica da nossa sociedade acabam rebatendo diretamente em intensas disparidades e diferenças no que tange ao acesso efetivo aos direitos conquistados pelas lutas. A classe trabalhadora, espoliada da riqueza que ela mesma produz, é o principal sujeito a ser considerado no desenvolvimento dessas políticas, como uma das formas de enfrentar as desigualdades produzidas por esse sistema. Sobretudo no momento em que vivemos os ataques neoliberais e fascistas que atingem em cheio os trabalhadores.

9) Mas as desigualdades e opressões também atingem os trabalhadores e segmentos populacionais de formas diferenciadas. As formas de violência resultantes de nossa sociedade atingem de forma mais abrupta pessoas com deficiência, mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas LGBT, idosos, crianças e adolescentes. As relações de desigualdade social próprias da nossa sociedade não se sustentam sem o patriarcado tipicamente machista, o racismo e a LGBTfobia. Aqueles direitos humanos, que deveriam ser universais e exercidos plenamente por todos, não são acessados por classes, populações e segmentos sociais que historicamente são dominados e oprimidos, sujeitos a todas as formas de exploração e violência, que vão desde o não acesso à riqueza socialmente produzida até ao seu extermínio por meio de assassinatos, passando pela reprodução de preconceitos, privações, violência física e psicológica, sofrimento psíquico e segregação no espaço público e territorial das cidades, violando constantemente o acesso e exercício desses direitos.

10) Portanto, entendemos que TODAS as ações do Poder Público dizem respeito a como garantir esses direitos da forma mais universal e ampla possível, possibilitando um acesso integral, sobretudo às populações e grupos que historicamente se encontram alijados desse acesso. Direitos humanos não podem ser tratados como algo à parte, ligado a um órgão específico separado dos demais. Em nossa concepção, ele precisa ser o eixo norteador do conjunto das políticas públicas de responsabilidade do Poder Público.

11) O Brasil é um país marcado pelas heranças da escravidão, do extermínio indígena, da dominação masculina, das disparidades regionais, e pelos altos índices de violência e assassinatos contra a população LGBT – somos os que mais matam esse público. Diferente da imagem que se vende de que somos um povo feliz e festivo, o que assistimos na realidade do dia a dia é uma profunda violência, que atinge mulheres, negros, índios, imigrantes, pobres, jovens, moradores de periferia, em situação de rua, transeuntes, gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans de forma brutal.

DIREITOS HUMANOS EM VOLTA REDONDA

1) Volta Redonda é um município brasileiro, e portanto, vivencia em seu cotidiano todas essas marcas. E inclusive faz parte da história da cidade. A antiga Fazenda Santa Cecília

compôs o ciclo do café do Vale do Paraíba no século XIX, que utilizou largamente o trabalho escravo negro. A construção da CSN em nossa cidade se deu em razão de um acordo entre o governo federal e o governo dos EUA, de apoio do Brasil na II Guerra Mundial, respondendo aos interesses dos norte-americanos de construir a sua dominação no país. Muitos trabalhadores, vindo de diversas regiões do país para a construção da usina, foram abandonados à própria sorte após a conclusão das obras, sendo obrigados a se instalarem nas imediações da CSN não planejadas para ocupação urbana dos futuros funcionários da indústria, formando muitos dos bairros periféricos hoje existentes. Nossa cidade foi formada essencialmente de imigrantes, por nossos avós, bisavós e tataravós, provenientes sobretudo dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e alguns estados do Nordeste, assim como São Paulo, para ocupar a nascente indústria, assim como trabalhar pesadamente na iniciante atividade industrial.

2) Por ser uma empresa estatal a CSN era responsável pela realização de muitos dos serviços públicos que hoje são de responsabilidade da prefeitura: coleta de lixo, saúde, educação, assistência social, lazer, etc. Com a emancipação de Volta Redonda em 1954, foram sendo paulatinamente assumidos pela prefeitura, contudo as terras desapropriadas a princípio pela união, para a construção da usina, não foram repassadas ao município, por ser na época uma empresa estatal. Por isso a CSN conta com cerca de 25% da propriedade do solo da cidade até os dias atuais.

3) Sendo a cidade formada basicamente de trabalhadores, não foram pequenos os exemplos de lutas desta classe por melhores condições de vida, diante das condições precárias que a CSN sempre deixou seus trabalhadores e a população de um modo geral. Após o golpe militar de 1964, vários movimentos de resistência ocorreram em nossa cidade, tendo sendo violentamente reprimidos pelos órgãos da ditadura, conforme apurado e divulgado pelo relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda.

4) Não apenas a repressão, mas por um período durante o regime militar nossa cidade foi impedida de eleger os seus prefeitos, por ser considerada área de segurança nacional, impedindo a participação política de seus cidadãos – e lembremos, a participação política é um dos direitos humanos fundamentais. Volta Redonda viveu anos sob intervenção de um governo autoritário, relegando seus cidadãos a mera obediência às ordens que vinham do governo federal.

5) Mas foi também em nossa cidade que vimos o renascimento do movimento operário, depois de anos de perseguições e torturas provenientes do regime militar. Acompanhando as lutas dos trabalhadores em todo o país a partir do final dos anos 1970, os trabalhadores da CSN e das demais indústrias existentes na cidade e nas imediações cansaram de tanta exploração e autoritarismo, e iniciaram um processo de politização da nossa cidade que transformou Volta Redonda, não apenas em um pólo econômico importante, mas em uma referência nacional de mobilização de sua população nas lutas por seus direitos. Junto com o movimento operário, nossa cidade se mobilizou em torno das bandeiras da reforma sanitária, da educação pública (com protagonismo do SEPE), da reforma psiquiátrica, dos

direitos da população negra, das lutas das mulheres, de meninos e meninas em situação de rua, de valorização da cultura popular local, das comunidades periféricas e das ocupações por moradia digna diante da intensa concentração de propriedades de terra em nossa cidade, o movimento estudantil, e mais recentemente, da população LGBT. Nossa cidade sempre foi um local de efervescentes debates e lutas por direitos.

6) Só entendendo esse processo que conseguimos compreender o fato de Volta Redonda possuir uma máquina pública maior do que, por exemplo, a média dos demais municípios da região Sul Fluminense. Isso não se deu apenas para cumprir os pactos e legislações estabelecidas, ou em razão de um maior potencial orçamentário, mas sobretudo, porque foram conquistas das lutas dos trabalhadores e da nossa população. Sem lutas e reivindicações não há direitos reconhecidos ou efetivados.

7) E neste aspecto, a entrada nos anos 1990 foi uma virada negativa em nossa cidade. O que assistimos a partir de 1993 foi uma constante tentativa de esvaziamento do papel político dos movimentos em nossa cidade, utilizando-se de práticas clientelistas e de apadrinhamento para cooptar lideranças e pautas importantes para o interior da máquina administrativa da Prefeitura. Os movimentos deixaram de estar nas ruas, nas comunidades, organizando coletivamente a população para serem cooptados pelos governos locais, com a promessa de que apenas com cargos na gestão pública seria possível implementar os direitos almejados.

8) A história nos mostrou que não. O processo de privatização da CSN produziu marcas traumáticas na cidade: aumento dos índices do desemprego, fim de programas sociais realizados pela usina, falência do pequeno comércio, arrochos salariais, redução do movimento cultural da cidade, desesperança para as gerações de jovens, aumento significativo dos índices de violência, crescimento do comércio ilegal de drogas e armas, incursões autoritárias em comunidades periféricas, aumento nos índices de transtornos mentais e até mesmo doenças respiratórias e 25% das terras da indústria que eram públicas se tornam privadas. A fragilização dos vínculos com a cidade se transformaram em uma fragilização dos serviços, onde a contratação de trabalhadores se dava por indicações clientelistas, voltadas para segmentos populacionais que tinham mais potencial de votos, e não atendendo às reais demandas da população volta-redondense, especialmente aquela que historicamente e ainda hoje se encontra alijada do acesso efetivo aos direitos humanos.

9) Chegamos ao ano de 2020 em nossa cidade com a realidade de que o discurso neoliberal, de que basta uma gestão administrativa eficiente para que todos os problemas se resolvam, não funciona. As promessas do então candidato Samuca, em 2016, não se realizaram. E nós, do PSOL, desde àquela época, já apontávamos isso. A gestão administrativa é meio para se alcançar um fim. E as finalidades das propostas de Samuca nunca estiveram alinhadas com a perspectiva de garantia de direitos humanos – mas como o próprio já declarou diversas vezes, de estimular e beneficiar empresários. Não à

toa, sua gestão é considerada catastrófica, porque ele vendeu um discurso que, mesmo que tenha apelo popular, não se realiza na prática.

10) Volta Redonda hoje convive com milícias, devido a ausência de serviços básicos a comunidades que são supridos por essas organizações criminosas; os índices de desemprego estão altíssimos; os serviços sociais públicos, como saúde e assistência social, não conseguem atender devidamente às reais demandas da população; as formas de privatização da gestão aumentaram, o que reduz drasticamente a capacidade de participação e soberania popular na condução da política; não se faz o enfrentamento necessário àqueles que continuam a explorar os recursos materiais e humanos da nossa cidade, beneficiando ainda mais aqueles que são mais ricos. O discurso da eficiência administrativa serviu e serve como uma cortina de fumaça para esconder os reais interesses em jogo: os pactos com governos golpistas e fascistas que assolaram nosso estado e nosso país nos últimos anos, e reproduzir o que as dinastias de poder na nossa cidade fizeram nas últimas duas décadas: a desqualificação e desorganização dos serviços que devem, por natureza e por luta, garantir os direitos humanos de nossa população.

11) Precisamos dar um basta a essas enganações que nossa população vive há décadas. As vezes não muda o gestor, mas muda o discurso, e os resultados são sempre os mesmos. Pior: sem uma política séria e coordenada de garantia de direitos humanos, nossa população ficará à mercê das políticas neoliberais e fascistas, provenientes dos governos federal e estadual, que só beneficiam os mais ricos. Nossa proposta é fazer de Volta Redonda um pólo de resistência, e mostrar que outra forma de se pensar o Poder Público e as relações sociais é possível, negando a exploração e a barbarização das relações humanas. Resgatar a história de lutas e de participação política ativa de trabalhadores, mulheres, negros, jovens, artistas, população LGBT, estudantes, moradores de um modo geral, na condução dos rumos de nossa cidade. É fazer uma gestão transparente, em que os interesses daqueles que sempre foram oprimidos e explorados estejam evidenciados e seja de fato o foco das ações governamentais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e a consciência de que é possível, pela via da participação e da luta, construir uma sociedade sem exploração, dominação e opressão de classe, gênero, raça/etnia, nacionalidade, idade, local de moradia, orientação sexual, e tantas outras formas ainda existentes que relegam à humanidade a uma brutal barbárie.

12) Por isso, nós do PSOL não criaremos uma Secretaria de Direitos Humanos, ou associaremos o debate de Direitos Humanos a uma secretaria em especial. Nós criaremos uma Coordenação de Direitos Humanos diretamente vinculada ao gabinete da Prefeita. Essa Coordenação seria responsável por articular as ações de todos os órgãos municipais, de modo organizado, para a garantia universal dos direitos humanos, pensando em formas de enfrentamento das desigualdades sociais em todas as políticas e serviços da Prefeitura. As políticas precisam dialogar entre si porque elas precisam trabalhar para atender aos direitos da população. Os segmentos populacionais historicamente explorados precisam acessar esses serviços, com trabalhadores estáveis e

qualificados, e ter ações específicas para o atendimento de suas necessidades e demandas em todos os setores. É preciso não só garantir o que se tem de direitos: é necessário ampliar a sua efetivação, diante de tantos ataques sofridos nos últimos anos por governos conciliatórios, golpistas e neofascistas. E sem participação popular, sem as lutas, isso não é possível.

MULHERES

O tema Mulheres é transversal a todos os outros: saúde, educação, mobilidade, trabalho, habitação etc... Assim como raça e sexualidade, isso porque estamos falando de indivíduos que estão em uma situação de vulnerabilidade maior em relação à outros, por conta de nossa sociedade machista, racista e LGBTfóbica. Essa vulnerabilidade é agravada no momento de pandemia, que sabemos, deixará consequências, só ainda não sabemos o tamanho disso. Mas a administração da cidade precisa trabalhar em prol de minimizar os danos e resolver os problemas já existentes anteriormente.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1) O combate à violência contra a mulher precisa ser tratado seriamente na política pública, pois a violência impede o acesso à direitos, limita capacidades da mulher e a inferioriza como ser humano. Não só a violência física, mas também as outras: psicológica, moral, sexual e patrimonial, que muitas vezes não são nem identificadas pelas próprias vítimas.

2) Para combater é preciso ir além das medidas punitivas, mas trabalhar principalmente as preventivas, faremos isso com programas de conscientização em todos os espaços públicos, escolas, hospitais, secretarias, através de cartilhas, conversas, atividades culturais (exibição de filmes, teatro, dança...), dando oportunidade para profissionais da área e da cultura trabalharem junto à prefeitura nesse combate.

3) Programas de formação profissional, ensino técnico e pré vestibular social para mulheres em situação de vulnerabilidade também são primordiais para a independência financeira e para que as mulheres deixem situações de violência.

4) No período de isolamento o número de feminicídios no país subiu 2,2%, segundo foi noticiado em vários veículos de imprensa como resultados de levantamentos e pesquisas. No estado podemos constatar pelo Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social, também do ISP, que o Serviço 190 da Polícia Militar apresentou aumento na quantidade de ligações sobre “Crimes contra a Mulher” de 12,1% para o mesmo período do ano passado (período analisado 13 de março a 31 de maio de 2020). Houve uma queda nos registros da polícia civil de 40%, de acordo com dados fornecidos pelo próprio governo, que pode representar um aumento de subnotificação, visto que as mulheres estão com menos contato com outras pessoas que podem encorajá-las, ou não conseguem fazer a denúncia por não ficarem sozinhas. Tivemos projetos de lei de nossas parlamentares do PSOL tanto a nível estadual quanto federal para ajudar e encorajar essas denúncias.

5) Se pensarmos nas subnotificações esses números podem ser bem maiores, ainda há um constrangimento em fazer a denúncia, uma dependência emocional e financeira que impede que as mulheres quebrem o ciclo de violência, e a própria falta de compreensão, de entender que se está em um relacionamento abusivo, de que a violência psicológica é tão danosa quanto a física e o medo. Por exemplo, o mesmo relatório (Dossiê da Mulher 2018) mostra que 70% das vítimas de estupro eram menores de idade em nosso estado e 44% dos agressores eram pessoas do convívio da vítima, segundo o Instituto de Segurança Pública.

MULHERES E EDUCAÇÃO

1) Reiteramos a importância de se conversar sobre gênero e sexualidade nas escolas, para que se possa diagnosticar violências, ensinar às crianças a prevenirem que aconteçam (sabendo os limites do seu corpo) e a contarem sua situação. É o oposto do que nos acusam os conservadores, quando dizem que queremos implementar a dita "ideologia de gênero", a neuropediatra Liubiana Arantes de Araújo explica em entrevista: "Boa parte do tabu está ligada ao que as pessoas entendem quando ouvem 'sexualidade'. Se o que vem à cabeça é 'o ato em si' e vivências eróticas do mundo adulto, é compreensível que achem inapropriado ou mesmo inaceitável abordar o tema na infância. Mas o termo diz respeito à identidade, autoestima, afeto, relacionamentos... Portanto, nascemos e morremos sexuais, mesmo que nunca pratiquemos sexo na vida.", salientou uma reportagem do site "Crescer". A questão foi pautada em nossa câmara no ano de 2015 (com muitos vereadores que continuam no cargo ainda esse ano) e votada de maneira unânime para proibir esses debates nas escolas. O que querem esses políticos? Que nossas meninas continuem a ser violentadas? Que formemos homens abusadores e mulheres submissas? É preciso quebrar esse ciclo de violência, ensinar da maneira adequada a cada idade o que é violência e como denunciar. Não por sorte, mas por luta, conseguimos barrar essa lei junto ao Ministério Público por inconstitucionalidade, assim como em muito lugares do Brasil, mas muitos professores se sentem perseguidos de fazer o debate e não tem o apoio e incentivo das escolas e secretaria para criar políticas nesse sentido. A educação é nossa prioridade, ela pode ser transformadora. Ela liberta não só desse tipo de violência, mas também da exploração da nossa gente, quem quer mantê-la como está não se preocupa de verdade com a melhoria das condições de vida da nossa população mais carente. Como disse Paulo Freire: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda."

2) E não se trata só de construir escolas e garantir que todas nossas crianças e adolescentes tenham acesso, isso é importante, mas a qualidade do que está sendo ensinado, a valorização dos profissionais, tudo isso está previsto no nosso programa, na parte de Educação.

3) Sobre a garantia do acesso precisamos lembrar das creches, esse é um problema que afeta diretamente às mulheres, é preciso que as creches sejam integrais para 100% das crianças que necessitam, nossa prefeitura divulga dados, que hoje atendemos 75%,

quantas mulheres você conhece que não conseguem nem procurar emprego pois não conseguem creche integral para seus filhos? E também oferecer atendimento com horário estendido nas creches, com permanência máxima de 10h da criança, sabendo da necessidade em nossa cidade por conta dos turnos.

4) Vale a reflexão, no ensino infantil tem uma predominância de mulheres negras, tanto professoras como auxiliares, falaremos do trabalho da reprodução social a seguir (sobre como o cuidado é direcionado às mulheres, como se fosse próprio do gênero). No ensino básico, continua uma predominância de gênero, mas é mais balanceada a questão da cor. Já na universidade, onde os professores são mais valorizados, o que existe é majoritariamente homem branco. E as outras profissionais da escola, que muitas vezes sofrem com a indiferença das próprias professoras, como as merendeiras e faxineiras? Qual seu gênero e sua cor? A pandemia nos mostra que os trabalhos **essenciais** são os trabalhos de manutenção da vida.

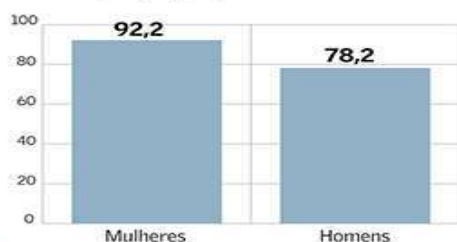
DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DO CUIDADO?

1) A responsabilidade de cuidar (reprodução social) acaba sempre recaindo sobre nós mulheres. Segundo dados da PNAD Contínua de abril de 2019, a jornada semanal das mulheres dura em média 3,1 horas a mais por semana, contando os afazeres domésticos, sendo que os homens realizam mais atividades como pagar contas, contratar serviços e fazer pequenos reparos, enquanto os trabalhos de cuidados com crianças, enfermos e idosos, preparação de alimentos, acompanhar as tarefas da escola, ficam por conta das mulheres. Abaixo um quadro exemplificando esses dados:

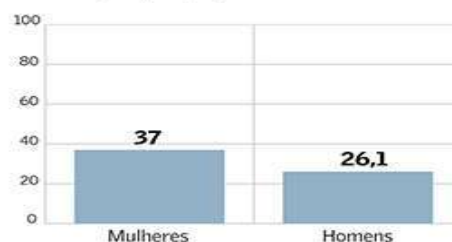
Dupla jornada feminina

Taxas - em %

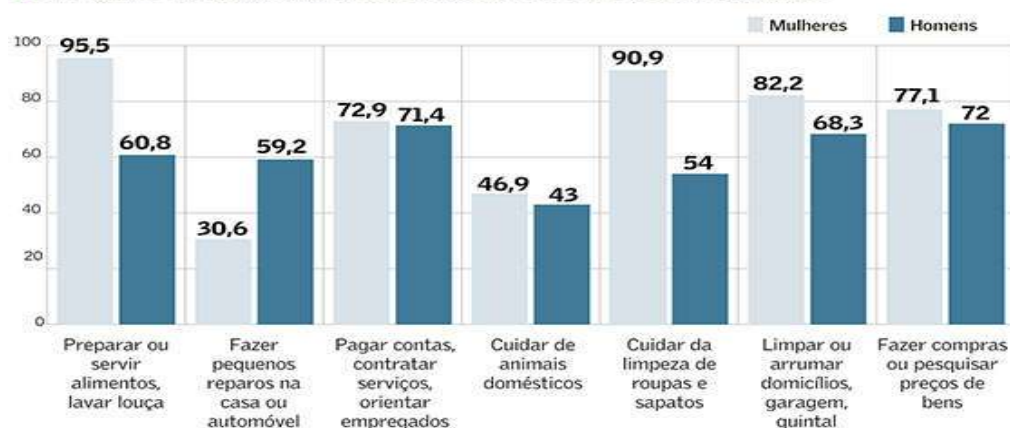
■ Realização de afazeres domésticos
Por sexo, em proporção do total



■ Realização de cuidado de pessoas
Por sexo, em proporção do total



■ Das pessoas que realizaram afazeres domésticos, o tipo de afazer realizado



Fonte: IBGE

2) Temos os dados coletados que são autodeclarados, ficamos tranquilos em dizer que esses dados estão minimizados, a maioria da população sente na pele que as mulheres não trabalham apenas 3h a mais por semana que os homens, muitas devem dizer que esse número é diário, mesmo aquelas que além de trabalhar em casa, trabalham fora. É preciso pontuar que o trabalho doméstico é um trabalho como qualquer outro, às vezes até mais sacrificante, porque ele é cíclico, você visualiza o resultado, mas logo volta ao início e é preciso recomeçar. Nós naturalizamos sobrecarregar a família, sobretudo as mulheres, com essas tarefas, ao invés de cobrar do estado que se preocupe com isso, afinal o trabalhador precisa estar descansado, com roupas limpas e alimentado para produzir riqueza, se alguém está fazendo esse serviço, precisa ser remunerado por isso. Para minimizar isso no âmbito municipal propomos a expansão do restaurante popular e a criação de lavanderia popular, além de disponibilizar espaços de cuidados para crianças nos cursos, oficinas e seminários ofertados pela prefeitura.

MULHERES, TRABALHO E RENDA

1) É preciso garantir emprego e renda para todos, principalmente às mulheres. Dentro do nosso programa você também encontrará nossa proposta de renda mínima.

2) Vamos pensar alternativas de geração de riqueza que beneficiem os mais necessitados, no caso, as mulheres e jovens negros. Dar condições de melhoria de vida.

3) Em contrapartida vimos o comércio da nossa cidade demitir mais de 1700 trabalhadores logo no início da quarentena, ainda em março, e a prefeitura não se posicionar, não garantir uma renda para que esses trabalhadores pudessem ficar em casa com emprego garantido. E mais, a própria prefeitura demitiu no início de julho mais de 300 trabalhadores terceirizados da merenda e limpeza das escolas, em sua maioria mulheres negras.

MULHERES E SAÚDE

1) É necessário priorizar os dispositivos de atenção básica de saúde, responsável pelo acompanhamento das famílias no território onde vivem, entendendo que pessoas em situação de vulnerabilidade tem problemas oriundos de fatores como falta de saneamento básico e condições dignas de moradia e até mesmo de deficiências nutricionais. Problemas esses, estruturais que precisam ser escancarados para poderem ser enfrentados.

2) Sobre a violência obstétrica, ela é naturalizada pela maioria das pessoas, as mulheres sofrem caladas, pois acreditam que o procedimento é esse mesmo. Pode ser sofrida pelas mulheres na procura por serviços de saúde durante todo o período da gestação, parto, puerpério e também em casos de aborto. Ela pode ser psicológica, física ou moral. Quando a mulher está em trabalho de parto sofre desde jejum desnecessário (às vezes é privada até de beber água), ter que ficar só em uma posição (deitada), não poder caminhar, gritar, se expressar, não receber alívio pra dor, receber injeção para indução de parto sem necessidade, empurrar a barriga sem necessidade, alguns médicos chegam a sentar na mulher (manobra de Kristeller), entre outras atrocidades. São as mulheres brancas que estão mais expostas a um tipo de violência obstétrica como, por exemplo, a cesárea sem indicação médica, que é mais comum no serviço privado. Mas as violências mais graves, que levam até a morte, são mais relacionadas às mulheres negras. São situações em que, muitas vezes, era necessária uma intervenção médica maior para salvar aquela vida e não há, porque acreditam que as mulheres negras aguentam mais a dor, são boas de parir — afirma a epidemiologista Emanuelle Goés, pesquisadora da Fiocruz Bahia.

3) Segundo a organização CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora, em seu site: "São consideradas mortes maternas todos os óbitos relacionados à gravidez ou ao parto ou ocorridos até 42 dias depois. O índice Brasileiro é 66,4 mortes maternas a cada 100 mil habitantes mais que o dobro da meta da ONU. As mulheres negras somam mais da metade (62,8%) destas vítimas, o que demonstra como a problemática tem raízes profundas no racismo, no machismo e na desigualdade socioeconômica. O que mais choca é saber que 92 % dessas mortes poderiam ser evitadas. Entre as principais causas estão a hipertensão, hemorragia e infecções."

4) Temos que ter programas de formação para nossos profissionais da saúde, para atender as parturientes da melhor maneira e deixar os hospitais com condições de receber essas mulheres com o carinho e cuidado necessário.

MULHERES E CONSELHOS MUNICIPAIS

1) O acesso à política é inviabilizado o tempo inteiro! Se exclui àqueles que estão na luta diária da sobrevivência. Mas vamos sempre lembrar que existe resistência e luta, que tentam propositalmente apagar da história.

2) O movimento das mulheres negras na historia da diáspora. Inúmeras mulheres negras se sobressaindo na luta da causa operária. Tanto no âmbito cultural, as detentoras de conhecimento, como também da luta armada, é preciso reconhecer esse protagonismo que tentam apagar, temos personagens como Mariana Crioula, escrava e quilombola de Vassouras que foi ícone da luta pela liberdade no século XIX.

3) Os negros estão no MST, no movimento sem teto, em tudo que é lugar, organizados. Não existe uma saída mais potente do que a participação de mulheres negras na política, se mulheres negras são as maiores beneficiadas pelo maior programa assistencialista que é o bolsa família, então porque não são elas que pensam essas políticas? Está na hora de romper esse "objeto de estudo" e ser agente transformador, a importância do protagonismo de serem sujeitos e terem suas vozes ouvidas é urgente.

4) Sendo assim, propomos a criação de possíveis lideranças de mulheres: com conselhos autônomos que formem lideranças. É a retomada da política dos conselhos, que temos visto estar abandonada em nossa cidade. Os conselhos precisam de fato existir com participação popular e autonomia, discutindo e propondo política para a cidade.

5) Sobre representatividade: não basta ter uma representante mulher que não consiga garantir uma diminuição das violências e todos os direitos aqui discutidos. A representatividade é fundamental para que seja exemplo que impulse, mas nós não precisamos apenas ocupar o poder, mas também questionar esse poder e colocá-lo na mão do povo.

A SITUAÇÃO DAS MULHERES EM VOLTA REDONDA

1) Sobre o cenário em nossa cidade, o Dossiê Mulher 2019 do Instituto de Segurança Pública (ISP), traz dados de Volta Redonda: apenas no ano de 2018 tivemos 1721 casos notificados, o que nos dá uma média de quase 5 mulheres violentadas por dia em nossa cidade, sendo 30% disso de violência física, 30% moral, 4% patrimonial, 32% psicológica e 4% sexual. Se destrincharmos as violências em números, temos: 549 casos de ameaça, 502 de lesão corporal, 474 de injúria, 49 estupros, 33 danos patrimoniais, 28 violações de domicílio, 27 difamações, 21 casos de calúnia, 9 tentativas de homicídio, 9 importunações ofensivas ao pudor, 6 constrangimentos, 4 homicídios, 3 tentativas de estupro, 3 atos

obscenos, 2 tentativas de feminicídio e 2 supressões de documentos. Aqui vale explicar a diferença de feminicídio e homicídio, o primeiro se trata de um homicídio qualificado, sendo a motivação do crime o simples fato de ser mulher.

2) O dossiê de 2020 com dados de 2019 ainda não foi lançado, mas infelizmente tudo nos leva a crer que esses números cresceram no último ano, só nos arquivos de mídia da região, de acordo com matéria do jornal Diário do Vale, vemos que Volta Redonda que não teve nenhuma caso de feminicídio em 2018 teve pelo menos 2 em 2019 e Barra Mansa que teve 1 em 2018 teve, pelo menos, 2 também. Sem contar as tentativas e os requintes de crueldade utilizados. E no dia 25/10/19 fomos surpreendidos com a terrível notícia de um estupro dentro da CSN e infelizmente não conseguimos a mobilização de denúncia e solidariedade necessárias, tampouco vimos qualquer posicionamento por parte da prefeitura. Nacionalmente houve um aumento de 7%, de 2018 para 2019, nos números de feminicídio no país, de acordo com dados amplamente divulgados.

3) Outro problema grave, não só da nossa cidade, mas do nosso país, é a falta de acesso ao parto humanizado, que é um conjunto de práticas que busca minimizar as interferências hospitalares, mesmo que seja necessária uma cesariana, que ela seja feita da maneira menos invasiva e mais confortável possível para a parturiente. Que ela não sofra **violência obstétrica**.

4) Em nossa região apenas a cidade de Resende (APMIR- Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Resende) oferece esse serviço. Em Volta Redonda a maternidade fica dentro do Hospital São João Batista, que é um hospital referência, e está passando por um processo de "humanização" desde o início de 2019. Mas entendemos que é o caso de termos uma maternidade exclusiva, com atendimento materno e pediátrico. A UGH, como é conhecido o Hospital São João Batista, atende pacientes de urgência e tantos outros, seria também uma forma de desafogar o hospital, a atual gestão já adquiriu duas unidades hospitalares, é possível estudar essa possibilidade então. Por exemplo, é na UGH que estão sendo atendidos os casos de COVID-19, e há problemas com a atual administração que foi entregue para uma OS (organização social), que nada mais é do que a privatização/precarização do serviço de saúde. E por conta da pandemia, houve problemas sobre acompanhante durante o parto, se tivéssemos uma maternidade exclusiva, talvez isso não acontecesse. Situações "tais como gestante em trabalho de parto por mais de 24 horas sem nenhum acompanhante; parturientes com histórico de três abortos prévios e fortes dores durante a gestão que, evidentemente, causavam maior preocupação em seus acompanhantes; gestante de 18 anos que, expressamente, disse estar nervosa com o momento do parto, não querendo ficar sozinha; e uma outra parturiente cuja mãe não pôde passar da recepção do hospital e, por isso, não tinha roupas para sair do hospital após o parto; dentre outros casos.", conforme registrou uma matéria do Diário do Vale.

3) Sobre as cesarianas, é preciso um programa de conscientização municipal sobre a importância de partos naturais, o SUS já vem nesse caminho. De acordo com a Agência

Brasil, em 2017 “Pela primeira vez desde 2010, o número de cesarianas na rede pública e privada de saúde não cresceu no país. Dados divulgados hoje (10) pelo Ministério da Saúde revelam que esse tipo de procedimento, que apresentava curva ascendente, caiu 1,5 ponto percentual em 2015. Dos 3 milhões de partos feitos no Brasil no período, 55,5% foram cesáreas e 44,5%, partos normais.” Em Volta Redonda ao ser pressionado, por teoricamente, obrigar as mães à terem parto normal, o diretor ao se explicar mostra números bem elevados de cesarianas. Em 2016 dos 2028 partos, 1054 foram normais e 974 cesarianas, ou seja, 49% aproximadamente, conforme publicação d’A Voz da Cidade. Ressalta-se que a OMS recomenda que a cirurgia cesariana represente entre 10% e 15% dos partos realizados. Isso porque se considera que a cirurgia cesariana deve ser praticada apenas quando haja efetivo risco de morte para mãe ou para a criança; e que, nos demais casos, deve-se priorizar o parto normal, humanizado, preferencialmente com uma vinculação anterior entre a mulher e a maternidade ou casa de parto.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

- 1) Pacto Municipal contra a Violência e Pela vida das Mulheres. Estabelecer um programa que garanta a vida das mulheres, manter e expandir quando necessário:
 - a) Centros de referências de atendimento à mulher
 - b) Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco iminente de morte e necessitem de uma colhida temporária e rápida resolução para o seu caso;
 - c) Patrulhas municipais Maria da Penha, com devido treinamento, com a utilização de viaturas da guarda municipal na realização de visitas residenciais às mulheres em situação de violência doméstica;
 - d) Articular junto à polícia civil a garantia de que o atendimento nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) seja humanizado e que a mulher não reviva sua violência, com mesmo atendimento a mulheres trans.
- 2) Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho ao garantir renda mínima.
- 3) Pela socialização do trabalho doméstico com ampliação de serviços comunitários e coletivos, como restaurantes e lavanderias.
- 4) Ampliação e universalização do acesso à creche para todas as crianças.
- 5) Políticas de formação e emprego para pessoas transexuais e travestis.
- 6) Garantir o acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher, bem como assegurar tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc).

- 7) Desenvolver programas de educação sexual, de prevenção da DST/AIDS e planejamento familiar para homens e mulheres com garantia de acesso permanente a diversos métodos anticoncepcionais e contraceptivos, inclusive pílula do dia seguinte.
- 8) Assegurar o procedimento de interrupção gestacional nos casos já previstos em lei na rede pública de saúde. "Educação sexual para prevenir. Contraceptivo para não engravidar. Aborto legal e seguro para não morrer."
- 9) Promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras.
- 10) Efetivar ações de assistência que previnam o câncer cérvicouterino e de mama na população feminina cis e transmasculina.
- 11) Implantar projetos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).
- 12) Programar, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras.
- 13) Oferecer atendimento público e humanizado para mulheres cis, travestis, transexuais e crianças, em situação de violação de direitos.
- 14) Um programa feminista de capacitação e formação continuada para profissionais dos serviços públicos da educação, saúde, cultura, turismo, comunicação e segurança.
- 15) Discussão de gênero nas escolas.
- 16) Criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias.
- 17) Utilizar os meios de comunicação para fazer campanhas voltadas às mulheres e suas diversidades (negras, LBTs, idosas, jovens).
- 18) Programas de formação profissional, ensino técnico e pré vestibular social para mulheres em situação de vulnerabilidade.
- 19) Criação de um Centro Municipal de Referência para Mulheres.
- 20) Promover o atendimento integral, humanizado, multidisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o início da gravidez até a atenção ao recém-nascido, com o investimento em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto

humanizado, bem como a formação e atuação de doulas, com a criação de uma maternidade que servirá como um espaço de referência hospitalar para mulheres.

NEGRITUDE

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

1) O PSOL compreende que o racismo não é um problema de ordem individual ou uma opressão que é capaz apenas de gerar problemas psicológicos. Nós entendemos o racismo como um problema incutido na estrutura da sociedade brasileira. A estrutura racista possui em suas instituições seus canais e por isso mesmo é tão importante traçar políticas públicas específicas para o combate ao racismo no âmbito do governo municipal. Ao nosso ver o racismo é uma política nefasta que corrobora com a manutenção do capitalismo e leva a morte milhares de pessoas negras todos os anos. Por esse motivo combatê-lo é também pensar em saídas e estratégias para o alcance do socialismo.

2) Infelizmente, temos visto nos últimos anos o aumento de um discurso que minimiza os efeitos da desigualdade racial no país. Mas pior do que isso: a propagação das ideias reacionárias, que culminaram nas eleições de Jair Bolsonaro em 2018, fez ressurgir um discurso abertamente racista. Não são poucos os ataques que as populações e etnias indígenas vêm sofrendo, reproduzindo a histórica desqualificação de seu modo de vida e costumes em nome dos interesses do agronegócio, da mineração, dos madeireiros, latifundiários e empresários de um modo geral. Deputados bolsonaristas com frequência associam negritude com criminalidade, tal como o discurso do deputado federal do nosso estado, Daniel Silveira (PSL). O Presidente já comparou negros com valores de compra e venda usados na época da escravidão (arobas), além de desqualificar populações quilombolas. O negacionismo histórico chega ao ponto de se tentar desqualificar as lutas que foram realizadas pelos ex-escravos (como a constante tentativa de destruir a imagem e o legado de Zumbi dos Palmares) e até mesmo de negar a escravidão como um momento tortuoso da nossa história. Ou mesmo de assistir ao Presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, fazer a absurda afirmação de que a escravidão foi boa para os negros.

3) O fato é que vivemos, ainda no século XXI, sob as heranças da escravidão. Negros são os mais perseguidos pelas abordagens do Estado, além de serem recrutados para serem a versão contemporânea do “capitão do mato”. O sistema prisional e socioeducativo são a prova disso. A população de favelas e de periferia sofre com o estigma social e racial do preconceito. Várias pesquisas mostram que o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, se diferencia quando a questão é analisada sob o prisma da questão racial. As mulheres negras são inseridas precariamente no mercado de trabalho. Imigrantes e refugiados de países de maioria negra são chamados de “escória” em nosso país. O número de jovens negros assassinados no Brasil é espantoso.

4) Isso se refletiu, recentemente, nos dados sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. Vários estudos mostraram que a população negra foi a mais impactada pela transmissão do novo coronavírus. E isso relaciona diretamente com as condições socioeconômicas que a esmagadora maioria da população negra se encontra em nosso país. Mulheres negras que continuaram a ter que trabalhar como domésticas em outras casas, trabalhadores ambulantes que só possuem essa atividade como fonte de sobrevivência, condições precárias de habitação, e tantas outras situações expuseram negros e negras a situações de contaminação, resultando nos alarmantes números que vimos em nosso país.

5) A saúde da população negra já vem sendo objeto de debates em nosso país há muitos anos. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão, voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra.

6) A construção desta política é resultado da luta histórica pela democratização da saúde encampada pelos movimentos sociais, em especial pelo movimento negro. Entre as mulheres existe o marcador racial muito evidente quando levamos em consideração os números de morte materna, partos prematuros, gravidez na adolescência, nascidos vivos ou mortos. O marcador racial é também muito importante quando levamos em consideração os números de crianças de 1 a 5 anos negras que morrem por motivos de doença infecciosa ou parasitária; no Brasil esse número chega a 60% se comparado a crianças brancas. Com relação a desnutrição os números chegam a 90%. Hoje devido a pandemia uma pessoa adulta analfabeta e negra tem 70% de chance a mais de morrer por Covid-19 se comparado a uma pessoa branca com ensino superior. No entanto, esse percentual apesar de se manter com relação aos números de homicídios, nesse caso o grau de escolaridade não possui impacto quando levamos em consideração o marcador racial.

7) A consolidação dessa política nos levará a compreender a necessidade de definir ações concretas para “reduzir indicadores de morbi-mortalidade por hipertensão arterial, diabetes mellitus, HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, câncer de colo uterino e de mama, miomas, transtornos mentais”, além da morbi-mortalidade por doença falciforme. Ela se insere na dinâmica do SUS, por meio de estratégias de gestão solidária e participativa, que incluem: utilização do quesito cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão; ampliação e fortalecimento do controle social; desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e

educação permanente de profissionais; implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promover a igualdade racial.

8) Muitas outras pautas que envolvem a questão racial atravessam todas as políticas públicas. A população negra ainda é bastante discriminada quanto ao acesso a melhores condições ao mercado de trabalho, ainda reproduzindo a ideia da “boa aparência” que consideram apenas o modelo branco. Aos negros é relegado, na maioria das vezes, os piores cargos, com os salários mais baixos, além de mera atividade “braçal”: uma clara herança da escravidão. Crianças e adolescentes negros evadem das escolas em maior número, pois precisam participar de atividades econômicas para contribuir no sustento da família. Nas escolas, até os dias atuais não se implementou devidamente o ensino da história dos povos africanos e originários dos afrodescendentes, relegando a cultura negra a mero “folclore”.

9) Vale ressaltar a questão do transporte público. As periferias das cidades, formadas majoritariamente por pessoas negras, sofrem com habitação precária e falta de infraestrutura urbana. O transporte público é um direito social essencial ao acesso aos outros direitos. Nós compreendemos que a precarização desse serviço impacta de forma mais violenta na população negra. Esses impactos geram a manutenção do racismo na medida em que geram exclusão e segregam a população negra a partir de seus territórios. Atualmente o transporte público é caro e seu preço não se justifica. Os impactos desses valores também são mais graves nas famílias negras. É importante salientar que esses valores são determinantes muitas vezes para o acesso e a permanência de adultos em seus empregos e crianças/adolescentes em suas escolas. O transporte público de qualidade também possui impactos na segurança da população negra. Inúmeros são os casos de mulheres assediadas dentro dos ônibus e a superlotação também é um fator que incide nessa questão. Em Volta Redonda, por exemplo, se associarmos os horários de pico (início da manhã e fim da tarde) com os bairros de destino, verificaremos que o centro da cidade possui o maior fluxo da manhã e os bairros Santo Agostinho e Retiro o maior fluxo do fim da tarde. Dessa forma chegamos a conclusão que a classe trabalhadora é a principal usuária do transporte público e se concentra predominantemente nesses bairros periféricos.

10) Por fim, são muitas as questões que evidenciam o racismo estrutural que vivemos em nossa sociedade, e que tenta ser invisibilizado cada vez mais com o discurso negacionista e neofascista, de que existe uma “democracia racial” no Brasil. Ela é falsa. E é por isso que esse segmento populacional requer o desenvolvimento de políticas públicas que possam enfrentar essa desigualdade histórica em nosso país, e em nossa cidade.

NEGRITUDE EM VOLTA REDONDA

1) Segundo o senso do IBGE 2010, aproximadamente 47% da população de Volta Redonda se autodeclara preta ou parda. É sabido que esse número pode vir a sofrer alterações uma vez que a autodeclaração é também um processo que passa pela

construção sócio- identitária individual e coletiva das pessoas. A maioria dessa população se encontra nos bairros Retiro, Vila Brasília e Santo Agostinho e representam para nós do PSOL importantes territórios periféricos. Historicamente tais bairros não foram planejados como os bairros centrais e foram abrigando as populações trabalhadoras mais subalternizadas que passaram a sobreviver a margem da CSN. É importante salientar que uma das questões mais importantes para a construção dessa proposta será a relação da população com seus territórios e todos os fatores aí imbricados como os marcadores de gênero, sexualidade e geracional.

2) A atual frota de ônibus de Volta Redonda conta com 200 unidades. A partir da retomada do transporte público pela prefeitura será necessário um aumento desse quantitativo. Entendemos que o aumento será necessário por três motivos principais. Segurança, novos protocolos de saúde e para contemplar um dos objetivos do programa que seria a aumento de usuários do transporte público e a consequente diminuição do número de veículos nas ruas. O aumento do número de ônibus será chave para impedir os casos de assédio vividos pelas mulheres e para garantir a segurança de todos os usuários de ônibus, inclusive de idosos. Com a realidade de ônibus menos lotados será possível também que evitem acidentes tão comuns quando se realiza o transporte em pé. Além do mais, o momento que se apresenta através da nova realidade do convívio com o novo coronavírus nos impõe novas formas de organização e protocolos baseados em critérios científicos da área da saúde.

3) Também é preciso pensar no trajeto escolar. Trabalhando com a faixa etária de 4 a 14 anos encontramos um público predominantemente racializado que necessita do olhar atento do governo municipal. Compreendemos que garantir o transporte exclusivo para essa faixa etária é fundamental para a segurança no trajeto até a escola. Essa medida também vai colaborar para a qualidade de vida tanto das/dos responsáveis quanto das crianças que muitas vezes são moradoras de locais de difícil acesso e por isso mesmo sofrem inúmeros contratempos que podem vir a influenciar inclusive sobre a permanência na escola. Observamos como demandas: a- Mães que não podem arcar com os custos de mais uma passagem para acompanhar as crianças até a escola. b- Mães que são inviabilizadas de acompanhar os filhos devido aos horários de trabalho. c- Crianças e adolescentes que moram em locais de difícil acesso, morros e vielas onde não é possível o acesso de ônibus. d- Crianças e adolescentes que desenvolvem problemas de saúde devido ao enfrentamento das condições climáticas adversas. e- Exigência da escola com os horários de entrada e obrigatoriedade com relação ao transporte de livros pesados. f- Atual inviabilidade do transporte direto entre periferias, nesse caso é possível citar como exemplo estudantes moradores do Retiro que almejam estudar na Faetec localizada no Santo Agostinho.

4) O transporte 24 horas também é absolutamente necessário. Essa medida será fundamental para garantir a segurança da população. É importante salientar que por mais que a população negra seja estereotipada e apontada como a causadora da violência não é isso que ocorre na realidade. Na verdade, a população negra é a maior vítima da

violência, sendo a juventude negra o maior alvo do genocídio em curso na sociedade brasileira. A circulação incessante de ônibus principalmente na periferia contribuirá de forma determinante para diminuir as possibilidades de homicídios. Falamos também em relação aos trabalhadores negros sujeitos aos turnos de suas empresas que ao circularem de madrugada são alvos de violência.

5) Outra situação que é muito séria é a situação de mulheres negras mães trabalhadoras. Mulheres negras representam o setor da sociedade que mais necessita da creche municipal para conseguirem permanecer em seus empregos. No entanto, os horários das creches municipais não contemplam nenhum horário de trabalho sendo inviável muitas vezes para uma mãe provedora conseguir realizar a tarefa de levar e buscar seus filhos ou filhas na creche. Mulheres negras também constituem a maioria das profissionais responsáveis pela limpeza, e merenda nas nossas escolas. Essas profissionais da Educação seguem governo após governo sendo precarizadas pela sua condição de terceirizadas. Negras também são a maior parte das auxiliares de educação e professoras da educação infantil e dos anos iniciais. Encontramos também entre a juventude negra os maiores índices de evasão escolar. Por fim estamos há 17 anos do sancionamento da lei 10.639/03 e ainda não conseguimos implementar a História da África e dos afrobrasileiros nas escolas.

6) Por fim, Volta Redonda convive com uma história de escravidão (da Fazenda Santa Cecília) que nossa população não conhece. Também convive com a formação de bairros periféricos por pessoas negras em razão da forte imigração que vivenciamos quando da construção da cidade e a exclusão dessa população da área planejada da cidade. Essas relações desiguais continuam se reproduzindo até os dias atuais. Ter um olhar sobre a questão no âmbito de todas as políticas municipais é demasiado importante, se queremos fazer do Poder Público uma potente ferramenta de enfrentamento das desigualdades e promoção de direitos humanos.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Transporte público gratuito e universal e circulação dos ônibus 24 horas por dia. Aumento do número de ônibus nos horários de pico especialmente nos bairros periféricos e criação de transporte escolar específico para crianças e adolescentes com a criação de pontos de parada e rotas exclusivas.

2) Ampliação dos horários de atendimento e entrada e saída das creches. O mínimo necessário para dinamizar a rotina das mães e pais trabalhadores seria pelo menos 30 minutos antes do horário da entrada e 30 minutos depois do horário da saída. Esse horário é há muitos anos realidade nas creches particulares e precisa ser estendido às escolas públicas.

- 3) Fim das terceirizações da limpeza e merenda das escolas municipais com realização de concurso público, como forma de recuperar os direitos trabalhistas historicamente perdidos por mulheres negras na era neoliberal.
- 4) Valorização das profissionais dedicadas exclusivamente ao trabalho do cuidado (limpeza e alimentação) através de formações e tempo dedicado a encontros, com debates nas escolas e outros equipamentos públicos sobre essas profissões.
- 5) Elaboração de um amplo projeto que vise reorganizar o currículo escolar em todas as disciplinas e séries com objetivo de implementar a lei 11.645/08.
- 6) Coordenação, monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra, em consonância com o Pacto pela Saúde.
- 7) Garantia da inclusão do quesito cor nos instrumentos de coleta de dados nos sistemas de informação vinculados aos serviços da prefeitura.
- 8) Identificação das necessidades de saúde da população negra no âmbito municipal, considerando as oportunidades e recursos.
- 9) Implantação de comitê técnico municipal de saúde da população negra ou instância similar.
- 10) Estabelecimento de estruturas e instrumentos de gestão e indicadores para monitoramento e avaliação do impacto da implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra. Garantia da inserção dos objetivos desta Política nos processos de formação profissional e educação permanente de trabalhadores da saúde, em articulação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria GM/MS n.º 198, de 13 de fevereiro de 2004.
- 11) Articulação intersetorial com vistas a contribuir no processo de implementação desta Política.
- 12) Elaboração de materiais de divulgação visando à socialização da informação e das ações de promoção da saúde integral da população negra.
- 13) Apoio aos processos de educação popular em saúde pertinentes às ações de promoção da saúde integral da população negra.
- 14) Instituição de mecanismos de fomento à produção de conhecimentos sobre racismo em Volta Redonda, em parceria com universidades públicas, de modo a sistematizar dados sobre a violência vivenciada pela população negra a gerando debates na cidade.

15) Criar um Centro de Referência para atendimento da população negra, articulado a um Centro de Memória junto ao Memorial Zumbi, de valorização da cultura popular e implementação da Lei Griô.

DIVERSIDADE SEXUAL

A QUESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL

1) Desde os primórdios dos tempos históricos, a humanidade convive com práticas sexuais diversas. Isso porque, ao se tornarem seres sociais, os seres humanos passaram a exercer a sexualidade não apenas como função reprodutiva, mas como um dos aspectos que permitem seu reconhecimento social e sua busca pela felicidade e liberdade.

2) Com o decorrer dos anos, modelos dominantes de comportamentos sociais, afetivos e sexuais foram se consolidando, com claros objetivos de atender a interesses de quem detêm o poder e as formas de dominação. A repressão sexual e o enquadramento obrigatório a esses modelos tornaram-se ferramentas de controle dos corpos, como uma forma de, assim, se manter o controle de aspirações de felicidade e liberdade. O não exercício pleno da sexualidade como fonte de vida e de prazer se tornou, assim, uma potente estratégia de opressão e de submissão das pessoas.

3) O resultado disso foi uma tragédia histórica que vivemos até os dias de hoje. Rotulações e perseguições, marcadas pelo preconceito, se tornaram a rotina daqueles que ousam tentar ser felizes a partir daquilo que eles realmente são. Quebrar os padrões dominantes, no caso da diversidade sexual – que engloba tanto a orientação sexual e identidade de gênero – significou e significa estar exposto a todo tipo de violência, e efetivamente sofrê-la.

4) Muitas lutas desses segmentos foram realizadas ao longo das décadas, e muitas conquistas alcançadas. Entretanto, o recrudescimento do discurso conservador e reacionário que assolou o Brasil nos últimos anos tem produzido um aumento significativo da reação a essas conquistas. Nosso país é o país que mais mata pessoas LGBT no mundo. A intolerância tem ganhado cada vez mais força, e isso tem afetado sobremaneira essa população em suas relações cotidianas: no trabalho, na família, na rua, em espaços públicos e nos serviços.

5) A população LGBTQI+ carrega a marca da morte e do sofrimento em sua trajetória. Por isso, ela deve ser protagonista de suas lutas, e cabe a um governo proporcionar políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos dessas populações, em todas as suas dimensões.

OS AVANÇOS JUDICIAIS E SUAS LIMITAÇÕES

1) “A questão da homossexualidade, surgida em um momento no qual ainda não se debatia o tema (...), tem assumido, em nosso País, ao longo de séculos de repressão, de intolerância e de preconceito, graves proporções que tanto afetam as pessoas em virtude de sua orientação sexual (ou, mesmo, de sua identidade de gênero), marginalizando-as, estigmatizando-as e privando-as de direitos básicos, em contexto social que lhes é claramente hostil e vulnerador do postulado da essencial dignidade do ser humano”. A citação acima foi retirada de uma das 155 páginas do voto do ministro Celso de Mello, decano do STF (Supremo Tribunal Federal) e relator do processo que levou a Corte a decidir, em 13 de junho de 2019, pela criminalização da LGBTfobia, equiparando-a a atos de racismo.

2) Não obstante, de acordo com os relatos colhidos pelo site huffpostbrasil, seis meses depois da decisão do Supremo, as forças de segurança ainda se recusam a acolher homossexuais vítimas de algum tipo de violência e certamente não fazem questão de dispendir um mínimo de energia para investigar denúncias de homofobia. Na avaliação de Paulo Iotti, advogado no processo que resultou na criminalização da homofobia e transfobia pelo STF, há delegados que resistem à operar com essa decisão na perspectiva de registrar casos de LGBTfobia.

3) Em que pesem algumas importantíssimas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça em relação a direitos civis, como o casamento igualitário (em 2011) e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans (em 2017) e, ainda, a mais recente que tornou inconstitucional a restrição de doação de sangue por homossexuais (em 2020), o panorama da política brasileira em relação à diversidade é assustador.

4) Cumpre ressaltar, ainda, que somente o fato de a maioria dos avanços para a população LGBTQI+ advirem do Poder Judiciário, já demonstra que temos um grande desafio pela frente. Isto porque, o Poder Legislativo, eleito pelo povo, na maioria das vezes se nega a enfrentar essas questões, o que demonstra o seu caráter conservador e subserviente à chamada bancada da bíblia.

5) Toda essa contextualização nos mostra que decisões isoladas da Justiça, mesmo que importantes, não são suficientes para mudar a cultura de violência e ódio que impera no país contra a comunidade LGBTQI+. Somente políticas públicas eficazes, cujas ações se concentrem no coração das comunidades mais carentes, podem reverter esse cenário pavoroso.

O AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQI+ APÓS A ELEIÇÃO DE BOLSONARO

1) Segundo estimativa de vários movimentos sociais, o Brasil ainda é o país que mais mata a população LGBTQI+, em especial as pessoas trans. E, ano após ano, os homofóbicos vêm escancarando os inúmeros preconceitos que vivem dentro de si. Se

antes havia a mínima preocupação com o politicamente correto, após o golpe de 2016, o conservadorismo passou a se expor sem qualquer tipo de preocupação. Não importa mais esconder o ódio. Em uma via de mão dupla, os que apoiam o ódio contra a população LGBTQI+ elegeram Bolsonaro para presidente e este, por sua vez, sempre utilizou/ utiliza seus espaços de fala constantemente para proferir injúrias e preconceitos contra LGBT. A última fala do presidente relacionando o uso de máscara à “coisa de viado” demonstra sua perceptível intenção de ofender essa população.

2) De acordo com uma pesquisa de 2019 divulgada pela Folha de S. Paulo, realizada pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford, 92,5% de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros entrevistados relataram terem percebido um crescimento na violência para este grupo. Mais da metade dos entrevistados (51%) afirmou ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero desde as eleições de 2018, que culminou com o desastroso governo de Bolsonaro.

O CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

1) A pandemia da COVID-19 ocasionada pelo novo coronavírus vem causando danos imensuráveis e de todas as naturezas para a população brasileira. Porém, para a população LGBTQI+ os impactos são ainda mais drásticos.

2) Uma pesquisa realizada pelo coletivo #VoteLGBT em conjunto com pesquisadores da UFMG e da UNICAMP levantou as principais dificuldades enfrentadas por este grupo durante o período de pandemia, com enfoque em três eixos: renda e trabalho; exposição ao risco e saúde. Dentre os resultados obtidos está o alto índice de depressão, em decorrência do isolamento social, que é necessário para diminuir o contágio da doença. Nesse ponto, cumpre ressaltar que o aumento do convívio com os familiares, para o público LGBTQI+, pode significar maior exposição a agressões tanto de cunho verbal quanto físico, tendo em vista a rejeição praticada pelos próprios familiares.

3) Outro resultado da pesquisa foi a maior exposição da população LGBTQI+ ao desemprego. O estudo revela que 21,6% dos LGBTQI+ entrevistados estão desempregados enquanto que o índice total no Brasil é de 12,2%, segundo o IBGE. A consequência lógica é a maior vulnerabilidade econômica e marginalização deste grupo social, principalmente em relação à população trans, que já sofre com o estigma e está altamente exposta a prostituição como única fonte de renda.

A CONJUNTURA DE VOLTA REDONDA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQI+

1) A violência contra a população LGBTQI+ que assola o país inteiro não é diferente em Volta Redonda. Ano após ano os governos municipais fecham os olhos para a fábrica de violência e morte que funciona bem debaixo de nossos narizes a todo vapor.

2) Embora não seja possível corroborar essa tese com números oficiais, ao passo que não existe qualquer vontade política de jogar luz sobre essa escuridão sangrenta, a ONG VR Sem Homofobia afirma que, só em 2019 (até junho), cinco pessoas foram assassinadas vítimas de homofobia, podendo este número ser ainda maior, devido à subnotificação e ao medo que as vítimas possuem de oferecer a denúncia. Todos os casos citados permanecem sem solução.

3) É claro que a Polícia discorda. Delegados fazem verdadeiros malabarismos com as informações que só eles possuem para descartar a hipótese de homofobia, reduzindo o fim da vida dessas pessoas ao uso indiscriminado de drogas ou, pior, ao fato de esses indivíduos não serem “cidadãos de bem”. Fato que demonstra, mais uma vez, os limites das decisões judiciais progressistas.

4) Trata-se de um território extremamente conservador, onde entra ano sai ano e vereadores e prefeitos seguem mantendo a velha política e, até mesmo no interior do Poder Executivo e na Câmara Municipal são proferidos discursos homofóbicos, afinal existe uma latente influência dos pastores conservadores da cidade nesses espaços. Como prova disso, podemos citar a promulgação da Lei 5.165/2015 de autoria do vereador Paulo Conrado, que proíbe a discussão sobre gênero nas escolas. Cumpre ressaltar que o referido dispositivo foi considerado inconstitucional pelo TJ/RJ.

5) Percebemos o descaso do Poder Público com a pauta LGBTQI+ ao passo que a principal referência da cidade, até mesmo em relação à divulgação do número de casos de homofobia, é uma Organização Não Governamental, qual seja, o VR Sem Homofobia. Fundada em 2013, a ONG surgiu para suprir a necessidade de uma organização que defendesse o direito de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais no sul do estado do Rio de Janeiro.

6) Em termos de políticas públicas, ou seja, efetivadas pelo Poder Público Municipal, existe apenas o Centro de Cidadania LGBT Médio Paraíba, que funciona no âmbito da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos (SMIDH). O Centro tem como objetivo atender, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar pessoas, vítimas ou não, de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, familiares e aliados. A unidade é uma parceria do Governo do Estado do Rio de Janeiro e está vinculada a doze municípios do Médio Paraíba.

7) Não obstante, apesar da existência do referido centro, podemos notar sua ineficiência, devido à baixa taxa de atendimento, o que pode estar ligado à constante troca, bem como a inabilidade das inúmeras secretarias de direitos humanos do atual governo municipal. De janeiro a setembro de 2019 foram apenas 90 atendimentos, enquanto outros centros do estado (são sete ao todo) têm uma média de 400 a 600 atendimentos no mesmo período. Trata-se de um verdadeiro descaso com a pauta na cidade de Volta Redonda, porque a criação do Centro é, inequivocamente, só pra “inglês ver” ou para servir como cabide de emprego.

8) O atual governo vem se destacando como um dos piores no que diz respeito à produção de políticas públicas voltadas para a população LGBTQI+. Não há qualquer tipo de projeto visando, ao menos, preservar a vida dos jovens volta-redondenses que diariamente são expulsos de casa, dada sua condição sexual. Nunca ouvimos falar de trabalhos de base, nem mesmo disfarçados, para evitar ataques homofóbicos que acontecem com constância angustiante nos espaços públicos como escolas, repartições e até no meio da rua.

9) Guardas Municipais não sabem o mínimo para abordar indivíduos homossexuais em situação suspeita. Professores da rede pública não são preparados para acolher e manter dentro da escola, em condições saudáveis, alunos LGBTQI+. No caso de alunos trans, a situação é ainda mais grave, pois são pouquíssimos os educadores que respeitam o direito do estudante de usar seu nome social nos documentos da instituição.

10) Não bastasse a falta de políticas públicas realmente eficazes, o governo ainda se esforça de maneira sobre-humana para invisibilizar, com todo seu aparato de repressão, a bandeira do arco-íris. Desde 2017, a prefeitura força que a parada gay aconteça às escondidas, em ruas no meio do nada, onde nenhum “cidadão de bem” poderá vê-la passar com suas cores de resistência. Os homofóbicos não aceitaram o movimento nem na Praça Pandiá Calógeras, uma localidade afastada, mas impregnada de simbologia para a elite falida volta-redondense. Os dois últimos eventos, vale citar, aconteceram na Radial Leste, uma avenida extremamente afastada do centro, rodeada por mato, sem a mínima visibilidade, sendo esta a principal marca de qualquer parada gay.

11) No contexto em que o Poder Público se omite, as únicas referências LGBTQI+ da cidade têm sido as boates, espaços privados, que através de seus blocos de carnaval temáticos arrastam multidões. Os números - não oficiais - dão conta de mais de 40 mil foliões nos dois dias da festividade que, importante mencionar, só aconteceram em vias movimentadas (Avenida Amaral Peixoto) graças à participação da iniciativa privada, o que é um absurdo, posto que as ruas são do povo e este não deveria precisar do salvo conduto do capitalismo para ocupá-las. Fica o questionamento: por que a parada gay não pode ser construída nas ruas centrais da cidade, mas os blocos de carnaval LGBTQI+ amparados pela iniciativa privada podem?

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Promover a igualdade de direitos e a não discriminação para a população LGBTQI+ com políticas públicas que garantam:

- a) A realização de campanhas massivas de divulgação para a erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação contra a população LGBTQI+ na cidade, sobretudo nos ambientes escolares;
- b) O uso do “nome social” para as pessoas trans em todas as esferas que dependerem do governo municipal;

- c) Estabelecimento de uma rede de fornecimento e cruzamento de dados referentes à violência contra a população LGBTQI+ (PM + DPC + Guarda Municipal + SMS + SMAC + CCLGBT), que fomente a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas de combate à LGBT fobia.
- 2) Criação de um Conselho Municipal LGBTQI+ a fim de promover a participação da sociedade civil nos debates envolvendo esta pauta.
- 3) Potencializar o funcionamento do Centro de Cidadania LGBT do Médio Paraíba através da capacitação dos profissionais atuantes, bem como nomeação de dirigentes com experiência na pauta LGBTQI+.
- 4) Atuar de forma a possibilitar que a parada gay ocorra em locais centrais, com visibilidade para a temática LGBTQI+, ampliando o diálogo com as associações de moradores da cidade.
- 5) Criar uma campanha de valorização do trabalho de pessoas LGBTQI+, para incentivar a contratação.
- 6) Programa de formação permanente dos trabalhadores municipais e estabelecimento de parcerias para estendê-la às instituições públicas das demais esferas (estadual e federal), presentes no município de Volta Redonda, sobre a temática LGBTQI+ e o respeito a seus direitos, de acordo com as especificidades de cada serviço e desse segmento populacional
- 7) Discussão com a população LGBTQI+ e outras organizações da sociedade civil sobre as melhores estratégias de proteção desse segmento quando vítima de violência intrafamiliar;
- 8) Criação de estrutura de saúde para a realização de Terapia Hormonal para pessoas Trans.
- 9) Construir uma política que garanta a representatividade LGBTQI+ em todas as atividades e eventos municipais (educacionais, culturais, esportivas etc.).

JUVENTUDE

DISCUTIR JUVENTUDE É DISCUTIR O FUTURO

- 1) Pensar em políticas para a juventude hoje em dia é fundamental. Na verdade, sempre foi. Mas com o processo de destruição de direitos que vivemos hoje no Brasil, é fundamental pensar em ações que o Poder Público precisa estabelecer para a garantia de

melhores condições e de perspectiva de futuro para esse público. Uma população que não vislumbra possibilidades de melhorias a curto, médio e longo prazo, tende a produzir situações de violência social, violações de direitos, destruição ambiental e muitas outras questões que colocam em xeque a segurança, a liberdade e a própria condição de vida.

2) No Brasil, muitas foram as lutas que possibilitaram alçar conquistas nesse campo. Talvez a maior delas seja a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 – e que vem sendo constantemente atacado pelo avanço do conservadorismo e reacionarismo que culminou nas eleições de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e Wilson Witzel para o governo do estado do Rio de Janeiro. Crianças e adolescentes são prioridade na condução de políticas públicas, visando à sua proteção integral. Desse modo, é de responsabilidade do Poder Público prover políticas de diversas naturezas para alcançar esse objetivo – apesar dos ataques que essa concepção vem sofrendo na atualidade.

3) Da mesma forma, é fundamental pensarmos a importância que foi a aprovação, em 2013, do Estatuto da Juventude. Essas são conquistas de muitas lutas históricas desses segmentos e daqueles que entendem que proteger nossas crianças, adolescentes e jovens é assegurar condições atuais e futuras de uma vida melhor.

A SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

1) Em 2018, foi realizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UGB um estudo sobre o tema em questão, do qual destacamos dois eixos principais no que tange à juventude: o mapeamento de centros culturais e espaços esportivos, dados que estão intimamente relacionados com o direito ao desporto e ao lazer, garantidos pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 2013); e o cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes na cidade, segundo informações coletadas em setembro de 2018 pelo Ministério Público.

2) Com relação aos centros culturais e esportivos, temos as tabelas abaixo:

Tabela 3: Centros Culturais de Volta Redonda

Bairro	Centro Cultural
Vila Santa Cecília	Memorial Zumbi
	Biblioteca Municipal
	Artes Plásticas
Retiro	Afro Rua
Voldac	Centro Cultural
Verde Vale	Casa Lime
Vila Rica	Praça CEU*
Sessenta	Memorial dos Ex-Combatentes
Ilha São João	Centro Cultural*

Fonte: Coleta direta na SMC em 25/10/2018

*Espaço compartilhado com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL

Espaços Municipais	Quantidade
Ginásio Poliesportivo	10
Campos de futebol	31
Campos de grama sintética	25
Quadras poliesportivas cobertas	75
Quadra de volei de areia	1
Parque aquático municipal	1
Ciclovía	1
Arenas esportivas	2
Estádio municipal	1
Pista de Skate	11
Quadra de tênis	1
Quadra de paddle	3
Rais de malha	7
Mesas de tênis de mesa	93
Arena hípica	1
Mini Estádio	1
Total	264

Fonte: Coleta direta na SMEL em 06/11/2018

3) O estudo conclui que os centros culturais estão mais concentrados no bairro Vila Santa Cecília e que se acredita que a SMEL vem desenvolvendo projetos como: o Programa de Iniciação Desportiva (PID) e projeto CEM (Crescer em Movimento), ambos voltados para adolescentes de 10 a 17 anos. Porém, a divulgação destes projetos é falha e não alcança muitos jovens no município.

4) Para além do estudo, concluímos que a cidade possui infraestrutura e, portanto, faz-se necessário investir em profissionais da área de cultura, esporte e lazer, bem como em mais projetos. Isso porque, como analisamos, os dois projetos existentes são para adolescentes, ou seja, jovens adultos não estão abrangidos, o que torna necessário o planejamento de atividades que englobem este grupo.

5) Além disso, inequivocamente, deve ser discutida e resolvida a deficiência de divulgação dos projetos citados, que atingem a faixa etária de 10 a 17 anos dos jovens de nossa cidade.

6) Outro ponto que precisamos abordar é sobre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em nosso município. A tabela abaixo nos dá alguns parâmetros do tipo de delito cometido:

Tabela 9: Atos infracionais

Ato	Quantidade
Tráfico	33
Tráfico e outros	2
Lesão corporal	4
Roubo	2
Porte ilegal de arma	2
Falsa identidade	1
Tentativa de homicídio	1
Homicídio simples	1
Estupro de vulnerável	2
Furto	3
Crime de trânsito	1
Dano ao patrimônio	2
Receptação	1
Sem informação	3
Total	58

Fonte: Ministério Público

7) A partir da análise da tabela anterior, percebemos que o tráfico representa a maioria esmagadora dos atos infracionais cometidos por jovens em nosso município, totalizando quase 57% dos delitos cometidos.

8) Nesse sentido, o estudo destaca a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é vinculado ao Departamento de Proteção Social Especial da SMAC (Secretaria Municipal de Ação Comunitária), porque o CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal, para a oferta de trabalho social direcionado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, em virtude de violações de direitos que demandem intervenções especializadas.

9) Para além do estudo, a nosso ver, é necessário fazer uma abordagem ampla, incluindo outros índices socioeconômicos de nossa sociedade. Os dados de desemprego do estado do Rio de Janeiro são o terceiro maior do país, fato que nos leva a crer que a incidência do tráfico de drogas está intimamente relacionada com a falta de oportunidade de empregos, que induz o jovem a encontrar no bojo do poder paralelo, uma forma de obtenção de renda.

10) Da mesma forma, em relação à atuação do CREAS, devemos potencializá-lo, para que os jovens que cumpriram medidas socioeducativas tenham, de fato, oportunidade de estudo e emprego após o término da medida e possam ser reinseridos em nossa sociedade de maneira qualificada.

11) Isso nos leva a pensar os aspectos que envolvem a cor e a idade da violência em Volta Redonda. Conforme o artigo científico de autoria de Douglas José de Lima Pereira, de 2018, a análise dos dados sobre a violência é essencial para que possamos entender questões estruturais de nossa sociedade. De acordo com o autor, o Atlas da Violência

indica a proporção de mortes violentas não solucionadas em relação à totalidade de mortes violentas e, é um dos indícios de qualidade dos sistemas de informações de mortalidade. Em países desenvolvidos, as mortes violentas indeterminadas geralmente representam um quantitativo abaixo de 1% da totalidade de óbitos por razões externas. Este índice tão inferior ocorre porque nesses países entende-se a relevância de se fazer um estudo investigativo para descobrir quais foram os motivos que levaram o indivíduo a óbito, sendo, portanto, tal investigação imprescindível para impedir mortes futuras. No Brasil, no ano de 2009, esse indicativo sinalizou um nível de 9,6%, levando em consideração que das mortes violentas no estado do Rio de Janeiro 25,5% não foram solucionadas, necessitando atuações mais eficazes nessa área, pelo estado.

12) Em Volta Redonda, uma pesquisa realizada junto à Funerária Municipal demonstrou que no ano de 2016 foram assassinadas 62 pessoas, sendo que 58,05% dos óbitos foram de jovens. Destes jovens, 33,87% eram brancos e 66,12% pardos e negros, constatando-se que, para cada um branco vítima da letalidade, morrem dois pardos e negros, o que retrata não só a violência cotidiana, mas também o teor racial que define quem será a vítima." Por fim, desses 62 assassinatos, 88,70% ou 55 foram mortos na periferia e 11,30% ou 7 no centro da cidade.

13) Esses números demonstram que, mesmo sendo uma parcela considerável da sociedade, os jovens são penalizados pela falta de políticas públicas específicas que quando existem, no geral são fomentadas sob a ótica de que o jovem é um problema em potencial, e não o responsável por ideias inovadoras e protagonistas da conquista de novos direitos.

14) Em 2008, foi criada em nosso município a Coordenadoria Municipal da Juventude com escopo de fomentar políticas públicas específicas para o segmento jovem. Entretanto, foi possível observar a inexistência de diretrizes administrativas eficazes, de longa duração, com vistas a atender efetivamente às demandas deste público por parte da Coordenadoria. O que se observou, em verdade, foi uma troca incessante de gestores (em dois anos passaram pela Coordenadoria cinco gestores), o que fez com que os projetos iniciados se tornassem inconclusos, nos permitindo concluir pela necessidade de implantação de Políticas de Estado concretas, eficazes e, sobretudo, com participação dos jovens de nossa cidade, evitando o mero "politiquismo" e possibilitando que os próprios interessados possam participar de sua construção.

15) Em outras palavras, é necessário aproximar o jovem volta-redondense da política, espaço que sempre foi considerado hostil e engessado por esse segmento, pois só assim conseguiremos, de fato, construir políticas públicas que atendam às demandas de forma real e perene. Dessa forma, com engajamento e participação, é possível, consequentemente, reduzir o índice de criminalidade que assola os jovens em nossa cidade.

16) Pensar a política de educação em nossa cidade é fundamental se queremos construir uma perspectiva de futuro para nossos jovens. E isso se torna ainda mais urgente diante da tendência existente a fechar escolas. O estado do Rio de Janeiro fechou escolas nos últimos anos, alegando não ter demanda para atender. Mas primeiro começaram a fechar o ensino fundamental 2, o que dificulta a permanência no ensino daquela escola, causando um esvaziamento quando se chega nas turmas do Ensino médio.

17) O que esse fechamento acarreta para as comunidades? Principalmente a evasão escolar. No estado existe o programa de matrícula denominado “matrícula fácil”, esse programa matricula as crianças ao seu bel prazer sem que tenhamos conhecimento dos critérios. O que leva a um esvaziamento das escolas periféricas e superlotação das escolas centrais, sem que a família ou a criança tenha opção. A consequência disso é a diminuição de verba enviada para essas escolas, porque o repasse é por aluno, acarretando o sucateamento da escola e o fechamento. Isso também gera gasto extra para as famílias, que acabam tendo que arcar com o valor do transporte.

18) Sabemos que o estado tem a função de atender o ensino fundamental, porém com o fechamento das escolas, o município assume essa responsabilidade praticamente sozinho, fato que gera uma superlotação das salas de colégios municipais e, conseqüentemente, a precarização tanto da qualidade de ensino, como da aprendizagem dos alunos.

19) Portanto, é necessário que o Município amplie o diálogo com o Estado a fim de evitar o fechamento das escolas estaduais e resolver, de uma vez por todas, o problema da superlotação das escolas municipais.

20) Implementar a educação em tempo integral, com contra-turnos, se torna então imprescindível. Sabemos que o Estado possui algumas escolas de turno integral com cursos técnicos, como é o caso dos colégios Rondônia, com o curso de Meio Ambiente, Roosevelt e Glória Roussim, com o curso “Técnico em Administração com ênfase em empreendedorismo”.

21) Mas precisamos refletir: o que esse curso traz para os alunos? Estamos falando de famílias que estão calejadas de empreender, porque empreendem desde sempre, ou seja, famílias que ganham pouco, que precisam comer hoje e não amanhã. Chamamos isso de “uberização da classe trabalhadora”, que nada mais é que trabalhos informais em que nem o estado nem as empresas possuem responsabilidade social.

22) Além disso, os alunos também reclamam da falta de professores qualificados para as matérias técnicas. Que formação esses jovens estão recebendo? Pouca ou nenhuma. A necessidade é que haja cursos técnicos que, de fato, garantam a possibilidade de trabalhos estruturados, que possibilitem renda fixa, condições dignas de trabalho e formações bem estruturadas, para que os jovens consigam se inserir no mercado de trabalho.

23) Ademais, esse curso de Empreendedorismo recentemente passou por um problema: quando o então governador, Pezão, criou o curso, ele não verificou se este estava contido na pasta do MEC. Portanto, os alunos que se formaram ao final de 2019 correm o risco de só terem o diploma de Técnico em Empreendedorismo. O que não ajuda em absolutamente nada na conquista de um emprego.

24) O CEE coloca que para terem o diploma de técnico em administração os alunos terão que fazer mais um ano de curso na FAETEC. Mais uma vez o estado age de forma negligente com a educação e com a população, criando um curso “tapa buraco”, que ao final será incapaz de conferir diploma àqueles que o realizaram.

A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DOS JOVENS NO MUNICÍPIO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

1) No dia 20 de abril de 2020, o governo municipal de Volta Redonda anunciou um modelo de Educação a Distância (EAD) a ser implementado em toda a rede municipal, não explicitando, porém, como seria utilizada a Plataforma digital e como se daria essa modalidade.

2) Inicialmente a referida plataforma apresentou diversos problemas técnicos e de instabilidade, que aos poucos foram sendo solucionados. Não obstante, de acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE-RJ), o referido modelo de ensino apresenta diversos pontos questionáveis, dentre os quais, destacamos: a) a plataforma não grava lives, sendo assim os alunos que não puderem estar online no momento da interação aluno/professor serão, mais uma vez, prejudicados; b) a organização do horário na plataforma diferente da disponibilidade do professor antes da pandemia, ou seja, professores tendo que acessar a plataforma em feriados e fins de semana, recebendo comunicados a qualquer hora do dia, sobrecarregados de informações sem terem respeitados a sua carga horária e saúde mental; c) um planejamento pedagógico complexo a ser cumprido em 6 semanas, sem consultar os professores e sem se preocupar com a diferença de aprendizagem do ensino presencial e à distância. O que causa engessamento dos conteúdos, desconsiderando o currículo que o professor já havia iniciado ou que estivesse melhor adequado à realidade da turma; d) a não preocupação com a formação de professores que tem dificuldades com o uso da tecnologia, e nem com a possibilidade de professores não terem acessos aos aparelhos necessários para tal; e) criação de sistema de plantões para recebimento de cestas básicas (que poderiam ser entregues nas casas dos alunos), para professor buscar material na escola e agora para os responsáveis buscarem o material impresso. Todos esses plantões ferem o direito ao isolamento social, expondo muitos profissionais ao risco de contaminação.

3) Portanto, fica claro que a proposta da plataforma limita-se a uma espécie de “arremedo” de aula e com pouca intencionalidade educacional, criando problemas ao professor e não atendendo a formação dos estudantes.

AS LUTAS DA JUVENTUDE DE VOLTA REDONDA

1) Ao longo do governo Bolsonaro e até mesmo antes dele, várias manifestações vem sendo realizadas na cidade de Volta Redonda, encampadas, sobretudo, pela juventude. A luta contra os cortes na educação foi catalisadora de diversos movimentos Brasil afora, e em Volta Redonda não foi diferente.

2) Destacamos as ocupações estudantis das escolas públicas em 2016, o importante ato do “EleNão” no dia 20 de outubro de 2018, que em Volta Redonda teve uma grande adesão; os Tsunamis da Educação de maio de 2019, que deu lugar a uma série de atividades no dia 15 e 30 de maio na cidade, incluindo: atos contra a Reforma da Previdência e o corte de verbas na educação, exposição de trabalhos e pesquisas da UFF/VR e do IFRJ/VR embaixo da biblioteca municipal da cidade e duas importantes passeatas em defesa da educação e da aposentadoria, iniciando na Praça Brasil e terminando na praça Juarez Antunes (espaço histórico da cidade na realização de manifestações e protestos desde a conhecida greve de 88).

3) Além dos atos mencionados anteriormente, uma série de greves gerais foram construídas na cidade, com participação e protagonismo da juventude, bem como os recentes atos do “blacklivesmatter”, em 2020, que também ocasionou importantes movimentos de resistência na cidade de Volta Redonda.

4) Acreditamos que os momentos em que os jovens ocupam as ruas são importantíssimos para construção de nossa democracia, vez que, historicamente, a juventude se organiza em atos de rua, incluindo o histórico movimento dos “Caras Pintadas”, principal responsável pela derrubada do presidente Collor em 1992.

5) Portanto, a luta da juventude em prol de direitos, como educação de qualidade, bem como a luta da classe trabalhadora é de suma importância, assim como o diálogo entre os manifestantes e o Poder Público.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Políticas de combate ao racismo, LGBTfobia, machismo e demais opressões.

2) Potencialização do CREAS, para a oferta de trabalho social direcionado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

3) Ações para garantia de uma educação pública gratuita e de qualidade.

4) Incentivo à criação de empregos na cidade para abarcar a população jovem.

5) Parceria com outros entes e órgãos de saúde com foco em proteção social e intervenção estratégica.

6) Promover ações de atendimento como oficinas, atendimento psicossocial a grupos de jovens, acolhimento e trabalho em rede.

7) Aproximação com os movimentos sociais de juventude e, consequentemente, escuta das demandas.

8) Dotar de condições de funcionamento, autonomia e capacitação o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9) Criar uma campanha de divulgação sobre a importância da existência e da atuação dos Conselhos Tutelares, incentivando a comunidade a participar das eleições dos conselheiros e potencializando debates sobre as reais atribuições dos seus membros – além de dotá-los de infraestrutura para sua atuação, como uma das frentes da Coordenadoria de Direitos Humanos a ser criada em nosso governo.

ACESSIBILIDADE

ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

1) Muitas vezes, quando se fala de Acessibilidade, pensa-se imediatamente na questão das pessoas ditas “deficientes” (seja a “deficiência” intelectual ou física). Mas, na verdade, a acessibilidade está relacionada à aceitação das diferenças e ao reconhecimento de todos os indivíduos como seres humanos, portadores dos mesmos direitos e capazes de viver em sociedade. Se algum membro da sociedade enfrenta alguma dificuldade específica em sua convivência no meio social – seja dificuldade de locomoção, de aprendizado, de acesso a emprego etc – o problema não deve ser encarado como uma especificidade individual, mas sim como uma responsabilidade social.

2) O termo “deficiente” segue sendo utilizado no âmbito da medicina e outros campos do conhecimento, além de prevalecer na sociedade em geral. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que a aplicação desse termo é decorrente de um processo histórico-cultural (no passado, por exemplo, pessoas canhotas eram consideradas deficientes). É preciso superar definitivamente o estigma que muitas vezes acompanha o termo, isto é, a construção cultural na qual uma determinada característica é imposta à identidade de uma pessoa, que de alguma forma é reduzida a essa característica. Uma cadeira de rodas, por exemplo, é apenas um instrumento (como óculos, bengala ou qualquer outro objeto que auxilie a pessoa em sua vida social). Portanto, não podemos reduzir a identidade de uma pessoa, e deve caber ao Poder Público – através de campanhas, do sistema educacional, etc – colaborar para a superação de preconceitos

dessa natureza. A esse respeito, convém lembrar ainda que pesquisas do IBGE já demonstraram que as pessoas com deficiência, em média, ganham menos do que do trabalhadores sem nenhuma deficiência, para executarem uma mesma função.

3) Na verdade, o que usualmente se denomina “deficiência” não está na pessoa, mas no ato, na atividade que ela precisa realizar. Um cadeirante tem dificuldade específica de acesso aos ônibus, por exemplo; uma pessoa com criança de colo também pode apresentar uma dificuldade semelhante. Portanto, o que precisamos é fortalecer a ideia de um *Desenho ou Design Universal* das cidades, a partir da utilização de objetos, equipamentos e estruturas do meio físico projetados de maneira adequada às necessidades de todos os cidadãos e cidadãs (crianças, idosos, gestantes, pessoas muito altas ou muito baixas, obesos, pessoas com deficiências intelectuais e aqueles que se acidentaram permanente ou temporariamente). Se pensado como um princípio da Gestão Pública, o Desenho Universal pode ser realizado com baixo custo, precisando apenas de uma visão mais humanizada por parte dos governantes para colocar em prática esse tipo de projeto, promovendo assim, acessibilidade.

4) Quando falamos em deficiência, costumamos estabelecer uma diferença entre deficiência física e intelectual. Além disso temos o hábito de confundir déficit cognitivo com transtorno mental. Como já assinalamos, preferimos sublinhar que a deficiência está na atividade e não na pessoa. Se a deficiência está na atividade e não na pessoa, ambos merecem atenção quando discutimos o tema da acessibilidade.

5) Se falamos de indivíduos com sofrimento psíquico ou daqueles que apresentam alguma diferença cognitiva, temos que estar atentos a dois aspectos: o estrutural, que diz respeito às suas características corporais, genéticas e cognitivas; e o funcional, que se refere às suas possibilidades adaptativas. Enquanto os indivíduos que apresentam o que se convencionou chamar de deficiência física têm uma diferença estrutural que se manifesta, em geral, em um órgão específico que dificulta a ação por uma limitação sensória ou motora específica, no caso do indivíduo com transtorno mental ou do déficit cognitivo, a dificuldade se apresenta de uma forma mais sistêmica. Quando o sofrimento psíquico é grave ou a diferença cognitiva importante, o aspecto estrutural faz com que a dificuldade adaptativa apareça na capacidade afetiva e/ou cognitiva de interagir os outros, com a sociedade em geral.

6) No caso do transtorno mental, a atenção psicossocial a ser ofertada deve envolver os profissionais da área médica, psicológica, pedagógica, do Serviço Social, da Fisioterapia, das artes, da educação física, da terapia ocupacional, e tantos quanto forem pertinentes para desenvolver ferramentas que possam minimizar essa dificuldade de interação. Esses profissionais devem desenvolver ações multidisciplinares para intervir nas dificuldades de interação tanto no que diz respeito às possíveis transformações estruturais do indivíduo (oferta de medicamentos, psicoterapia, etc), quanto no sentido de intervir para produzir modificações nas formas de vida da cidade que ajudem na ampliação dos direitos dessa população para promover a superação dessas dificuldades.

7) No caso dos indivíduos que apresentam uma diferença cognitiva, a dificuldade de interação está associada à psicomotricidade, aprendizagens, linguagem, comunicação, hábitos de vida, etc. Os profissionais relevantes neste caso vêm das áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, pedagogia, psicopedagogia, psicologia, etc. Também nesse caso, a equipe multiprofissional deve promover intervenções tanto com o indivíduo, quando na cidade (escolas, locais de trabalhos, ambientes públicos que essa pessoa frequente) no sentido de contribuir para a superação de eventuais dificuldades.

8) A deficiência intelectual é um quadro psicopatológico que diz respeito especificamente às funções cognitivas, com defasagens e/ou alterações nas estruturas mentais para o conhecimento. Diferencia-se de outros quadros, como os de psicose infantil ou autismo, que devem ser tratados em suas especificidades e não necessariamente resultam em déficit nas funções cognitivas (embora isso possa ocorrer também).

9) Durante muito tempo, a deficiência intelectual foi tradicionalmente “medida” através do Quociente de Inteligência (QI). Hoje em dia esse conceito vem sendo cada vez mais abandonado, por diversas razões. Em primeiro lugar, porque o QI é avaliado em função de um determinado teste realizado em um determinado momento, e não em função da avaliação das funções cognitivas em si mesmas, as quais dependem também das relações que a pessoa desenvolve em seu meio físico e social – sendo, portanto, mutáveis e não-passíveis de serem medidas a partir de um teste aplicado em um único momento (uma coisa é dizer que uma pessoa *tem* um déficit de conhecimento; outra é dizer que ela *está com* um déficit de conhecimento). Além disso, o QI é medido através de um padrão quantitativo, baseado no que se espera de uma população em relação a conteúdos veiculados especialmente no meio escolar. Esse tipo de teste não dá conta de cada criança como indivíduo singular, e desfavorece aquelas que não tiveram acesso ao tipo de conhecimento escolar que é geralmente avaliado. Pessoas com resultados baixos nos testes de QI (especialmente as crianças), podem ter a capacidade intelectual de aprender em perfeitas condições, se superadas determinadas condições existentes no momento do teste. Na prática, um exame de QI pode servir para segregar uma pessoa, rotulando-a como incapaz e impedindo-a de se desenvolver adequadamente.

10) Além disso, os estudos mostram que os seres humanos apresentam uma capacidade de *neuroplasticidade*, isto é, que seus cérebros podem – principalmente nos primeiros anos de idade – se readaptar e se reconfigurar diante de um transtorno ou dificuldade qualquer, desde que percebidos em tempo hábil e com apoio de uma atenção psicossocial adequada. Diversas pesquisas têm indicado que muitas crianças consideradas como deficientes intelectuais, se tivessem sido identificadas precocemente e recebido uma educação apropriada, teriam melhores possibilidades de conhecer e interpretar o mundo, e talvez nunca chegassem a ser classificadas como pessoas com deficiência.

11) A Lei do SUS (8080/1990), em seu artigo 3º, não concebe a Saúde apenas como a ausência de doença, mas também como às condições de bem-estar físico, mental e

social, a partir de um conjunto de determinantes e condicionantes: moradia, alimentação, meio-ambiente, renda, transporte, lazer, etc. Neste sentido, cabe frisar, qualquer tipo de deficiência deve ser abordado não como uma particularidade do indivíduo, mas sim como uma característica que diz respeito a todo o meio social em que ele vive. Em outras palavras, para definir as necessidades especiais é preciso superar o foco na doença ou deficiência (que define o que a pessoa não pode fazer) e se concentrar nas necessidades integrais do indivíduo. Os testes de avaliação clínica devem ser suplementados por análise de dados socioeconômicos e culturais que definem o impacto das medidas a serem adotadas no padrão de vida da pessoa, conforme seu contexto familiar, comunitário, etc. Não interessa apenas saber, por exemplo, se um cidadão consegue mover uma perna, mas o que ele vai fazer da vida e o nível de aspiração que tem. Isso é importante na definição das questões de moradia, acesso ao transporte público e outros serviços disponíveis.

12) Infelizmente as nossas cidades são projetadas e construídas, em geral, tendo em mente apenas as pessoas consideradas “normais”, ou seja, aquelas que não necessitam de nenhum auxílio especial para a locomoção e realização de tarefas no dia a dia dentro da cidade. Porém, precisamos mudar isso para que todos os cidadãos possam ter acesso à cidade e assim fazerem o melhor uso de suas capacidades e competências. Uma cidade mais inclusiva é melhor para todos, não apenas para as pessoas com necessidades especiais, pois uma cidade onde todos têm acesso a ela é uma cidade mais potente, mais viva e mais humana. Pessoas com necessidades especiais, passam diariamente por dificuldades desnecessárias (pelo simples descaso do poder público ao falhar em se adaptar e exigir que o setor privado se adapte às tais necessidades). A verdade é que não são as pessoas com necessidades especiais que não são funcionais no mundo, e sim, que o mundo não está adaptado a elas.

A SITUAÇÃO EM VOLTA REDONDA

1) A capacidade de um povo em lidar com sua heterogeneidade é um importante critério de avaliação de seu estágio evolutivo – especialmente em virtude do recrudescimento dos fundamentalismos e das intolerâncias de todas as ordens, que vem crescendo em todo o mundo nos últimos anos, culminando na eleição de Jair Bolsonaro e sua pauta de ódio e neofascista. Neste sentido, do ponto de vista do Poder Público, Volta Redonda infelizmente vem acompanhando um retrocesso que está ocorrendo em todo o país, no que tange à aceitação das diferenças. Um exemplo recente disso foi a votação da proibição das discussões de gênero nas escolas, na Câmara Municipal, assim como a definição de família apenas dentro do modelo nuclear heteronormativo. Esse tipo de política intolerante ameaça não somente a comunidade LGBTQI+ e as mulheres, mas todos os princípios que embasam a ideia da diversidade e Acessibilidade – isto é, a ideia da aceitação das diferenças. E vale lembrar que, na ocasião, a sessão da Câmara se encerrou com a execução, nos alto-falantes, de músicas ligadas a determinadas religiões: um precedente perigosíssimo em termos de fundamentalismo religioso, intolerância e ameaça à laicidade do Estado.

2) Segundo dados do IBGE, Volta Redonda possui cerca de 20 mil habitantes com deficiência.

3) O cuidado com a situação das calçadas em uma cidade é um dever das prefeituras para com o cidadão que transita diariamente por elas. É também uma forma de demonstrar respeito aos habitantes de um município, uma vez que calçadas bem cuidadas significam segurança ao longo do trajeto. No entanto, o que vemos são: calçadas esburacadas, desniveladas, com entulhos e quantidades enormes de sacos de lixo; ausência de pisos táteis (ou sua ocorrência de forma mal projetada e mal feita); etc. A prefeitura muitas vezes promove apenas uma “maquiagem” em relação à acessibilidade. Há muitos casos, por exemplo, em que existem um desnível muito grande (“degraus”) entre as rampas de acesso às calçadas e o asfalto, impedindo o cadeirante de se locomover por esses meios. Em outros casos, a entrada de esgoto é posicionada justamente entre a rampa e o asfalto, o que também dificulta ou impossibilita o acesso.

4) As passarelas e calçadas dos viadutos e pontes também apresentam rampas muito íngremes, sem material antiderrapante, dificultando o acesso de cadeirantes, idosos, etc.

5) Em dezembro de 2004, a Lei de Acessibilidade foi sancionada, determinando que todas as empresas de transporte coletivo fossem adaptadas, tornando suas frotas acessíveis até 2014, e em condições de receber as pessoas com deficiência, baixa mobilidade e visão, entre outros. Entretanto, ainda se observa que a maior parte dos ônibus em operação em Volta Redonda ainda não está adaptada para atender essas necessidades especiais. Quase não há elevadores, e os poucos que existem apresentam problemas técnicos por falta de manutenção.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Garantir o protagonismo ativo dos deficientes na formulação e condução das políticas públicas ligadas à Acessibilidade, através do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Compede/VR) e outros mecanismos.

2) Desburocratizar e isentar de taxas as pessoas com deficiência que exerçam atividade econômica autônoma.

3) Ampliação dos pisos táteis nas calçadas e espaços públicos, além dos prédios públicos.

4) Sinalização sonora nos semáforos, indicando quando a via pública está disponível para o acesso de pessoas com deficiências visuais.

5) Instalação de elevadores nos ônibus, e introduzir ônibus de piso baixo com plataformas de ligação contínuas com a calçada.

6) Realização de campanhas de conscientização da população em relação às pessoas com deficiência e à acessibilidade como respeito às diferenças.

7) Adaptar por completo as escolas em termos de acessibilidade.

8) Realização de um projeto de Desenho Universal para a cidade, incluindo 7 princípios básicos:

a) *Utilização equitativa* (pode ser utilizado por qualquer grupo de utilizadores).

Flexibilidade de utilização (engloba uma gama extensa de preferências e capacidades individuais).

b) *Utilização simples e intuitiva* (fácil de compreender, independentemente da experiência do utilizador, dos seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração).

c) *Informação perceptível* (fornece eficazmente ao utilizador a informação necessária, quaisquer que sejam as condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do utilizador).

d) *Tolerância ao erro* (minimiza riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias).

e) *Esforço físico mínimo* (pode ser utilizado de forma eficaz e confortável com um mínimo de fadiga).

f) *Dimensão e espaço de abordagem e de utilização* (espaço e dimensão adequada para a abordagem, manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador).

9) Garantir acesso e estacionamento junto aos edifícios para quem tem problemas de mobilidade.

10) Aproximar-se das Universidades públicas, na perspectiva de estimular pesquisas voltadas para a resolução dos problemas locais ligados à Acessibilidade.

IDOSOS

1) Pensar uma cidade de direitos pra pessoa idosa passa por pensar um tripé fundamental de políticas públicas de saúde, assistência social e Direitos Humanos.

2) No campo da saúde além da tradicional política de tratamento e socorro a urgências da vida, é necessário um profundo planejamento de prevenção e cuidados no campo da saúde mental, articulando política de cultura, esporte, meio ambiente, socialização e integração.

3) Já na assistência, que hoje é a política responsável por abraçar esta população que em Volta Redonda soma mais de 30 mil habitantes, é preciso potencializar os instrumentos

públicos de fortalecimento de vínculo, através dos grupos de convivências e outras formas de interação social que permitam e garantam o envelhecimento são, economicamente sustentável no âmbito particular e de forma a proporcionar a autonomia deste grupo.

4) Quanto aos direitos humanos faz-se urgente entendermos a cidade como território para além das relações de trabalho e desenvolver uma política de infraestrutura e mobilidade urbana que torne possível o empoderamento das diversas facetas da velhice.

5) Volta Redonda hoje possui um caótico sistema de atendimento à saúde do idoso com baixa autonomia, sendo incapaz de alcançar de forma efetiva idosos em Instituições de Longa Permanência e idosos acamados. Isso devido ao número baixo de profissionais intersetoriais que cuidam especificamente do idoso.

6) Por fim, apesar de possuir uma secretaria de políticas para idosos, o governo não desenvolveu ações concretas e efetivas para proteção dos idosos. Realizou diversas buscas e conversas que terminaram em nada e na não viabilização de planos de políticas públicas no município.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Instituir a política municipal do idoso em constante diálogo com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

2) Criar a primeira Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) pública.

3) Oferta de um Serviço de Acolhimento na modalidade Casa-Lar para Idosos (serviço de acolhimento temporário).

4) Elaborar um plano de desenvolvimento urbano que torne a cidade acessível e integrada às necessidades da população idosa. Adequando a mobilidade urbana pensando em pessoas idosas, calçadas, rampas, corrimãos, e ponto de ônibus apropriados.

5) Ter frota de transporte urbano acessível aos Idosos.

6) Valorizar e ampliar os serviços e profissionais voltados para atendimento dos idosos.

7) Promover maior inclusão da população idosa nas ações culturais.

8) Ampliação do atendimento de saúde no domicílio para idosos que necessitam de cuidados mais intensivos. Fazendo a redução das hospitalizações desnecessárias e diminuição dos riscos de infecção, com melhoria na gestão dos leitos hospitalares e o uso dos recursos, bem como diminuição da superlotação de serviços de urgência e emergência.

9) Desenvolvimento de habilidades de autogestão, independência e autocuidado das pessoas idosas, com o fortalecimento da convivência familiar e comunitária através de ações da equipe de referência e contribuição para a prevenção do agravamento de situações de violação de direitos.

10) Garantia do Auxílio Funeral enquanto atribuição da Política de Assistência Social, com a viabilização das despesas de funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços. Bem como o ressarcimento, no caso de perdas e danos causados pela ausência do benefício eventual no momento em que ele se fez necessário.

11) Atendimento ambulatorial de psicologia para todos idosos que necessitarem.

12) Garantir que idosos em vulnerabilidade econômica tenham acesso a medicamentos em demanda e atendimento à todas as prescrições de medicamentos de autocusto.

13) Oferecer atividades de esporte e lazer condizentes com a população idosa e com deficiência do município garantindo que 20% dos Núcleos do Programa Melhor Idade em Movimento possuam atividades específicas para atendimento à população idosa e com deficiência.

SAÚDE

EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PÚBLICO, GRATUITO E 100% ESTATAL

1) A pandemia de Covid-19 que assolou o mundo a partir do final de 2019 gerou uma crise sanitária em escala global, atingindo também Volta Redonda. Em termos proporcionais entre número de habitantes e número de pessoas testadas positivo, nossa cidade chegou a ser a 6ª colocada no cenário nacional em número de casos. Apesar de alarmar um baixo número de letalidade, o índice de mortes por Covid-19 por cada 100.000 habitantes é maior em Volta Redonda do que a média nacional (agosto de 2020). O fato é que o novo coronavírus revelou que a saúde possui claramente uma dimensão social: os maiores atingidos tanto pela infecção como pelas dificuldades de acessar o sistema de saúde quando apresenta os sintomas são aqueles que pertencem à classe trabalhadora, em especial os mais pobres.

2) A saúde pública de qualidade tem sido de bandeira de lutas sociais há décadas em nosso país, e sobretudo nos últimos anos ela ganhou centralidade em razão da intensa precarização e sucateamento que ela sofreu dos investimentos governamentais. Essa opção da história recente de estrangulamento do SUS resultou no caos que se instaurou no Brasil durante a pandemia: ausência de leitos de UTI, hospitais superlotados, falta de respiradores, profissionais de saúde precarizados trabalhando em condições de risco de

contaminação, subnotificação de casos de Covid-19, insuficiência de testes para todos etc. Os casos de Covid-19 e mortes pela doença podem estar sendo muito maiores do que estimam os dados oficiais. E isso se deve, sobretudo, às opções que foram feitas ao longo dos anos de desmonte da saúde pública. O que inclui Volta Redonda.

3) No Brasil, essa precarização parece ter sido bastante funcional ao grande projeto do governo federal de promover um verdadeiro genocídio em nosso país. E como a pandemia atinge mortalmente de forma mais intensa as camadas pobres da nossa população, tornou-se assim uma ferramenta de “limpeza social”, que elege seres humanos que são merecedores de ter saúde e vida do que a outros. A “limpeza social” é um projeto anunciado há mais de um século em nosso país, através das políticas de eugenia, mas ganhou força com o discurso eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro para a Presidência da República e Wilson Witzel para o governo do estado: o de que a solução para os problemas da nossa sociedade se dá pela via da morte. E da morte de pessoas pobres, e da população negra, que já vinha sendo exterminada pelas ações de violência do Estado, mas que, por serem as mais atingidas pela pandemia, serviu como substituição temporária à intensificação do uso das armas.

4) Mas a pandemia não foi um impeditivo para que a violência armada continuasse a produzir mortes e agravasse ainda mais os problemas de saúde pública. Casos como o do menino João Pedro, em São Gonçalo, e Miguel, no Recife, são bastante representativos nesse aspecto. No início da pandemia, as denúncias de violência doméstica contra a mulher aumentaram em 50% - e estamos falando apenas dos casos que romperam o silêncio das residências. E ainda não temos ideia de como isso se reverberou em situações que não chegaram às estatísticas oficiais. Ainda temos poucos dados sobre os índices de violência contra crianças, adolescentes e idosos, mas que podem ter aumentado significativamente e ficado invisível, tendo em vista a mudança radical no cotidiano das famílias com a suspensão das atividades escolares e das necessidades do aumento dos cuidados familiares com pessoas que representam grupo de risco para a Covid-19. Suicídios e homicídios domésticos podem ser resultado dessa grande crise sanitária, por ação ou por omissão. Trabalhadores, especialmente mulheres negras, foram obrigados a continuar trabalhando, expondo-se ao risco de contaminação nos locais de trabalho e, por consequência, de contaminar membros de suas próprias famílias. Houve um aumento nos índices de ansiedade, depressão e uso prejudicial de álcool, em um momento em que os serviços de saúde mental não se tornaram uma prioridade na saúde pública no contexto do enfrentamento dos efeitos da pandemia.

5) O que a pandemia revelou, acima de tudo, é de que saúde não é sinônimo de ausência de doença. Saúde é algo muito mais amplo: ela é o resultado do bem-estar físico, psicológico e social. A desigualdade social produzida pela sociedade capitalista, em seus vieses machista, racista, homofóbico e com ódio de classe aos pobres e aos trabalhadores, visando cada sua mais sua exploração, demonstra que sem igualdade econômica e social é possível de fato promover uma saúde em seu sentido mais amplo à nossa população.

6) Dentre todas as conquistas do povo brasileiro na luta pela redemocratização do país que redundou na Constituição Federal de 1988, uma das mais importantes foi sem dúvida a que deu origem ao preceito constitucional que determina que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Preceito complementado pela Lei 8080/1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Nossa legislação, nessa área, é sem dúvida uma das mais avançadas do mundo, por seu caráter democrático, humanista e igualitário. Junto com a assistência e com a previdência social, nossa Constituição considera a saúde um dos pilares da seguridade social, donde o Estado se responsabiliza por garantir a segurança social de seus cidadãos – e que, certamente, pode e deve incorporar outras políticas sociais.

7) Infelizmente, nos últimos anos, o SUS vem sofrendo todo tipo de ataque, por parte das forças da “velha política”, que pretendem fazer com que nosso país REGRIDA no que diz respeito à Saúde Pública. Nós, do PSOL, entendemos que tornar a saúde das pessoas objeto de lucro é imoral, antiético e contrário aos interesses da população. E a razão é muito simples: precisamos PROMOVER A SAÚDE, o que vai contra os interesses das empresas que *lucram com a falta dela*. É simples assim. Políticas de Prevenção e Promoção da Saúde (que são justamente as que devem ser priorizadas, como veremos adiante) devem ser consideradas direito da população e encaradas pelo Estado como investimento no bem estar dos seus cidadãos e, por isso, não interessam à iniciativa privada (planos de saúde, indústria farmacêutica, etc). A verdade inescapável é que todos os países que avançaram nessa área, inclusive aqueles clássicos defensores da economia de mercado, apostaram em sistemas públicos, porque essa é a forma mais justa e eficaz de garantir a Saúde como um DIREITO de suas populações.

8) O SUS vem sofrendo ataques e um desfinanciamento gradativo ao longo dos anos, por meio de várias leis e decretos governamentais. Mas sem dúvida, o maior deles foi a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional nº 95. Conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, o governo golpista de Michel Temer aprovou o congelamento dos gastos públicos com a seguridade social, incluindo a saúde, pelos 20 anos seguintes – ou seja, até 2036! Isso implica em reduzir drasticamente o repasse de verbas para os municípios, o que é fundamental para que os serviços de saúde funcionem e atendam devidamente às demandas da população. Isso “congelou” os repasses de verba nos níveis baixíssimos aplicados atualmente no Brasil, na área de Saúde. Se o orçamento executado pelo governo federal para a saúde já vinha diminuindo, em 2019 a saúde deixou de receber R\$ 9 bilhões de reais. Os resultados foram visíveis: a incapacidade do país em resolver a crise sanitária que se instalou com a pandemia de Covid-19.

9) Em nossa cidade, as “dinastias políticas” instaladas na Prefeitura nas últimas décadas, assim como o último governo, que sempre fizeram opções de direita, se acostumaram a fazer o *oposto* do que manda a Lei do SUS. E isso tem um impacto direto nos inúmeros problemas que temos na área da Saúde. Portanto, antes de apresentarmos nossas

propostas, é preciso resgatar os princípios e a lógica inscrita na Lei 8080/90, para que todos nós possamos, juntos, melhorar nossa Saúde Pública.

10) O primeiro princípio do SUS é a *Universalidade*. A saúde é um *direito* de todos e todas, e um *dever* do Estado. Qualquer tipo de política pública que não se pautar por esse princípio está, à rigor, em desconformidade com a Constituição. Infelizmente, há uma política *deliberada* de sucateamento da Saúde Pública, visando forjar a ideia de que a iniciativa privada é melhor. Para nós do PSOL a saúde é um DIREITO, e não admitimos que o SUS seja sucateado para o benefício de empresas.

11) O segundo princípio é o da *Equidade*. Pessoas diferentes requerem tratamentos diferentes. O SUS deve ter atenção ao fato de que há pessoas em nossa sociedade que estão em uma posição mais vulnerável, e que, por isso, precisam ter prioridade nas políticas públicas. Todos têm o mesmo direito, mas onde os problemas são maiores, deve haver maior atenção da Prefeitura, de modo a que tenhamos uma situação mais igualitária no que diz respeito à saúde. Qualquer política pública de saúde deve estar atenta às populações mais vulneráveis, sobretudo, aquelas vítimas de violência: mulheres; negros e indígenas; lésbicas, gays, transsexuais, travestis e intersexuais; comunidades da periferia, etc.

12) O terceiro princípio é o da *Integralidade*. O foco do SUS deve ser o ser-humano como um todo, e não uma doença específica ou uma parte de seu corpo. Infelizmente, a medicina em nosso país vem caminhando em sentido oposto, apesar do esforço de muitos profissionais da área que tentam conciliar, de forma harmoniosa, a necessidade de especialização com a questão do atendimento integral ao ser-humano. Não se pode, por exemplo, focalizar uma doença específica de um indivíduo, esquecendo-se que sua saúde depende de uma abordagem integral, que incluem para além da ausência de doença o bem estar físico-psíquico e social. Como define o artigo 3º da lei 8080/90 “Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.” Podemos exemplificar essa questão, para deixar mais claro: um paciente com colesterol alto pode receber uma medicação de um cardiologista, e o colesterol baixar; mas esse mesmo cardiologista, aplicando o princípio de integralidade do SUS, pode chegar à conclusão que o melhor a se fazer é uma mudança nos hábitos alimentares do paciente, para resolver o problema com ganhos para todos. Não se trata apenas de uma “economia de recursos” (em casos de necessidade de medicamentos, eles devem ser receitados), mas de uma concepção que não foque a doença em si, mas o que é melhor para o ser-humano e para a sociedade como um todo.

13) Finalmente, há o princípio da *Participação Popular*. As políticas de saúde devem ser formuladas, aprovadas e executadas por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde. Do ponto de vista do SUS, o próprio cidadão deve ser protagonista da promoção da saúde, juntamente com os profissionais da área e entidades da sociedade civil (como universidades, sindicatos, associações de moradores, etc). Toda política de saúde só pode ser implementada se aprovada nas instâncias de participação popular. Não por acaso, os governos da “velha política” se esforçam para controlar de alguma maneira essas instâncias, através de conhecidos métodos de aparelhamento, cooptação, apadrinhamento político, etc. O PSOL, ao contrário, luta pela autonomia dos conselhos, assim como pela ampliação da participação dos cidadãos nas eleições dos conselheiros e na formulação das políticas de saúde.

14) Outra questão fundamental é que a Lei do SUS prevê a priorização da Atenção Básica. Isso é muito importante por diferentes razões. Em primeiro lugar, porque o objetivo fundamental deve ser o de *Promover a saúde* (e não simplesmente tratá-las, depois que já estão doentes). E, em segundo, porque os estudos indicam que a Atenção Básica resolve até 80% dos problemas relacionados à saúde. A priorização da atenção básica, via valorização das unidades básicas de saúde da família, faz com que a saúde chegue aonde o cidadão e a cidadã moram, evitando que ele e ela sejam obrigados a enfrentar os percalços do acesso à saúde que enfrentam hoje. E os resultados tendem a ser muito mais satisfatórios do que prover a política de saúde somente pela ampliação de redes de atendimento de emergência e hospitalar, que além de serem muito mais caras (e responderem a interesses das indústrias farmacêuticas e de equipamentos hospitalares), atuam apenas na cura de doenças quando elas já se manifestam, e não na prevenção.

A SAÚDE EM VOLTA REDONDA

1) Volta Redonda é uma das cidades do país que possui a saúde de seus habitantes mais atingida em razão da poluição causada pelas grandes indústrias aqui existentes, especialmente a CSN. O município é um dos campeões de altos índices de problemas respiratórios. Além disso, os sistemas de tratamento de água e esgoto não respondem de forma correspondente ao nível de agressão que o sistema de saneamento e eliminação de dejetos industriais impõe à nossa rede fluvial e ao meio ambiente de modo geral. Sem pensar em uma política ambiental, responsabilizando e controlando as ações das grandes indústrias e outras empresas, é impossível pensar em uma boa saúde para a nossa população.

2) A saúde é um dos serviços públicos de Volta Redonda que mais sofrem com a precarização do trabalho. Por vários governos consecutivos, desde à década de 1990, a maioria dos profissionais de saúde que atuaram em nossa cidade não pertencia ao quadro efetivo de servidores do município; eram contratos precários, quando eles existiam. Isso significa que a maior parte de nossos profissionais da área de saúde (enfermeiros, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, técnicos em enfermagem, farmacêuticos, auxiliares de laboratórios, etc) recebem baixos salários e muitos deles não gozam de direitos na

condição de trabalhadores assalariados que são. Podem ser demitidos a qualquer momento, sem justa causa, e não gozam de direitos básicos como férias remuneradas ou 13º salário. Na prática, para um profissional da Saúde ter pelo menos um pequeno período de férias para passar com a família – direito que deveria ser garantido para todo trabalhador – ele é obrigado a entrar em acordo com um colega de trabalho, para que um “cubra” o trabalho do outro no período de afastamento. Isso significa que quem perde com a precarização não é só o trabalhador, mas também toda a população de Volta Redonda, com o prejuízo dos serviços prestados.

3) As formas de contratação dos trabalhadores da saúde que não garantam estabilidade não trazem prejuízos apenas aos profissionais de saúde, mas à população principalmente. Formas precárias de contrato, com baixos salários, não permitem que os profissionais permaneçam nos serviços, e a alta rotatividade gera uma perda de vínculo da população com o serviço, por não se manter as relações de confiança que são tão importantes para os cuidados e acompanhamento em saúde.

4) Esse quadro caminha para piorar mais ainda, com a privatização da própria *gestão* da Saúde. Isso porque a Prefeitura intensificou a realização de convênios com empresas privadas, na forma das chamadas “Organizações Sociais” – OS’s: novo nome para velhas práticas privatistas. Este modelo de gestão da saúde foi elaborado pelo PSDB, durante o governo FHC nos anos 1990, mas ganhou força em vários municípios do país nos anos 2000 e 2010. A saída do Poder Público da gestão direta dos serviços de saúde, para nós do PSOL, se converte em uma grave violação desse direito, porque eles ficam à mercê dos interesses das empresas privadas, que como sabemos, possuem interesses diretos em assegurar lucros.

5) Tornada a saúde uma mercadoria, as OS’s não permitem a construção de carreiras públicas para os profissionais de saúde, com a realização de concursos públicos, estabilidade do trabalhador e garantia de que os serviços prestados à população se manterão contínuos independente de mudanças de governos, secretários e contratos. Em nome de uma suposta “eficiência” de gestão, o que assistimos com essa forma de privatização é uma precarização ainda maior de vários serviços, com governo e empresas (des) responsabilizando-se pelas mazelas e dificuldades dos serviços. Além disso, são frequentes e intensos os escândalos de corrupção que envolvem os contratos e o repasse de verbas para a operacionalização das políticas de saúde. Na verdade, nem poderia ser diferente, uma vez que se tratam de empresas privadas, que funcionam a partir dos interesses de lucro em uma lógica totalmente diferente do que deveria ser o serviço público. Não foi diferente em Volta Redonda. Iniciado esse modelo ainda no governo Neto, o atual prefeito intensificou a aplicação desse modelo de gestão, e foi efetivamente implantado pelo governo Samuca. Atualmente o Hospital São João Batista é gerido por uma OS chamada Associação Filantrópica Nova Esperança e o Hospital do Retiro pela OS Mahatma Gandhi. Ainda em fevereiro antes da pandemia se instalar na cidade, os funcionários do HSJB já denunciavam os inúmeros problemas de gestão da referida OS. Dentre os problemas citados, sucateamento do hospital e desrespeito às leis trabalhistas.

No dia 23 de julho de 2020 um grupo de 10 clínicos se manifestaram dizendo que manterão suas funções apenas até agosto próximo. Segundo esses profissionais as condições de trabalho, estrutura, falta de insumos, medicamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) estão inviáveis.

6) Vale lembrar que, no Brasil, muitas comunidades periféricas não recebem atenção familiar por médicos. Em geral, não é o médico que vai até as famílias – como deveria ocorrer, no sentido da *Promoção da Saúde* – mas o cidadão que, depois de doente, recorre aos médicos. Em Volta Redonda, a Atenção Primária nas comunidades depende muito da ação dos Agentes Comunitários de Saúde, porque na maioria das vezes são eles que detêm o conhecimento do território, dos hábitos da população local e dos problemas que ela enfrenta. No entanto, há falta de respeito a esses profissionais, além de falta de políticas de formação e baixos salários, etc.

7) O resultado disso tudo é uma inversão no que prevê a Lei do SUS, onde a PMVR, ao invés de atuar na prevenção e promover a saúde, “promove a doença” (isto é, espera o cidadão ficar doente, e depois o encaminha para o tratamento). Daí se origina a situação de sobrecarga na Atenção Secundária (ambulatorios) e Terciária (hospitais). E, mesmo nessa situação já incorreta, acontecem ainda novos problemas de gestão: os pacientes são muitas vezes encaminhados quase diretamente para especialistas, mas não por necessidade acusada por seu problema, mas pelo acúmulo de pacientes na área de clínica geral. Como a promoção da saúde não acontece e os médicos clínicos gerais não dão conta de tantos atendimentos, a única “solução” encontrada é o encaminhamento dos pacientes para os médicos especialistas, criando uma sobrecarga geral em todo o sistema. Isso se torna mais grave por conta da falta dos Núcleos de Atenção à Saúde da Família, previstos na legislação, que garantiriam a chegada das especialidades ao território em que a população habita, através de ações de apoio às unidades de atenção básica.

8) Com a Atenção Primária, a Prevenção e o Atendimento Domiciliar em estado de sucateamento, todo o sistema entra em colapso. Os Postos de Saúde – que já não funcionam nos finais de semana, o que é um evidente absurdo – ficam superlotados, com filas, sem medicamentos, sem pessoal suficiente e sem infraestrutura adequada, com filas de espera de atendimento de até 4 meses! Há relatos de mulheres que são submetidas a exames preventivos realizados por profissionais não capacitados para isso. Em momentos de epidemia, como dengue e a recente Covid-19, a falta de políticas sanitárias faz com que o atendimento público da saúde entre em colapso, arriscando a vida de nossos cidadãos e cidadãs. O desrespeito atinge até mesmo os idosos: as filas por vacinas de gripe começam de madrugada, antes de o Sol nascer; e, muitas vezes, a vacina acaba antes que todas as pessoas da fila sejam atendidas. Uma situação vexatória para uma cidade rica como Volta Redonda, e um desrespeito contra nossa população.

9) Nessas circunstâncias, é impossível ao profissional da Saúde – não por negligência, mas por falta de estrutura e má gestão – proceder conforme o princípio da *Integralidade*,

presente na Lei 8080/90. O paciente acaba sendo “reduzido” ao seu problema, que precisa ser resolvido com urgência, dado o acúmulo gerado pela política pública equivocada. As soluções puramente medicamentosas, focadas apenas na doença (e não no ser humano como um todo) acabam se tornando a “única saída”, quando na verdade poderiam ser evitadas muitas vezes.

10) No caso da Saúde mental, a ocorrência deste tipo de problema é ainda maior, dado o consumo descontrolado de ansiolíticos e anti-depressivos, receitados sem o menor controle. Hoje, no SUS, grande parte dos gastos com medicamento se refere a esse tipo de droga. Pacientes com *problemas normais da vida* (e o termo correto é esse mesmo) são levados a consumir esses medicamentos, em quantidade muito maior do que a recomendável e sem o acompanhamento adequado. Pior: como são drogas que causam dependência isso leva a aumentar ainda mais a procura por essas substâncias. Muitos acabam recorrendo à Rede de Atenção Psico-Social (RAPS), que fica sobrecarregada e impedida de se dedicar como deveria aos casos mais graves. Não é incomum que este descontrole leve as pessoas a consumirem um coquetel de drogas em que aparecem remédios de efeito contraditório entre si.

11) Esta situação está tão fora do controle que, muitas vezes, drogas psicoativas acabam sendo solicitadas por profissionais que sequer pertencem a área médica. Isso ocorre, por exemplo, quando a Escola – por problemas estruturais da rede da Educação Pública – aponta uma criança como hiperativa, desatenta, etc, e a partir deste suposto “diagnóstico” os pais encaminham a criança para receber medicações. Neste caso, o que ocorre é que não há uma *Política Intersetorial* adequada, na qual a Secretaria de Saúde dialogue com a Secretaria de Educação, promovendo um serviço público mais integral, humanista e eficiente e, sobretudo, com uma troca de experiências que promova uma capacitação mútua para lidar com essas questões.

12) Tudo isso leva a um total descontrole nos gastos com medicamentos, gerando desperdícios de um lado e carências de outro. Não é por acaso que faltam remédios para pacientes com problemas graves, que *realmente* precisam de medicação. Isso acontece porque a verba é mal utilizada e porque não há políticas de promoção da saúde, que permitam que se evitem gastos desnecessários com medicamentos. Obedecendo ao que manda a lei – e não os interesses da indústria farmacêutica – é possível concentrar os recursos onde precisa. Hoje, em Volta Redonda, a situação é de caos. É comum faltarem não só medicamentos, como também itens básicos – como seringas, por exemplo (não por acaso, ocorre de pacientes levarem para casa alguns desses itens, quando eles aparecem, porque não estão seguros de que haverá deles no futuro, em caso de necessidade).

13) No campo da saúde mental, é fundamental também potencializar os investimentos na atenção básica. Ainda que seja importante ter uma rede ambulatorial e leitos hospitalares para o atendimento nos casos de urgência e emergência, os CAPS precisam ser dotados de infraestrutura física, material e humana para realizar os devidos acompanhamentos

preventivos e de cuidados com os usuários e seus familiares, de modo a levar a cabo os princípios da reforma psiquiátrica.

14) Outro problema grave diz respeito ao CAPS-álcool e drogas. Neste caso, há um problema de incompatibilidade entre o que diz a Saúde Pública e o que prevê o Código Penal. Em termos de Saúde, está comprovado que a melhor política pública para a drogadição é a de *Redução de Danos* – que funciona muito melhor, segundo todos os estudos da área, do que a tentativa da total abstinência. No entanto, como o Brasil continua seguindo a política ultrapassada da chamada “Guerra às Drogas”, isso continua a ser tratado como um problema “de polícia” e não de Saúde Pública. Ademais, a política de redução de danos já comprovou sua eficácia, nacionalmente e internacionalmente.

15) Outra importante política totalmente sucateada pela Prefeitura é a dos Consultórios de Rua, que deveria chegar onde a atenção familiar (domiciliar) não consegue atender: a população de rua. Hoje, em Volta Redonda, os cidadãos mais necessitados não tem um atendimento adequado, num total desrespeito aos Direitos Humanos. É preciso reestruturar esse importante serviço, para que *todos* os volta-redondenses – especialmente os mais necessitados – sejam respeitados e atendidos pelo Poder Público.

16) Em relação a essas questões, é importante atentar para o fato de que o Poder Público, em Volta Redonda, muitas vezes cede aos interesses da chamada “higienização social”, que pretende simplesmente fazer “desaparecer” os moradores de rua e dependentes em drogas, sem respeitá-los como seres humanos e cidadãos que são. Somos contra este tipo de política, porque para nós a solidariedade e a igualdade deve ser marca da Política Pública. Sabemos que parte da população brasileira em geral (inclusive em Volta Redonda), aplaude quando os setores ditos “marginalizados” simplesmente são retirados de circulação – por meios geralmente violentos. Mas nós, do PSOL, achamos necessário e pretendemos travar este debate com a sociedade, de forma serena e democrática, seja nos movimentos sociais ou, quando chegarmos à Prefeitura, através de programas de caráter político-pedagógico. O caminho para a libertação do povo brasileiro e para a criação de uma sociedade verdadeiramente civilizada não passa pelo desprezo contra os mais fracos, mas pela efetivação de seus plenos direitos.

17) Diante de todos esses problemas, é necessário frisar mais uma vez: é muito fácil simplesmente acusar os profissionais da saúde quando o serviço não acontece da maneira adequada; difícil é reconhecer que o profissional está “na ponta”, tentando agir da melhor maneira; a *origem* dos problemas, na realidade, está nos governos irresponsáveis e ignorantes em relação à melhor forma de lidar com a Saúde Pública.

A (FALTA DE) PARTICIPAÇÃO POPULAR

1) Grande parte desses problemas poderiam ser resolvidos se a Prefeitura *realmente* implementasse as políticas previstas nas Conferências Municipais de Saúde. Apesar do discurso do “respeito ao controle social”, o que assistimos ao longo dos anos é um

constante desrespeito às deliberações das conferências, que, por lei, devem contar com a participação de usuários, trabalhadores de saúde e organizações/movimentos de defesa da saúde pública. Mas as práticas privatizantes, travestidas de “eficiência de gestão”, na verdade acabam se tornando um ataque à necessária democratização das decisões sobre os rumos das políticas de saúde, atingindo em cheio o princípio da participação popular do SUS.

2) Recusamos qualquer tipo de acusação à própria sociedade pelo não comparecimento de organizações e de cidadãos comuns na Conferência. Para nós, do PSOL, a participação popular deve não só ser respeitada, mas *estimulada* pelo Poder Público, na forma de ações de caráter político-pedagógico junto à população. Isso porque grande parte de nossa sociedade, por tanto tempo governada por representantes da “velha política”, perdeu as referências de mobilização, organização e participação direta na política. Cabe ao Poder Público *envolver* a cidade nas discussões, *convoca-la* à participar. Eficiência de gestão não se resume a técnicas administrativas, mas sim, ouvir e atender às reais demandas da população!

3) Mas, em grande parte, isso não acontece porque os próprios profissionais da Saúde, em virtude da precariedade de seus contratos de trabalho, são impedidos de se organizar e atuar coletivamente. Sabe-se muito bem que o profissional da Saúde que assume uma postura mais crítica em relação à Prefeitura será o primeiro a ter seu contrato RPA rescindido. Ou seja, o que existe na prática é uma política *deliberada* de esvaziamento das instâncias de participação popular – o que é particularmente grave no caso da Saúde, já que a Lei 8080/90 determina que as políticas públicas nessa área sejam sempre aprovadas pelos Conselhos e Conferências.

4) Este tipo de política pública, além de prejudicial à Saúde da população e ao bom funcionamento do sistema como um todo, configura também um verdadeiro desrespeito à História de nossa cidade. Volta Redonda seguramente esteve, até princípios dos anos 1990, entre as cidades mais mobilizadas e organizadas do país, em termos de movimentos sociais, participação em conselhos, etc. No entanto, de lá para cá, os governos que se sucederam na nossa cidade (como os governos Baltazar, Gothardo, Neto e Samuca) cuidaram para enfraquecer as formas de organização dos trabalhadores, visando apagar a História de nossa cidade e fazer de nosso povo um mero espectador passivo dos atos dos governantes. O resultado é que, hoje, embora formalmente a cidade conte com muitos conselhos, na prática a maior parte deles atua sem autonomia perante a Prefeitura.

5) Do nosso ponto de vista, os usuários dos serviços de saúde, ou seja, todos nós que temos direito a saúde, que é dever do Estado, deveríamos ter acesso a todos os colegiados que organizam a gestão das políticas públicas do município.

OS DESAFIOS PARA VOLTA REDONDA DIANTE DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

1) Apesar do discurso da eficiência administrativa e a ostentação da construção dos hospitais de campanha durante a primeira onda da pandemia, o que se viu foi um conjunto de ações desastrosas e confusas da Prefeitura visando ao enfrentamento da proliferação da doença em 2020.

2) A primeira delas foi a ausência de uma intervenção mais efetiva quanto ao funcionamento do setor industrial em nossa cidade. A CSN não foi compelida a parar ou a reduzir as suas atividades de maneira a garantir a segurança de seus trabalhadores. Enfrentar a contaminação nos locais de trabalho não passa apenas por fornecer álcool em gel para os trabalhadores: o deslocamento dos funcionários da usina no transporte da cidade continuou; as linhas e cadeias de produção não se alteraram. Apesar dos lucros exorbitantes, a CSN não realizou a testagem contínua de seus funcionários, colocando todos em risco de contaminação, pois, sem a identificação precisa dos possíveis focos, não há como realizar políticas de prevenção à proliferação.

3) Outra delas foi a ausência de uma política municipal de renda mínima básica para seus moradores. O PSOL/VR apresentou publicamente uma proposta de renda mínima universal, de modo que os trabalhadores da cidade pudessem manter o seu sustento no período da pandemia, sem colocar em alto risco a sobrevivência das pessoas que dependem das atividades econômicas para sobreviverem. Contudo, a proposta foi ignorada, sequer debatida pelos órgãos municipais. O que se viu foi uma mobilização dos comerciantes exigindo a reabertura do comércio a qualquer custo, usando inclusive da situação precária que os trabalhadores do comércio se encontravam para pressionar a Prefeitura. O resultado foi visível: mesmo após um decréscimo nos índices de contaminação, a quantidade de casos voltou a subir.

4) A ausência de uma infraestrutura de atenção básica atinge diretamente os efeitos da pandemia. Se as unidades básicas de saúde estivessem equipadas com profissionais, devidamente providas das EPIs, dotadas de dados de vigilância em saúde dos moradores de seu território, ações de prevenção e orientação a pessoas que compõem os grupos de risco poderiam estar sendo realizadas. Pessoas idosas, com obesidade mórbida, hipertensas, diabéticas etc. poderiam estar sendo monitoradas de perto caso esses serviços estivessem devidamente estruturados, possibilitando um maior planejamento, inclusive, de uma reabertura gradual e segura das atividades econômicas da cidade.

5) Mas o que se viu foi a ostentação de uma infraestrutura hospitalar com leitos que não eram de UTI, enquanto esses superlotaram os hospitais da cidade. Além disso, os leitos de UTI foram impedidos de serem usados em razão da pandemia – só podiam acessá-los os pacientes de Covid-19. Pessoas de municípios vizinhos, em estado grave, foram impedidos de utilizar os hospitais de campanha da cidade, que permaneceram subutilizados, sobrecarregando o Hospital Regional Zilda Arns – que também colapsou após os escândalos estaduais de corrupção nos contratos com as OS's que assumiram as

administrações dos hospitais na Região Metropolitana da capital. Com a ausência de uma política séria de prevenção, os casos voltaram a subir.

6) Volta Redonda poderia ter feito diferente do que ocorreu no resto do país, somos uma cidade que possui condições materiais. Faltou vontade política. E faltou essa vontade porque as políticas governamentais parecem estar muito mais alinhadas com os discursos negacionistas e de não enfrentamento da pandemia proferido pelo governo Bolsonaro, por mais que no discurso fosse diferente. Defendeu-se muito mais os interesses dos empresários do que as reais necessidades de prevenção, vigilância, monitoramento e tratamento adequado às questões de saúde, especialmente diante de um cenário de pandemia de uma enfermidade grave – e não de uma “gripezinha” que se cura com um milagroso uso de um medicamento que já se comprovou no mundo todo que não possui nenhuma eficácia, conforme insistentemente Bolsonaro fala sobre a cloroquina.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Investimento prioritário em estratégias de atenção básica à saúde que visem à prevenção e a promoção da saúde, com a garantia de abrangência de visitas médicas domiciliares a todos os cidadãos, mediante carreira pública para os servidores do município; e implementação das unidades de apoio a essas estratégias no sentido de garantir que as especialidades da atenção em saúde atinjam todos os territórios do município, especialmente os mais vulneráveis.

2) Estabelecimento, como uma proposta não de apenas de um governo, mas do município, de um projeto intersetorial de formação de MÉDICOS DA COMUNIDADE. Em resumo, o programa funcionaria da seguinte forma: o município ofereceria bolsas de estudo para alunos da Rede Municipal, a partir de uma seleção realizada pela Secretaria de Educação, com a participação dos profissionais das escolas de cada comunidade. Os alunos selecionados, se aprovados nos exames de seleção do Ensino Superior para cursos públicos de Medicina, receberiam a bolsa para contribuir com sua formação e sobrevivência durante o período de graduação, com o compromisso de depois atuarem em suas comunidades de origem, como médicos da Prefeitura. A formação seria complementada com programas de capacitação em Saúde Coletiva, através de convênios com universidades públicas. Dessa forma, finalmente teríamos a ação de médicos que *residem* nas próprias comunidades, gerando emprego e, ao mesmo tempo, promovendo a saúde de nossa população.

3) Para além da proposta anterior, os equipamentos de saúde serão gradativamente ocupados por servidores concursados, mediante Plano de Cargos, Carreiras e Salários, de modo a garantir a estabilidade ao trabalhador e a continuidade dos serviços.

4) Proporcionar atendimento 24 horas às unidades básicas de saúde, com a existência de serviços de pequena urgência e emergência no próprio território do usuário do serviço, evitando assim a superlotação e a sobrecarga dos atendimentos hospitalares e das UPA's,

com a possibilidade de prescrição de medicamentos em pequenas doses, porém eficientes para os efeitos esperados imediatamente. Além disso, serviços de abordagem em saúde noturnas com diversos segmentos populacionais (como população em situação de rua, usuários prejudiciais de drogas) poderiam ser feitos no próprio território, evitando práticas higienistas e repressivas.

5) Fortalecer a participação da Prefeitura nos programas de Educação Permanente de Saúde (EP), que são custeados pelo Governo Federal, com foco nos Agentes Comunitários de Saúde e demais profissionais da área. Para isso, é preciso uma atuação mais efetiva – com *participação popular* – na Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES). O Poder Público, hoje, é muito ausente nesse órgão, que acaba sendo controlado por empresas privadas (ou profissionais dessas empresas). No nosso caso, não propomos apenas palestras e cursos caros (que na prática privilegiam instituições privadas), e nem somente a capacitação de profissionais (embora isso seja importante); nossa proposta é que o CIES atue como intervenção processual nos serviços.

6) Ampliar nossa participação no Piso de Atenção Básica (PAB). Todos os municípios recebem um PAB fixo; no entanto, há também um PAB Variável, que depende da adesão das Prefeituras aos programas do governo federal.

7) Otimização, organização e completa transparência nas compras e distribuição de medicamentos.

8) Aproximar, através de dispositivos de participação popular, as políticas públicas de saúde dos usuários visando enfrentar diretamente as dificuldades que a vida apresenta no território em que habitam e, efetivamente, garantir o bem estar da população.

9) Estabelecer ações conjuntas entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando a fiscalização das ações que prejudiquem o ambiente e que afetam a saúde da população volta-redondense.

10) Garantir o investimento em saúde necessário ao bom funcionamento da atenção de média e alta complexidade com foco da humanização desses serviços, incluindo a possibilidade de consórcios intermunicipais para a ampliação da rede laboratorial e realização de exames de alto custo em tempo hábil para o tratamento dos usuários, diminuindo drasticamente o tempo de espera desses exames.

11) Garantir políticas ambientais e de saneamento básico que acarretem melhorias nas condições de saúde pública do município, especialmente nas áreas de posse, que devem ser urgentemente regularizadas e urbanizadas.

12) Promover o atendimento integral, humanizado, multidisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o início da gravidez até a atenção ao recém-nascido, com o investimento em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto

humanizado, bem como a formação e atuação de doulas, com a criação de uma maternidade, que servirá como um espaço de referência hospitalar para mulheres.

13) Ampliar os recursos destinados à saúde com a aplicação do mínimo constitucional de 15% das verbas municipais, observando criteriosamente a sétima diretriz da Resolução 322 do Conselho Nacional de Saúde que descaracteriza alguns outros investimentos como ações deste financiamento.

14) Democratizar a gestão das políticas públicas de saúde, incentivando a criação de conselhos gestores, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores e usuários de cada unidade, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários.

15) Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde, além de respeitar suas decisões, bem como as das conferências municipais, implementando políticas de comunicação e informação de saúde de modo a incentivar a participação popular.

16) Promover a revisão e auditoria de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados pelos governos anteriores: OS's, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas, com ampla divulgação dos resultados obtidos e visando uma transição progressiva, com a realização de concursos públicos para compor o quadro de trabalhadores da saúde no município.

17) Estabelecer políticas de gestão que busquem compatibilizar a lotação de servidores com suas formações, perfis e interesses em relação às tarefas desenvolvidas.

18) Instituir uma política de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde do município, bem como a capacitação de gestores e formuladores de políticas, em parceria com universidades públicas e centros de formação.

19) Garantir o progressivo encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação.

20) Unificar as ações das secretarias de Saúde e de Educação com base na Política Nacional de Promoção da Saúde;

a) Reforçar os setores de documentação, informação, comunicação, informática (com uso de softwares livres) e educação em saúde nas unidades de saúde;

b) Incluir o direito à saúde e as formas de participação e controle social do SUS na grade curricular da rede municipal de ensino.

21) Reorganizar a Rede de Urgência e Emergência do município de Volta Redonda, hospitalar e pré-hospitalar – fixa (UPA) e móvel (SAMU) –, de maneira a garantir pleno acesso e tempo de resposta adequado para a população volta-redondense.

22) Reorganizar a gestão dos leitos hospitalares, inclusive os complementares, para constituir uma rede capaz de promover suficiência de recursos e acesso efetivo à população, privilegiando os agravos e doenças que atingem os grupos sociais mais vulneráveis e as situações que envolvem emergências em saúde mental.

23) Desenvolver, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), ações de atenção básica às demandas oriundas da saúde do trabalhador e atuando, junto a sindicatos, para fortalecer a capacidade de identificar e reduzir riscos à saúde produzidos pelo trabalho, utilizando de recursos provenientes da taxação sobre a poluição expedida pelas grandes indústrias da cidade.

24) Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o objetivo de promover a equidade étnico-racial nas políticas de saúde do município, capacitando profissionais e gestores.

25) Promover iniciativas na rede de saúde para o acolhimento de vítimas e enfrentamento das consequências relacionadas às situações de violência, seja do ponto de vista individual ou coletivo – e usar a Ficha de Notificação de Maus-tratos (Ficha SINAM) como instrumento de vigilância em saúde, e não de criminalização das famílias.

26) Garantir a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo.

27) Garantir a efetiva aplicação das portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo de transição á pessoas trans, que assim desejam, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, criando unidades de atendimento em hospitais públicos a partir da já reconhecida não-patologização das identidades trans e a redução das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a esse direito.

28) Implementar no âmbito municipal a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, capacitando profissionais e gestores.

29) Garantir a ampliação da rede substitutiva de serviços de saúde mental: Dispositivos de residenciais terapêuticos, CAPS, CAPSad, CAPSi, Centros de Convivência/Cultura, Cooperativas Sociais, Consultórios de Rua, Escolas de Redutores de Danos, entre outros.

30) Fortalecer os serviços de apoio ao idoso, como casas de convivência, programas de atenção domiciliar, programas de internação domiciliar, cuidador de idosos, entre outros, articulados com a Estratégia de Saúde da Família.

31) Implementar uma política municipal intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

32) Investir na formação e na capacitação em vigilância sanitária e ambiental dos servidores públicos de vigilância que atuam no município, mediante sua inserção via concurso público.

33) Submeter, periodicamente, ao controle social do SUS, o resultado das ações de vigilância sanitária e ambiental.

34) Fortalecer um plano municipal de saúde ambiental e controle de endemias, com foco no controle de agravos como Covid-19, dengue, chikungunya, zika, febre amarela, leishmaniose, bem como doenças causadas por desastres (ex: leptospirose) e epidemias causadas por habitações insalubres e condições de vida precárias (ex: tuberculose).

35) Implementar a Política Nacional de Saúde no sistema penitenciário em Volta Redonda, assim como assegurar o acesso à saúde a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas unidades de internação e semi-internação no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1) A Assistência Social só foi legalmente reconhecida como direito social e política de seguridade social na Constituição brasileira de 1988, em conjunto com as políticas públicas de Previdência Social e Saúde. A Seguridade Social, de abrangência universal, em articulação com diretrizes econômicas, políticas e culturais, foi uma das grandes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras no documento constitucional, e a assistência social se apresenta como um mecanismo de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras da sociedade brasileira.

2) Historicamente, o Brasil relegou a assistência social aos porões do assistencialismo, filantropia e favor, sem reconhecer a necessidade de garanti-la à população destituída do acesso aos bens e serviços. Formalmente, a Constituição Federal a reconhece como uma política social destinada a quem dela necessitar, que deve prestar serviços e benefícios especialmente para aqueles que: não conseguem vender sua força de trabalho (desempregados, ou com atividade laboral sem registro na carteira de trabalho); obtêm baixos rendimentos; e pessoas que não possuam condições para assegurar sua existência (crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outros).

3) Sua regulamentação foi tardia, somente com aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. E apesar dos esforços das lutas de diversos segmentos da sociedade civil, foi bastante desconsiderada pelos governos federais de direita do PSDB e DEM, que não a implementaram. Foi somente com a Política Nacional de Assistência Social (2004) e a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 2005, que a assistência social foi efetivamente estruturada como política pública, com a criação e instalação de um sistema de gestão estabelecido nacionalmente, descentralizado na execução e co-financiado pelas três esferas de governo, e com uma rede socioassistencial estatal e também privada submetida à regulamentação da LOAS. Com o SUAS criou-se uma inovadora rede de serviços de proteção básica e especial, que visa concretizar a assistência social como direito humano e dever do Estado.

4) Mas na assistência social ainda permanecem muitos traços históricos do clientelismo, do favor e do controle da vida dos pobres, que não a reconhecem como direito e política social, e insistem em manter a assistência social na esfera das relações privadas, desrespeitando a própria Constituição Federal. É preciso pensar ações que superem a responsabilização da família pelas mazelas sociais que vivenciam. Também é necessário avançar para além dos programas sociais de combate à pobreza de ações focalizadas e seletivas, na perspectiva de compensar os efeitos perversos das políticas neoliberais.

5) Para tanto, o fio condutor desta proposta é estabelecer um debate democrático, que envolva trabalhadores, trabalhadoras e usuários, na perspectiva de avançar na construção do SUAS como um sistema efetivamente participativo. Um Programa de esquerda deve reafirmar a Assistência Social como política pública de seguridade social, dever estatal e investimento do fundo público – superando o subfinanciamento dos serviços - e consolidar sua determinação constitucional de direito social a quem dela necessitar. Para tanto, deve se colocar como uma importante mediação na efetivação dos direitos e relação com as demais políticas sociais.

6) Um princípio que deve transversalizar a proposta para a assistência social e para todas as políticas sociais é o reconhecimento da diversidade humana, constituinte da individualidade. Somos seres diversos. Assegurar o pleno desenvolvimento de nossas individualidades exige compromisso efetivo com a luta pela igualdade e pela liberdade e promoção de políticas sociais que articulem a defesa da universalidade com o reconhecimento das particularidades. As políticas sociais devem assegurar o atendimento das necessidades e reivindicações que materializam a diversidade humana, em suas múltiplas expressões, a exemplo, dentre outras: de origem; raça e etnia; gênero e identidade de gênero; orientação sexual; idade; deficiência física, imunológica, sensorial ou mental. A defesa da diversidade é, portanto, um caminho estratégico que articula nosso entendimento sobre a relevância da seguridade, da assistência social e do conjunto das políticas, na perspectiva da garantia dos direitos, da democratização da vida social; do combate à violência e o enfrentamento da desigualdade social. A sociedade brasileira tem em sua formação sócio-histórica a articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Disso resulta a reprodução na vida cotidiana da violação dos direitos humanos, com

inúmeras formas de violência, agravadas com a ascensão dos governos neofascistas de Bolsonaro e Witzel, que particulariza e piora a desigualdade social e o não reconhecimento da diversidade no país. Racismo, sexismo e LGBTfobia crescem de forma assustadora, evidenciando autoritarismo e conservadorismo presentes nos mais diferentes ambientes da vida social, inclusive nos espaços públicos e institucionais, no acesso ao trabalho, à saúde, à educação e aos programas e serviços socioassistenciais. A Assistência Social e seus equipamentos deverão incorporar esse princípio e desenvolver propostas a partir das necessidades locais.

7) Outro princípio que deve reger a construção do SUAS é o da laicidade. Seja na dimensão da oferta de serviços públicos, seja da relação com a rede privada que ainda permanece forte na área. A área da Assistência Social é histórica e particularmente sensível à atuação de redes privadas filantrópicas religiosas de várias matrizes. Muitas vezes a atuação dessas entidades não se pauta por uma perspectiva democrática, buscando interferir nos Conselhos e Conferências, bem como estabelecendo relações clientelistas com os governos para acesso aos recursos públicos que nem sempre chegam aos usuários, e até mesmo retaliando os trabalhadores do SUAS na perspectiva de fortalecer o trabalho de missionários. Nesse sentido, o compromisso da aliança é de defesa da laicidade do Estado e de que a oferta de serviços e benefícios seja implementada sob a ótica do direito e do dever público estatal, com a valorização do papel dos trabalhadores do SUAS. Nessa direção, a política deve combater o assistencialismo, o nepotismo e o clientelismo (benefício de pessoas próximas), bem como a apropriação indébita dos equipamentos públicos pela militarização e por organizações violentas e paramilitares nas comunidades, por exemplo, as milícias.

8) A crise econômica que se instalou no Brasil a partir de 2015, e que agrava a cada dia em razão das opções políticas ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro, fez ampliar e alterar o perfil de usuários do SUAS. O aumento dos índices de desemprego fez com que diversos segmentos, que antes eram considerados como “classe média”, necessitassem de acessar os serviços do SUAS, revelando a falácia do empreendedorismo e da empregabilidade. Esse movimento veio acompanhado de vários aspectos.

9) Um deles foi o do recrudescimento do discurso fascista de ódio de classe, sobretudo dos mais pobres, majoritariamente negros. Isso se dá porque a crise econômica quebrou as ilusões ideológicas de que a classe média não é parte da classe trabalhadora, mostrando que independente do poder de consumo que em cada momento histórico determinados segmentos sociais possuem, são todos membros de uma mesma classe. E que é essa classe quem paga o pato (literalmente), a conta da crise. Por isso, o discurso de ódio ganhou força: para tentar manter as ilusões e continuar reproduzindo a segmentação de classe.

10) O outro aspecto foi o aumento considerável da fila de espera para acessar os programas de transferência de renda – especialmente o Bolsa Família. Em uma clara tentativa de angariar os votos dos beneficiários do Programa, em 2018 o então candidato

Jair Bolsonaro prometeu não reduzir o acesso; por outro lado, “fechou” as portas de entrada para o programa. O resultado é o que vemos em nossa sociedade: um aumento da miséria e da pobreza, pessoas em situação de rua, crescimento do mercado informal e do comércio de ambulantes, em razão dos altos índices de desemprego que se antes já atingia as populações mais pobres, cresceu exponencialmente após 2016.

11) Vale registrar ainda os desafios postos no campo da proteção especial. Em um país que possui as marcas da desigualdade social, em que diversos segmentos da sociedade são historicamente oprimidos por outros (mulheres, população LGBT, negros, indígenas, imigrantes, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, jovens em conflito com a lei), as lutas desses segmentos provocaram avanços em termos de políticas públicas que visam à garantia de seus direitos – e o enfrentamento às formas de violência a que sempre foram submetidos. Os CREAS – Centros de Referência Especializados em Assistência Social – dessa forma, se tornaram instituições centrais nas situações que envolvem essas populações, especialmente as mais pobres.

12) O problema é que, com o acirramento do discurso reacionário e conservador que vivemos no país após 2016, essas populações tornaram-se mais ainda vitimizadas de diversas formas. Os segmentos mais pobres da sociedade, mesmo antes desse período, já lotavam os atendimentos dos CREAS que, em um movimento de cada vez mais responsabilizar as famílias pelas situações de violência, tornaram-se uma espécie de para-raios de requisições judiciais, do Ministério Público, para a produção de provas com vistas à criminalização dos pobres. Isso aumentou significativamente, e passou a atingir inclusive segmentos de classe média (uma vez que, por exemplo, fenômenos de violência doméstica ocorrem em diferentes classes sociais). O que vemos é que com o aumento das formas de desigualdade e violência, os CREAS vão aos poucos perdendo o seu caráter de promoção de um atendimento integrado para a promoção e garantia de direitos para se tornarem braços dos processos de criminalização dos pobres, de responsabilização das famílias e seus membros, bem como um espaço que não consegue pensar em ações concretas, de médio e longo prazo, para o enfrentamento das violações de direitos que envolvem as famílias.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DE COVID-19

1) Muito tem se falado, durante a pandemia do novo coronavírus, das mazelas enfrentadas pelos profissionais de saúde. Mas pouco se deu visibilidade ao protagonismo e à extrema precarização e risco a que foram e ainda são submetidos os trabalhadores da assistência social nesse período, assim como a total desassistência a que a nossa população está submetida.

2) Com a crise econômica agravada com a pandemia, e a necessidade de se prestar o atendimento à população que se viu, de uma hora pra outra, totalmente impossibilitada de prover o seu sustento, e com a necessidade de manter-se isolada do contato com outras pessoas, os serviços socioassistenciais precisaram ser acionados em toda a sua

potencialidade. Entretanto, o que se viu, foi a fragilidade das políticas e serviços de assistência social elevada a uma enorme potência, fragilidade esta já prevista desde os intensos ataques que sofreu desde o governo golpista de Temer, com um constante desfinanciamento e com a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional nº 95. Conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, o Congresso Nacional e o ex-presidente Temer aprovaram o congelamento dos gastos públicos com a seguridade social, incluindo a assistência social, pelos 20 anos seguintes – ou seja, até 2036! Isso implica em reduzir drasticamente o repasse de verbas para os municípios, o que é fundamental para que os serviços de assistência funcionem e atendam devidamente às demandas da população. Isso “congelou” os repasses de verba nos níveis baixíssimos aplicados atualmente no Brasil, na área de Assistência Social. Os resultados foram visíveis: a incapacidade do país em proteger os seus cidadãos com a situação dramática que se instalou a partir da pandemia de Covid-19.

3) Nós, do PSOL, tanto na Câmara Federal como na ALERJ, empreendemos todos os esforços para que a rede de serviços e programas socioassistenciais se ampliasse no período da pandemia, inclusive os programas de renda mínima. O governo Bolsonaro, em um primeiro momento, não sinalizou nenhuma ação voltada para os mais pobres. Pelo contrário, apenas apresentou facilidades para programas de crédito bancário! Com o início das pressões populares, tiveram a audácia de apresentar uma proposta de renda mínima no valor de R\$ 200,00. A bancada do nosso partido, juntamente com outros parlamentares, pressionaram o Congresso para aprovar o aumento para R\$ 600,00 – um valor ainda irrisório frente às necessidades das famílias trabalhadoras. E ainda assim, o governo federal criou dificuldades burocráticas de várias espécies para inviabilizar ainda mais o acesso ao programa emergencial. Não foram poucos os escândalos que envolveram o acesso ao auxílio emergencial ao longo de 2020.

4) Durante a pandemia, em razão da necessidade do isolamento social, também se viu crescer abruptamente os índices de violência doméstica. No caso das mulheres, no início da pandemia, esse número chegou a 50% - e contando apenas aqueles casos que chegaram ao conhecimento dos órgãos oficiais. Com a suspensão das atividades escolares, também se viu o aumento das formas de violência física e psicológica contra crianças e adolescentes. Os idosos também não ficaram para trás: como um dos principais grupos de risco para os efeitos agravantes da Covid-19, a necessidade de mantê-los isolados no âmbito doméstico promoveu uma série de violações de seus direitos fundamentais – incluindo o à própria vida. Isso fez reacender a necessidade do fortalecimento dos serviços ligados à proteção especial, como os CREAS, abrigos, entidades de acolhimento – que já vinham sendo profundamente sucateados e funcionando, majoritariamente, a partir de convênios com instituições filantrópicas e religiosas.

5) Sobre os abrigos e entidades de acolhimento, a situação ainda foi mais grave. Tratam-se de espaços de aglomeração constantes, e que, por diversas razões, não deixam de receber novos usuários. Essas razões se agravaram com a necessidade de se manter o

isolamento social. Pessoas que viviam nas ruas, por exemplo, precisaram ser encaminhadas com urgência para abrigos, muitos deles montados às pressas, sem a devida infraestrutura necessária, tal como prevê a tipificação dos serviços socioassistenciais. Resultado dos ataques históricos que a política sempre sofreu. Muitas dessas pessoas são idosas, algumas com transtorno mental, outras portadoras de enfermidades contagiosas, como a tuberculose. O que se viu durante a pandemia foi, novamente a clássica solução da “limpeza social”, justificada, dessa vez, pelos riscos de contaminação pelo coronavírus. Mas os cuidados necessários para a não disseminação da doença não parecem terem sido os parâmetros para prover o atendimento a essas pessoas que precisaram ser abrigadas em caráter de urgência, expondo-as a riscos de contaminação.

6) E no meio desse furacão, estavam os trabalhadores da assistência social. Mesmo com a intensificação das demandas para os CRAS, CREAS, abrigos e entidades de acolhimento, eles se tornaram invisíveis para o Poder Público. Se na saúde não cansavam de aparecer denúncias de que os profissionais trabalhavam sem os devidos equipamentos de proteção, nos serviços socioassistenciais isso nem chegou a ser noticiado como se deve. Locais já insalubres, filas para atendimento com aglomerações, uma população que não tinha o acesso devido a máscaras e materiais de higienização e que também não os encontrava nos serviços de assistência social. Usuários e trabalhadores em risco o tempo inteiro. Houve muitos casos de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros trabalhadores do SUAS que se contaminaram e que inclusive vieram à óbito. Tudo isso produto do histórico descaso com que os nossos governos sempre tiveram com os mais pobres e com aqueles profissionais que se dedicam a lidar com essa população em seus problemas cotidianos.

7) Durante a pandemia de Covid-19, o PSOL Volta Redonda apresentou uma petição online para o estabelecimento de uma renda mínima universal para os moradores da cidade. Tratava-se de um benefício emergencial, no valor de 2/3 de um salário mínimo para cada habitante adulto da cidade, a partir da taxa da CSN em função do carbono emitido pela siderúrgica na cidade. Nossa proposta estava de acordo com os princípios da assistência social: se ela é uma política voltada para “quem dela necessitar”, as medidas de contenção e de isolamento social impostas pela pandemia transformavam todo cidadão em um usuário desse benefício. Também propusemos que, da mesma fonte, se investisse em aluguéis sociais para grupos de risco e população em situação de rua, evitando as aglomerações de adultos a partir da ocupação de imóveis disponíveis para alugueis e o uso da rede de hotéis da cidade. Apesar de contar com mais de 1000 assinaturas, essas propostas sequer foram apreciadas pelo prefeito Samuca ou encampada por algum vereador da Câmara Municipal.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VOLTA REDONDA

1) Apesar de contar com um considerável número de equipamentos de proteção básica, herdeiro dos antigos CAC's (Centros de Ação Comunitária), a atuação dos CRAS em Volta

Redonda vem se resumindo a gestão dos benefícios provenientes dos programas de transferência de renda do governo federal, e a alguns serviços de convivência social, sobretudo voltados a idosos, a crianças, a adolescentes e a mulheres chefes de famílias. Vale ressaltar que a esmagadora maioria de usuários dos serviços do CRAS são mulheres, justamente pelas dificuldades que as mesmas, quando chefes de família, possuem para prover seu sustento e de seus filhos.

2) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê que a proteção básica promovam diversos serviços socioassistenciais voltados para a população que reside e/ou trabalha nos territórios englobados pelo respectivo CRAS. Tais serviços devem ser materializados a partir de programas e projetos desenvolvidos pelos municípios – e que podem contar com financiamento parcial ou integral dos estados e da União. Eles responderiam a diferentes necessidades da população local que fossem identificadas pelos profissionais que nele atuam, e pela própria Prefeitura. Contudo, Volta Redonda não possui nenhum projeto que atenda a essa prerrogativa dos CRAS, para além dos serviços de convivência e de transferência de renda.

3) Da mesma forma, os CREAS possuem a responsabilidade de estruturar serviços que atendam às famílias que se encontram vivenciando graves violações em seus direitos, na perspectiva de articular ações, projetos e serviços que visem a sua garantia integral. Com o aumento dos índices de violência e desigualdades, bem como as constantes requisições de atendimento por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público (algumas inclusive indevidas, que em nada se relacionam com o objetivo do CREAS), o que se observa é um inchamento excessivo das demandas de média complexidade na política de assistência social.

4) Em 2011, isto é, há quase 1 década atrás, a recomendação da PNAS era a de que houvesse 01 CREAS para cada 200.000 habitantes. Isso em outro contexto econômico, político e social, o que não conta o aprofundamento das desigualdades sociais vivenciadas no Brasil nos anos 2010, o aumento populacional, a explosão das denúncias de violência diante do avanço do conservadorismo e os efeitos da crise sanitária e econômica. Se olharmos para a nossa realidade atual, esse número proporcional já está bastante defasado. Ainda assim, Volta Redonda, um município com cerca de 274.000 habitantes, com os problemas estruturais que possui em razão das desigualdades próprias da nossa cidade, possui apenas 01 CREAS. Municípios muito menores possuem exatamente a mesma quantidade. E 01 CREAS que possui a tarefa de construir ações socioassistenciais que objetivem a garantia de direitos de uma população que explode no que tange às violações dos mesmos.

5) Soma-se a isso a vergonhosa política de recursos humanos que vive a política de assistência social em Volta Redonda. Herdeira das dinastias de governos anteriores (Baltazar, Neto e Gotardo), a SMAC conta com um ínfimo número de servidores concursados. A esmagadora maioria dos profissionais de nível superior é, há décadas, contratada pela via do Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), não conferindo-lhes

nenhuma estabilidade, salários irrisórios, tampouco garantias trabalhistas, ficando os profissionais da assistência social à mercê dos desejos políticos dos gestores e do clientelismo com agentes das comunidades – prática típica da história da assistência social no Brasil. Mesmo com várias denúncias contra a Prefeitura em diversas instâncias (Judiciário, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Defensorias Públicas etc.), a prática se manteve e se reproduziu durante o governo Samuca, demonstrando que o seu discurso de “eficiência de gestão” não passa de uma cortina de fumaça para explorar ainda mais aqueles trabalhadores que atuam cotidianamente nas instituições e equipamentos do município.

6) Em 2020, a Prefeitura demitiu uma grande quantidade de trabalhadores, incluindo aqueles que atuavam sob a forma de RPA. Contudo, ao não substituí-los por profissionais concursados, o resultado final é não só o aumento do desemprego na cidade, mas também uma maior precarização dos serviços prestados à população, justamente pela ausência de pessoal.

7) Quanto aos abrigos e entidades de acolhimento, a situação em Volta Redonda não fica atrás. Tanto a Lei Orgânica como a Política Nacional de Assistência Social prevê que as ações de institucionalização sejam acompanhadas pelas unidades do SUAS, a partir de um comando único, que deveria ser dado pelas Secretarias municipais que executam a política. Em Volta Redonda, as entidades de acolhimento de crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade da Fundação Beatriz Gama, totalmente isolada da política implementada pela SMAC. E por ser fundação, acaba por executar outras atividades que fogem ao papel da política pública de assistência social. Por não haver uma ação coordenada, cabe aos profissionais fazerem os esforços de pensar em ações de rede com os serviços da SMAC, quando, na verdade, essa articulação deveria ter sido pensada já no planejamento da política. Além disso, Volta Redonda não dispõe de um abrigo voltado para famílias. Quando algumas delas vivem uma situação em que precisam acessar os serviços, as crianças são separadas dos adultos, promovendo uma forte quebra dos vínculos familiares. Com relação aos idosos, a esmagadora maioria dos abrigos é da rede privada – as Instituições de Longa Permanência para Idosos ou são pagas ou sobrevivem de doações administradas por entidades religiosas. Uma não estruturação dessas instituições como política pública gera uma precarização nos serviços, como por exemplo, a inexistência de trabalhadores com condições adequadas para realizar um trabalho que permita o acesso dos idosos aos seus direitos fundamentais, inclusive os de convivência familiar. Infelizmente, o resultado dessa precarização é a reprodução do abandono que essa população vive quando é abrigada.

A (FALTA DE) PARTICIPAÇÃO POPULAR

1) Grande parte desses problemas poderiam ser resolvidos se a Prefeitura *realmente* implementasse as políticas previstas nas Conferências Municipais de Assistência Social. Apesar do discurso do “respeito ao controle social”, o que assistimos ao longo dos anos é um constante desrespeito às deliberações das conferências, que, por lei, devem contar

com a participação de usuários, trabalhadores da assistência e organizações/movimentos de defesa da política. Mas as práticas desfinanciadoras e de precarização de contratos e serviços, travestidas de “eficiência de gestão”, na verdade acaba se tornando um ataque à necessária democratização das decisões sobre os rumos das políticas de assistência, atingindo em cheio o princípio da participação popular do SUAS.

2) Recusamos qualquer tipo de acusação à própria sociedade pelo não comparecimento de organizações e de cidadãos comuns na Conferência. Para nós, do PSOL, a participação popular deve não só ser respeitada, mas *estimulada* pelo Poder Público, na forma de ações de caráter político-pedagógico junto à população. Isso porque grande parte de nossa sociedade, por tanto tempo governada por representantes da “velha política”, perdeu as referências de mobilização, organização e participação direta na política. Cabe ao Poder Público *envolver* a cidade nas discussões, *convoca-la* à participar.

3) Mas, em grande parte, essa participação não acontece, ou acontece precariamente, porque os próprios profissionais da assistência, em virtude da precariedade de seus contratos de trabalho, são impedidos de se organizar e atuar coletivamente. Sabe-se muito bem que o profissional da assistência que assume uma postura mais crítica em relação à Prefeitura será o primeiro a ter seu contrato RPA rescindido. Ou seja, o que existe na prática é uma política *deliberada* de esvaziamento das instituições de participação popular – o que é particularmente grave no caso da assistência social, já que a LOAS determina que as políticas públicas nessa área sejam sempre aprovadas pelos Conselhos e Conferências.

4) Este tipo de política pública, além de prejudicial à assistência social da população e ao bom funcionamento do sistema como um todo, configura também um verdadeiro desrespeito à história de nossa cidade. Volta Redonda seguramente esteve, até princípios dos anos 1990, entre as cidades mais mobilizadas e organizadas do país, em termos de movimentos sociais, participação em conselhos, etc. No entanto, de lá para cá, os governos que se sucederam na nossa cidade (como os governos Baltazar, Gothardo, Neto e Samuca) cuidaram para enfraquecer as formas de organização dos trabalhadores, visando apagar a história de nossa cidade e fazer de nosso povo um mero espectador passivo dos atos dos governantes. O resultado é que, hoje, embora formalmente a cidade conte com muitos conselhos, na prática a maior parte deles atua sem autonomia perante a Prefeitura.

5) Do nosso ponto de vista, os usuários dos serviços de assistência social, ou seja, todos nós que temos direito à assistência social, que é dever do Estado, deveríamos ter acesso a todos os colegiados que organizam a gestão das políticas públicas do município.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Criar um programa de enfrentamento à pobreza em Volta Redonda, o que inclui ações assistenciais de segurança alimentar, articulado com as políticas de trabalho e renda e discutindo com a sociedade as reais necessidades da população, sobretudo aquela que

necessita dos serviços socioassistenciais para assegurar a sua sobrevivência. O programa seria no formato de renda mínima, para indivíduos que se encontrarem em situação de pobreza e impossibilitados de prover o seu sustento e os seus direitos fundamentais, afirmando a assistência social como um direito – e não como benefício.

2) Alterar o nome da pasta para Secretaria Municipal de Assistência Social, referendando as ações da Prefeitura como parte da política de assistência social, reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado.

3) Implementar um Programa Municipal de Assistência Social, com a efetiva implantação dos serviços do PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) a partir de dados sobre as condições de vida e necessidades das populações dos territórios abrangidos pelos CRAS, ouvindo usuários e trabalhadores da assistência social.

4) Ampliar o número de CREAS no município para 03, dotando-os de infraestrutura necessária e implementando programas e projetos que atendam às necessidades de se enfrentar as violações de direitos com vistas à garanti-los, além da efetiva implementação dos serviços do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos).

5) Implementar, nas unidades de assistência social, programas e ações de abordagem coletiva e comunitária junto à população usuária dos serviços, em uma perspectiva de educação popular e organização da população para a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, bem como de garantia de seus direitos.

6) Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação, entre outras, sob a perspectiva de garantia de direitos humanos.

7) Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde, além de respeitar suas decisões, bem como as das conferências municipais, implementando políticas de comunicação e informação de modo a incentivar a participação popular.

8) Valorizar o servidor público da assistência social em suas mais diferentes áreas, com a garantia concurso público estatutário em todas as áreas, evitando a precarização na execução dos serviços e na contratação de profissionais.

9) Aproximar as políticas públicas de assistência social dos usuários, através de dispositivos de participação popular, visando enfrentar diretamente as dificuldades que a vida apresenta no território em que habitam e, efetivamente, garantir o bem estar da população. Incluir o direito à assistência social e as formas de participação e controle social do SUAS na grade curricular da rede municipal de ensino.

10) Iniciar uma campanha de valorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social no âmbito do município, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar.

11) Instituir uma política de formação e educação permanente dos trabalhadores da assistência do município, bem como a capacitação de gestores e formuladores de políticas, em parceria com universidades públicas e centros de formação.

12) Democratizar a gestão das políticas públicas de assistência social, incentivando a criação de conselhos gestores, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores e usuários de cada unidade, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários.

13) Implementar a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua e a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de modo a enfrentar as práticas higienistas que criminalizam migrantes e pessoas em situação de rua de um modo geral, com a criação de uma casa de acolhimento para pernoite das pessoas em trânsito na cidade.

14) Apoiar as modalidades de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar) nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para mulheres, crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida, bem como a formação contínua dos profissionais envolvidos.

15) Pactuar uma política com o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional, bem como investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização.

16) Fiscalizar e analisar, junto com o Conselho Municipal de Assistência Social, a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas do município.

17) Implementar um Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, voltado para mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência – incluindo o funcionamento de um abrigo para famílias, evitando a separação de entes familiares e ruptura de vínculos.

18) Elaborar projetos políticos pedagógicos para qualificar as medidas socioeducativas em meio aberto, envolvendo os adolescentes, os familiares e as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

19) Discutir e implementar programas de enfrentamento e erradicação ao trabalho infantil, em articulação com outras políticas públicas como educação, saúde e trabalho/renda voltado para as famílias.

20) Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo, assim como o atendimento às necessidades das famílias das pessoas privadas de liberdade.

21) Estimular a criação e o funcionamento regular e autônomo de um Fórum municipal de Trabalhadores do SUAS.

EDUCAÇÃO

1) Construir um plano de governo em um tempo de excepcionalidade exige de nós, como partido político, um esforço radical e uma abertura para o aprendizado e para a troca de experiências, pois tudo é novo e não há certezas sobre a erradicação do vírus e da Covid-19 nem sobre como o corpo social se comportará nesta nova concepção de normalidade.

2) Sendo assim, é fundamental estarmos atentos aos dramas humanos envolvidos na discussão do programa político para o ano de 2020 e, em especial, na área educacional que, para um partido socialista, deve priorizar a construção de possibilidades de formação plena dos cidadãos e condições de manutenção da dignidade das trabalhadoras e trabalhadores para que exerçam suas funções trabalhistas com a certeza de que suas filhas e filhos estejam nas escolas e creches municipais com a oferta de uma Educação inclusiva e qualitativa.

3) Para pensarmos um projeto educacional para o Município, precisamos nos ater a alguns dados, como, por exemplo, a análise do TCE sobre os investimentos em Educação em Volta Redonda nos últimos anos. Em 2015, enquanto o país vergonhosamente investia não mais de 5% do PIB em Educação, a cidade de Volta Redonda vexatoriamente não investiu 1,5% do PIB municipal, o que, obviamente, resulta em uma precarização da estrutura das unidades educacionais e na desvalorização dos servidores municipais da Educação.

4) Ainda sobre investimento, cabe ressaltar que Volta Redonda é um dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que menos investem em Educação, se pensarmos em relação ao número de alunos da rede: o investimento por aluno gira em torno de 3.590 reais por ano, também de acordo com o TCE.

5) O relatório do TCE foi publicado em 2018 e revela alguns números alarmantes, como o quantitativo de discentes que são marcados pela distorção série-idade, o número de discentes que não chegam ao ensino médio, ainda que a rede municipal apresente uma

quase universalização do acesso aos primeiros anos do ensino fundamental e resultados positivos em avaliações de órgãos externos e internos. É óbvio que estes resultados devem ser problematizados. E isso demanda uma educação política da sociedade, a fim de que perceba que Educação difere de escolarização. Educação não pode ser aferida por números.

6) A Constituição Federal Cidadã indica que os municípios sejam responsáveis pela oferta do Ensino Fundamental e, diferente do que muitos imaginam, não os responsabiliza pela oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos. A prefeitura municipal de Volta Redonda, em Plano Municipal de Educação lançado em 2015, afirma textualmente que não entende que isso seja sua responsabilidade. Segundo o relatório do TCE, em Volta Redonda há um déficit de vagas de creche que gira em torno de 6.500 vagas.

7) Outro fator a ser debatido sobre a educação em nosso município é a oferta de vagas de modo integral. De acordo com reportagem publicada em setembro de 2019 no jornal Diário do Vale, a prefeitura oferece apenas, hoje, pouco mais de 700 vagas nessa modalidade de ensino. Se a escola pública serve à classe trabalhadora, é fundamental que ela abrigue, forme plenamente seus filhos. Sendo assim, é preciso integralizar o ensino em Volta Redonda. O quantitativo apresentado aqui equivale a 2% da rede de educação municipal. Vale ressaltar que a atual administração prometeu, em seu plano de governo, integralizar 25% das escolas até o final do mandato.

8) O cenário atual exige de nós muito trabalho e capacidade de diálogo com as redes de educação que atuam em Volta Redonda. Há dentro da própria rede municipal uma divisão com a existência da FEVRE. Esta disparidade precisa resolvida. E como redimensionaremos a Educação no Município? E como pensaremos uma proposta de plano de governo para Educação que tenha a cara do PSOL e dialogue com a comunidade escolar e com a sociedade como um todo?

9) A Pandemia Covid-19 agudizou os problemas vividos no cotidiano pelos membros das comunidades escolares do Brasil. Em Volta Redonda, não ocorre de modo diferente. Diante da impossibilidade de realizar aulas presenciais, pelo cumprimento do isolamento social, a secretaria de Educação do Município resolveu aderir à modalidade EAD.

10) Cabe destacar o fato de haver uma enorme desigualdade social na cidade de Volta Redonda, o que dificulta acesso aos direitos, como, por exemplo, ter um pacote mínimo de internet para a resolução de questões cotidianas, que dirá para o acesso diário e por longas horas a plataformas digitais para ter aulas ao mesmo tempo.

11) Como se não bastassem todos os problemas envolvidos na transformação repentina da oferta de ensino presencial em Educação a Distância, há os limites da plataforma escolhida pela administração pública de nosso Município. As aulas online espelham as aulas presenciais, exigindo sincronismo no acesso de professores e alunos. Sem acesso, o discente perde a aula. Sendo assim, o que, na teoria, preservaria o direito à Educação

se transforma em um grande processo de exclusão. A Educação do Município se tornou uma imitação de fazer pedagógico. O PSOL acredita que é fundamental, seja na normalidade seja na excepcionalidade, ouvir os profissionais da Educação para a resolução dos problemas através da escuta e acolhida de sugestões de quem está na linha de frente da construção da educação municipal.

12) Para o PSOL, a Educação precisa ser plural, diversa, inclusiva e emancipadora. Diante do exposto, afirmamos que toda e qualquer proposta para a pasta da Educação precisa ser permeada por um olhar atento para as necessidades específicas dos alunos na construção de sua cidadania. É preciso fazer isso de modo referenciado, para que não haja a perpetuação de estigmas e estereótipos. É assim que desejamos pensar a Educação Especial em nosso Município.

13) A *Declaração de Salamanca* (1994) traz uma inovadora concepção de Educação Especial, que convém apresentar aqui neste programa. O termo “pessoa com necessidades educacionais especiais” é estendido a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem, incluindo não só crianças com deficiências, mas também as superdotadas; de rua; que trabalham; de populações distantes; nômades; pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais; de grupos desfavorecidos ou marginalizados; etc. Portanto, não se trata de segregar, mas de atender a todos e todas em suas heterogeneidades.

14) Geralmente, quando se fala de inserção nas escolas, reivindica-se o apoio de professores especialistas e/ou equipes de apoio. Há casos em que, de fato, é preciso um ou mais profissionais específicos para acompanhar o(a) estudante que apresenta alguma dificuldade específica. Porém, dada a falta de profissionais disponíveis, ocorre muitas vezes que a solicitação desse tipo de suporte ocorre apenas nos casos em que o professor já esgotou todos os seus procedimentos e não obteve sucesso. Ao invés da equipe estar desde o princípio acompanhando o trabalho dos profissionais da educação, ela acaba sendo utilizada como “último recurso” para encaminhar somente aqueles alunos com dificuldades extremas em relação à aprendizagem. Neste sentido, o papel da escola fica restrito ao encaminhamento para serviços outros que reforçam a individualização do problema e desresponsabilizam àquela em relação às dificuldades do aluno. Como o acompanhamento não é integrado ao funcionamento da rede como parte do processo de atender a todas as crianças e adolescentes, cria-se uma divisão entre os estudantes: de um lado os que “precisam” da atenção de uma equipe especializada, e de outro os que “não precisam” (o que pode dificultar ainda mais a inclusão dos alunos com deficiência no grupo).

15) Muitas vezes, as chamadas “condutas típicas” nas escolas são consideradas suficientes para a classificação de certas crianças e adolescentes como deficientes. No entanto, a ênfase na conduta não é suficiente para esse diagnóstico – mesmo porque a conduta pode ser modificada, sem qualquer prejuízo para a forma como a criança enxerga a si mesma e ao mundo. Certas situações do contexto social e cultural podem conduzir a

um empobrecimento cognitivo (como os casos de opressão e miséria extrema), e nesse caso deve-se buscar uma avaliação holística (geral e completa), que ultrapasse a conduta e o indivíduo, encontrando as raízes sociais do problema.

16) A Educação Especial não deve ser confundida com a criação de escolas específicas para estudantes com deficiência, que receberiam um suposto “tratamento” especial ou específico nesses locais. Na verdade, a Educação Especial deve constituir um conjunto de serviços especializados que apoiam o processo de ensino-aprendizagem em toda a rede, de forma *processual*. A rigor, as necessidades educacionais especiais não são necessárias apenas “para o deficiente”, mas sim como algo que todo aluno, em maior ou menor grau, ocasional ou permanentemente, deve ter acesso.

17) Isso passa pela constituição de uma *Rede de Apoio à Educação Inclusiva*, formada por equipes multidisciplinares, em articulação com uma política *intersectorial* que integre Saúde, Educação e Assistência Social. Para tanto, é fundamental que não se hierarquize os conhecimentos / profissionais envolvidos na inclusão. Neurologistas, pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos... todos esses profissionais são importantes e sua atuação deve se dar em conjunto. Neste sentido, deve ser superada a dicotomia entre “estratégias clínicas” e “estratégias pedagógicas”.

18) A posição da família, muitas vezes, é um obstáculo para as políticas de inclusão, seja porque ela própria pode não reconhecer as possibilidades da criança, ou porque a ocorrência de deficiência traz à família sentimentos de culpa, frustração ou negação do problema. A escola, como segundo lugar de socialização, deve atuar com a maior agilidade possível, para que a criança tenha atendimento adequado em seus anos iniciais, quando tem maior possibilidade de superar seus problemas. A partir daí, a atuação das equipes interdisciplinares, em conjunto com a Assistência Social, podem e devem procurar as famílias, para integrá-la adequadamente à política de inclusão. Portanto, a função da escola deve ser repensada para além do processo de ensino-aprendizagem, abarcando também a socialização dos indivíduos para além dos limites instituídos.

19) A flexibilização curricular é fundamental para um processo de Educação Inclusiva. Porém, não se trata de promover um currículo individual paralelo, a ser aplicado apenas aos alunos com deficiência. Na verdade, trata-se de tomar em conta todas as diversidades que aparecem cotidianamente na comunidade, atendendo *inclusive* as crianças com deficiência, mas não só elas. O currículo deve atender à *diversidade* e ao *contexto*, e não segmentar determinadas crianças e adolescentes como “incapazes” ou “problemáticas”.

20) A Educação Inclusiva deve reduzir o espaço existente entre o ensino regular e o especial, entendendo como direito de todas as crianças e adolescentes o acesso à rede regular. As escolas especiais, se existirem, devem se integrar ao restante da rede, como polos orientadores de políticas inclusivas, proporcionando:

- a) capacitação e formação continuada aos profissionais da educação (não somente os docentes);

- b) socialização de estratégias e práticas bem-sucedidas;
- c) acompanhamento;
- d) orientação às famílias;
- e) integração às áreas de Saúde e Assistência Social.

21) A realização de levantamentos das necessidades inerentes à Educação Inclusiva deve ser contínua, como parte do funcionamento da Rede de Apoio à Educação Inclusiva. Não só os estudantes devem ser acompanhados, como também os recursos e serviços disponíveis nas comunidades e as organizações e instituições não-governamentais disponíveis para parcerias.

22) Por fim, não poderíamos deixar de falar do sofrimento e instabilidade que as merendeiras e as profissionais da limpeza vêm passando nas mãos desses governos de tendências neoliberais nos últimos anos, que jogam a responsabilidade para empresas terceirizadas, que por sua vez pagam mal, atrasam seus salários e as demitem de um mês pra outro, sem direitos básicos, somos contra essa prática de precarização do trabalho que é a terceirização.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM VOLTA REDONDA

1) Volta Redonda possui uma Escola Especial (Escola Municipal Especializada Professora Dayse Mansur), um sítio escola (Sítio Escola Municipal Espaço Integrado do Autista Thereza Chicarino – SEMEIA), uma escola para deficientes visuais (Escola Municipal Especial Dr. Hilton Rocha) e um Centro de Atendimento à Pessoa com Deficiência (CAPD). Mas o funcionamento dessas iniciativas precisa melhorar. Em primeiro lugar, deve-se sempre ter em conta que o ideal é a integração das pessoas com deficiência na rede regular, e não sua separação em escolas especiais (que devem atuar como *complemento* da formação das crianças, atendendo integralmente apenas os casos mais complexos). Além disso, não é verdade – como aparece no sítio eletrônico oficial da Prefeitura – que *toda a rede* é bem assistida com equipes multidisciplinares preparadas para a Educação Inclusiva. Há muitos casos de escolas sem as condições mínimas de acessibilidade, assim como crianças em creches e/ou escolas que não recebem o acompanhamento adequado. O que se deve fazer é ampliar a atuação dos órgãos, universalizando o atendimento à toda a rede, e melhorar as boas iniciativas.

2) Há também insuficiência no oferecimento de intérpretes de libras nas escolas da rede municipal.

3) Por vezes, a falta de atendimento adequado ocorre porque as próprias famílias não encaminham às escolas os laudos médicos com as necessidades das crianças. Porém, deve caber ao Poder Público orientar essas famílias, tanto através de políticas de Promoção da Saúde quanto por parte das próprias unidades escolares. Como afirmamos

anteriormente, muitas vezes a posição da família é um obstáculo para as políticas de inclusão.

4) Sabemos que Volta Redonda possui salas de recursos voltados para a educação especial, e entendemos que são importantes ferramentas educacionais, além de vários profissionais que acompanham os alunos com necessidades específicas. É importante registrar que esse conjunto de profissionais precisam ser capacitados e ser dotados de condições de trabalho adequadas para prover efetivamente a inserção do aluno especial com a qualidade necessária.

5) Finalmente, as políticas inclusivas poderiam ser muito melhores se houvesse uma política *efetiva* de formação continuada para Professores, Auxiliares e todos os demais profissionais da Educação.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Fortalecer o Conselho Municipal de Educação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação.

2) Revisar o Plano Municipal de Educação, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, definindo prioridades e metas que deverão ser executadas pela prefeitura.

3) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva ampliação dos recursos destinados à educação.

4) Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de educação, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de educação.

5) Criar um novo Plano de Carreira para promover a valorização salarial dos profissionais de educação, tornando-o unificado entre professores e funcionários da rede municipal de educação, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados.

6) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização do atendimento de creches públicas no município.

7) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para incentivar o aprimoramento acadêmico dos professores, por meio de adicional para especialização, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo.

8) Extinguir as formas de remuneração variável, transferindo tais recursos para efetiva valorização salarial.

9) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de educação.

10) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários com a gradativa abertura de concurso público para funcionários da rede municipal de educação.

11) Garantir processos de gestão democrática em toda a rede municipal de educação, com eleição de diretores nas escolas e creches e construção/ valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares.

12) Garantir a laicidade nas escolas da rede municipal de educação.

13) Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito.

14) Investir na formação de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação no combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões de matriz africana e as culturas originárias.

15) Promover a inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município, visando a erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira.

16) Implementar um processo de avaliação da rede municipal de educação centrado na participação da comunidade escolar e na geração de demandas sobre o poder público, buscando identificar as necessidades de cada escola na formulação de medidas que visem a superação dos obstáculos ao processo de ensino aprendizagem.

17) Promover a Autonomia Pedagógica, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por cada unidade escolar, garantindo um currículo mínimo e estimulando a capacidade criativa dos profissionais da rede municipal de educação.

18) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir 1/3 de planejamento extraclasses para todos os professores da rede municipal de educação.

19) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para garantir 30 horas de jornada semanal para os funcionários administrativos das escolas e creches da rede municipal de educação.

20) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização da Educação Integral na rede municipal de educação.

21) Integrar as políticas de cultura e educação para transformar as escolas municipais em pólos de preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular.

22) Garantir estrutura adequada nas escolas municipais, em especial, a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nas escolas e creches públicas da rede municipal seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos).

23) Garantir às escolas municipais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento.

24) Garantir que haja concurso público para a contratação de profissionais das áreas de psicologia e serviço social, a fim de comporem as equipes multidisciplinares das unidades escolares.

25) Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de educação em toda a rede municipal de educação.

26) Garantir uma política de vagas para jovens e adultos na rede municipal de educação.

27) Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço, implementando salas de recursos multifuncionais, mantendo escolas e classes especiais para os que

necessitem de condições específicas de atendimento que impossibilitem a frequência em turmas regulares, garantindo atendimento pedagógico nas Classes Hospitalares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as demais secretarias da prefeitura: educação, assistência social, saúde e transporte, etc;

28) Estruturação de uma Rede de Apoio à Educação Inclusiva, aproveitando os avanços existentes, mas superando as carências, de acordo com os princípios que apresentamos no decorrer deste documento.

29) Estabelecer parcerias com a Guarda Municipal, a fim de promover formação destes servidores, de modo a criar uma rede de mediação de conflitos e aproximação da comunidade escolar. Assim, reduzimos a necessidade da presença de rondas militares em nossas escolas. Sendo este efetivo da polícia militar destinado para outras demandas da segurança pública.

30) Regular o projeto ronda escolar (parceria polícia militar/guarda municipal que percorre as escolas) a partir da participação de diretores de escola, conselho de educação, sindicatos dos profissionais de educação, associação de moradores e grêmios estudantis. O objetivo da regulamentação é estabelecer os protocolos e competências da ronda escolar.

31) Garantir acesso ao ensino técnico aos adultos na cidade através da criação de uma escola técnica municipal, com cursos diversos, atendendo demandas da população e além disso garantindo uma bolsa de meio salário mínimo a todos os alunos.

32) Incentivar a pesquisa e extensão com oferta de bolsas de ensino para alunos de ensino médio para darem monitoria com dificuldades sócio-econômicas.

33) Para os alunos em vulnerabilidade social a oferta de bolsas auxílio, para manutenção dos estudos.

34) Planejar ações no âmbito do município que avancem na perspectiva de ampliação e universalização do acesso ao ensino médio e técnico de qualidade, valorizando os trabalhadores da educação, não reproduzindo formas precárias de contratação, como terceirização, e pensando na unificação da rede de educação para viabilizar essa ampliação.

35) Priorizar os serviços de merenda e limpeza nas escolas. Ofertando merenda saudável e de boa qualidade a estudantes e profissionais da educação.

MOBILIDADE URBANA

EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO E GRATUITO

1) Há uma crise alarmante e sem precedentes que atinge a mobilidade urbana no país e que tem piorado dia após dia sem nenhuma ação do poder público. Tráfego cada vez mais agarrado, trânsito crescente, mais e mais demora para chegar ao lugares de destino, ruas cada vez mais perigosas com mais acidentes e mortes e enquanto isso mais e mais carros vão preenchendo as ruas que aparentemente já não comportam mais nada. Passagens de ônibus caras que não condizem com a realidade econômica de quem usa, ciclovias inexistentes e calçadas pequenas e mal conservadas contribuem para transformar a cidade de Volta Redonda em um lugar cada vez mais intransitável.

2) O que vai acontecer se essas tendências continuarem?

Volta Redonda nos últimos 14 anos aumentou a sua frota de carros em 136% isso quer dizer que hoje a cidade conta com cerca de 140.000 carros, ou seja mais de um carro para cada dois habitantes. Para se ter uma ideia da quantidade de carros para o tamanho da cidade se colocassem todos os carros na rua ao mesmo tempo preencheria 20% das ruas só com carros enfileirados. Com esse ritmo de crescimento em 2032 serão 330 mil carros, ou seja, mais de dois carros por cada habitante e metade da cidade coberta apenas por carros parados. Não é preciso refletir muito para saber que isso seria o mais completo caos.

3) Junto a isso a cidade vem perdendo passageiros de ônibus de forma crescente e rápida. Nos mesmos 12 anos a cidade perdeu mais de 600.000 passageiros mensais, uma diminuição de cerca de 21% entre 2006 e 2018. Mais uma vez se essa tendência seguir em 2032 o próprio transporte público se tornará inviável pelo baixo número de pessoas para banca-lo.

4) E tudo indica que tais tendência irão permanecer. O sistema atual favorece o uso do carro a medida que ele é hoje de fácil aquisição, de maior comodidade e devido ao tamanho da cidade ser pequena boa parte das vezes é até mais economicamente viável se usar carro do que ônibus. Se duas pessoas saírem da Ponte Alta para a Vila pagarão mais de 14 reais em ônibus ida e volta. Se forem cinco pessoas a escolha pelo carro passa a ser indiscutível. Continuando com tal lógica tudo leva a crer que as tendências seguirão e que o caos será inevitável.

5) A política de mobilidade urbana hoje na cidade de Volta Redonda é praticamente inexistente. O trabalho da secretaria de transporte se resume a redirecionar o fluxo das ruas e realizar a fiscalização das empresas de ônibus, o que qualquer um que utiliza o transporte público na cidade pode atestar que é mal realizado ainda.

6) Recentemente a prefeitura começou também o programa tarifa comercial zero que consiste em três ônibus elétricos gratuitos que circulam nos centros comerciais da cidade. Porém o programa é tão pequeno (o número de ônibus corresponde a pouco mais de 1% da frota de ônibus da cidade) que seu impacto na mobilidade da cidade é nulo e o programa inclusive é de responsabilidade da secretaria de desenvolvimento econômico, não da secretaria de transportes.

7) Assim a prefeitura tem uma posição passiva diante do que acontece nas ruas da cidade se mostrando impotente diante de um problema que assola a todos os seus cidadãos, seja quem anda de carro, de moto, de ônibus, de bicicletas ou a pé.

8) A lógica do transporte coletivo.

O sistema de transporte coletivo em Volta Redonda consiste em cerca de 200 ônibus que rodam a cidade a custo de 3,80 (valores de 2020). Esse valor é definido pelos custos, mais o lucro apresentado pelas empresas de ônibus, dividido pelo número de usuários do serviço e a prefeitura apenas dá o seu aval concordando com o preço da tarifa. Isso quer dizer que todo o custo é bancado pelos usuários, incluindo todas as ineficiências do serviço como os ônibus extremamente velhos, além de criar um sistema onde os empresários tem sempre o seu lucro garantido independente do número de passageiros e da qualidade do serviço, porque quanto menos pessoas pegam, mais caro ele se torna para compensar os custos.

9) Esse ciclo desastroso se traduz hoje no preço da passagem. Em 23 anos enquanto a inflação acumulada bateu 440% a passagem subiu mais de 1400% (mais até do que a média nacional que foi de 1100%). Como a lógica do preço não seguiu o custo de vida ou o mesmo aumento do poder aquisitivo da população, o transporte coletivo saiu da realidade econômica do cidadão. Hoje o brasileiro já gasta mais com transporte público do que com alimentação. As consequências disso são péssimas e se espalham pela comunidade e pela vida das pessoas. Os preços altos para locomoção fazem com que dificulte a contratação das pessoas, muitas lojas e empresas dão preferências a quem mora perto para não ter que pagar vale transporte. Afeta a vida social e o lazer pois muitos evitam sair de casa pelo custo. Isso não é bom para o cidadão, nem para o comércio, nem para a cidade.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Em qualquer lugar do mundo mobilidade urbana é um problema social e público que deve ser encarado pelo Estado. Inclusive no Brasil, que na constituição diz expressamente ser direito de todo cidadão ter acesso a transporte urbano, além de ser dever do Estado garantir isso, o que vemos na prática é a terceirização da responsabilidade e uma vista grossa ao problema. Já estamos em um momento em que apenas medidas paliativa não mais darão conta e apenas medidas sérias e certas poderão dar conta do problema antes que a cidade pare de vez.

2) E a única forma de se fazer isso é criando um transporte que seja não só coletivo, mas público de verdade e criando incentivos para que as pessoas os usem. Investir em transporte público é bom para todos, não só para quem o usa, mas também para quem anda de carro, de moto, a pé etc, pois quanto mais pessoas usarem ônibus, menos congestionamento teremos, menos poluição, menos acidentes, etc. E como veremos a seguir o investimento vale a pena também economicamente.

3) Também é preciso pensar no trajeto escolar. Trabalhando com a faixa etária de 4 a 14 anos encontramos um público predominantemente racializado que necessita do olhar atento do governo municipal. Compreendemos que garantir o transporte exclusivo para essa faixa etária é fundamental para a segurança no trajeto até a escola. Essa medida também vai colaborar para a qualidade de vida tanto das/dos responsáveis quanto das crianças que muitas vezes são moradoras de locais de difícil acesso e por isso mesmo sofrem inúmeros contratempos que podem vir a influenciar inclusive sobre a permanência na escola. Observamos como demandas: a- Mães que não podem arcar com os custos de mais uma passagem para acompanhar as crianças até a escola. b- Mães que são inviabilizadas de acompanhar os filhos devido aos horários de trabalho. c- Crianças e adolescentes que moram em locais de difícil acesso, morros e vielas onde não é possível o acesso de ônibus. d- Crianças e adolescentes que desenvolvem problemas de saúde devido ao enfrentamento das condições climáticas adversas. e- Exigência da escola com os horários de entrada e obrigatoriedade com relação ao transporte de livros pesados. f- Atual inviabilidade do transporte direto entre periferias, nesse caso é possível citar como exemplo estudantes moradores do Retiro que almejam estudar na Faetec localizada no Santo Agostinho.

4) O transporte 24 horas também é absolutamente necessário. Essa medida será fundamental para garantir a segurança da população. É importante salientar que por mais que a população negra seja estereotipada e apontada como a causadora da violência não é isso que ocorre na realidade. Na verdade, a população negra é a maior vítima da violência, sendo a juventude negra o maior alvo do genocídio em curso na sociedade brasileira. A circulação incessante de ônibus principalmente na periferia contribuirá de forma determinante para diminuir as possibilidades de homicídios. Falamos também em relação aos trabalhadores sujeitos aos turnos de suas empresas que ao circularem de madrugada são alvos de violência.

5) Ônibus gratuito.

O novo sistema municipal de mobilidade urbana seria composto de uma frota de ônibus totalmente elétricos, totalmente gratuitos e livre. O horário seria estendido para 24hrs como forma de manter a possibilidade das pessoas continuarem circulando na cidade mesmo de madrugada, mantendo uma cidade ocupada sempre, o que é uma forma de deixa-la mais segura. Com base na demanda atual seriam cerca de 200 ônibus, novos, com tecnologia limpa e sem emissão de poluição. Conforme a demanda for aumentando essa frota deverá ser atualizada.

6) Ciclovias.

Será construído um sistema de ciclovias cruzando a cidade como forma de incentivar o uso de bicicletas e aumentando a segurança. Diminuir a medida das ruas também é comprovadamente uma medida eficaz para a diminuição de acidentes, pois em média diminui a velocidade com que os carros andam, diminuindo assim a possibilidade dos acidentes como a gravidades deles, e ao contrário do que parece, isso aumenta a possibilidade de transitarem mais carros pelas ruas.

7) Serão criados também bicicletários em todos os bairros com um sistema de 1) Em qualquer lugar do mundo mobilidade urbana é um problema social e público que deve ser encarado pelo Estado. Inclusive no Brasil, que na constituição diz expressamente ser direito de todo cidadão ter acesso a transporte urbano, além de ser dever do Estado garantir isso, o que vemos na prática é a terceirização da responsabilidade e uma vista grossa ao problema. Já estamos em um momento em que apenas medidas paliativa não mais darão conta e apenas medidas sérias e certeiras poderão dar conta do problema antes que a cidade pare de vez.

2) E a única forma de se fazer isso é criando um transporte que seja não só coletivo, mas público de verdade e criando incentivos para que as pessoas os usem. Investir em transporte público é bom para todos, não só para quem o usa, mas também para quem anda de carro, de moto, a pé etc, pois quanto mais pessoas usarem ônibus, menos congestionamento teremos, menos poluição, menos acidentes, etc. E como veremos a seguir o investimento vale a pena também economicamente.

3) Também é preciso pensar no trajeto escolar. Trabalhando com a faixa etária de 4 a 14 anos encontramos um público predominantemente racializado que necessita do olhar atento do governo municipal. Compreendemos que garantir o transporte exclusivo para essa faixa etária é fundamental para a segurança no trajeto até a escola. Essa medida também vai colaborar para a qualidade de vida tanto das/dos responsáveis quanto das crianças que muitas vezes são moradoras de locais de difícil acesso e por isso mesmo sofrem inúmeros contratempos que podem vir a influenciar inclusive sobre a permanência na escola. Observamos como demandas: a- Mães que não podem arcar com os custos de mais uma passagem para acompanhar as crianças até a escola. b- Mães que são inviabilizadas de acompanhar os filhos devido aos horários de trabalho. c- Crianças e adolescentes que moram em locais de difícil acesso, morros e vielas onde não é possível o acesso de ônibus. d- Crianças e adolescentes que desenvolvem problemas de saúde devido ao enfrentamento das condições climáticas adversas. e- Exigência da escola com os horários de entrada e obrigatoriedade com relação ao transporte de livros pesados. f- Atual inviabilidade do transporte direto entre periferias, nesse caso é possível citar como exemplo estudantes moradores do Retiro que almejam estudar na Faetec localizada no Santo Agostinho.

4) O transporte 24 horas também é absolutamente necessário. Essa medida será fundamental para garantir a segurança da população. É importante salientar que por mais

que a população negra seja estereotipada e apontada como a causadora da violência não é isso que ocorre na realidade. Na verdade, a população negra é a maior vítima da violência, sendo a juventude negra o maior alvo do genocídio em curso na sociedade brasileira. A circulação incessante de ônibus principalmente na periferia contribuirá de forma determinante para diminuir as possibilidades de homicídios. Falamos também em relação aos trabalhadores sujeitos aos turnos de suas empresas que ao circularem de madrugada são alvos de violência.

5) Ônibus gratuito.

O novo sistema municipal de mobilidade urbana seria composto de uma frota de ônibus totalmente elétricos, totalmente gratuitos e livre. O horário seria estendido para 24hrs como forma de manter a possibilidade das pessoas continuarem circulando na cidade mesmo de madrugada, mantendo uma cidade ocupada sempre, o que é uma forma de deixá-la mais segura. Com base na demanda atual seriam cerca de 200 ônibus, novos, com tecnologia limpa e sem emissão de poluição. Conforme a demanda for aumentando essa frota deverá ser atualizada.

6) Ciclovias.

Será construído um sistema de ciclovias cruzando a cidade como forma de incentivar o uso de bicicletas e aumentando a segurança. Diminuir a medida das ruas também é comprovadamente uma medida eficaz para a diminuição de acidentes, pois em média diminui a velocidade com que os carros andam, diminuindo assim a possibilidade dos acidentes como a gravidades deles, e ao contrário do que parece, isso aumenta a possibilidade de transitarem mais carros pelas ruas.

7) Serão criados também bicicletários em todos os bairros com um sistema de empréstimos de bicicletas por aplicativo no celular (modelo semelhante ao dos bancos nas capitais). Cada pessoa que escolhe andar de bicicleta é um ganho para a cidade tanto pelo trânsito quanto pela saúde do seu cidadão.

empréstimos de bicicletas por aplicativo no celular (modelo semelhante ao dos bancos nas capitais). Cada pessoa que escolhe andar de bicicleta é um ganho para a cidade tanto pelo trânsito quanto pela saúde do seu cidadão.

BENEFÍCIOS DO NOVO SISTEMA: MENOS POLUIÇÃO MENOS BARULHO MAIS SAÚDE E MAIS DINHEIRO

1) Em estudo realizado entre os anos de 2008 a 2015 verificou-se que a cidade gastou nestes anos, apenas com doenças relacionadas a poluição, cerca de R\$53 milhões de reais. Isso tudo sem contar com valores gastos por internações em hospitais privados, consultas clínicas ou mesmo perdas decorridas de dias não trabalhados, por disposição médica ou mesmo pelo sofrimento causado às pessoas, o que não tem como ser quantificado. Segundo estudo, na cidade de São Paulo por exemplo, morre pelo menos uma pessoa por ano em decorrência direta da poluição.

2) Outro problema cotidiano das cidades têm sido o alto índice de poluição sonora que tem sido ligado a níveis elevados de estresse, zumbidos crônicos no ouvido além de perda parcial ou mesmo irreversível de audição.

3) Segundo estimativas 200 ônibus a diesel em volta redonda emitiram cerca de 1700 toneladas de CO₂ por mês. Substituir toda essa frota por ônibus limpos seria deixar de colocar todo esse CO₂ no ar da cidade o que sem dúvida faria uma diferença significativa na vida das pessoas. A substituição de cada ônibus é como retirar da rua 33 carros em questões atmosféricas. Os ônibus elétricos também não emitem poluição sonora, o que ajudará a cidade a se tornar mais silenciosa e confortável de se trafegar.

4) Transporte gratuito, mais dinheiro na mão das pessoas.

A lógica perversa do sistema público de transporte atual resultou em um transporte proibitivo e quase que elitista o que não é bom para ninguém (exceto talvez para as próprias empresas de ônibus que mantêm o seu lucro e com poucas pessoas há um desgaste menor dos seus ônibus). Como já foi dito na cidade de Volta Redonda a passagem subiu em 24 anos, mais do que três vezes a inflação, mesmo em épocas de crise quando moradores da cidade perderam seus empregos.

5) Hoje no Brasil uma família gasta em média mais com transporte público do que com alimentação, dinheiro esse que poderia estar sendo gasto com outras necessidades, serviços ou mesmo lazer.

6) Mais dinheiro para o comércio e empresas.

Com o livre acesso das pessoas aos lugares da cidade e o maior incentivo para as pessoas saírem de casa, além de mais dinheiro na mão das pessoas fica claro também que o comércio sofreria um grande impacto positivo. Assim Volta Redonda se transforma em um lugar mais atraente para investimentos, pois será um lugar com menos custos para o empreendedor e com as pessoas com maior mobilidade e poder de compra.

7) Menor custo de vida, cidade mais valorizada.

Hoje segundo o site custodevida.com a cidade de Volta Redonda possui um dos maiores custos de vida do país. Acabar com o custo do transporte público para o cidadão significa abaixar drasticamente esse custo e dar maior poder econômico as pessoas da cidade ao mesmo tempo que valoriza os terrenos na cidade (fica mais atraente morar nela) valoriza a cidade em si.

CUSTOS DO PROGRAMA

1) Primeiramente deve se investir na compra dos novos ônibus. Esse investimento pode ser financiado através dos bancos (Caixa Econômica Federal, BNDES), ao Fundo Nacional de Mobilidade Urbana, que investem em projetos nas cidades ou do fundo clima do BNDES que financia compra de equipamentos como ônibus elétricos em até 20 anos. Os valores podem parecer inviáveis, mas é preciso lembrar que Volta Redonda em 2015

tomou posse de uma verba de 60 milhões destinadas a mobilidade urbana e que aparentemente foram sem nenhum propósito. E esse seria de fato um investimento que trará benefícios a curto, médio e longo prazo para toda a população e é estimado que esse dinheiro volte em forma, não só de bem-estar, mas de crescimento e renda para a população.

2) Tal projeto seria também de alcance até internacional pois Volta Redonda se tornaria a primeira cidade nas Américas, e uma das primeiras no mundo, a ter um transporte gratuito totalmente limpo. Volta Redonda se tornaria referência no que diz respeito ao combate à poluição e melhoria da qualidade de vida da população.

3) Decidindo-se por adotar o plano várias medidas podem ser tomadas para tentar aumentar a eficiência. A cidade pode investir em energia solar que tem abaixado o preço constantemente e se mostrado um investimento seguro. A cidade pode também entrar em acordo com estado e federação para tentar eliminar os encargos tributários pagos na energia para abaixar o custo operacional entre outras coisas.

4) Para o custo operacional, que seria principalmente o custo com os funcionários, com a eletricidade para os ônibus e com a manutenção do serviço, segundo nossas pesquisas, esse dinheiro poderá ser quase que totalmente remanejado de fontes já existentes, não havendo necessidade da criação de novas tarifas ou impostos.

5) Essa conta foi possível porque tirando todas as ineficiências, lucros e abusos do sistema atual nós vimos que é possível chegar a um valor muito menor. Pode parecer tudo 'bom demais para ser verdade', mas na realidade esse tipo de projeto não é feito apenas por falta de interesse tanto das empresas privadas quanto dos políticos. Mas mudar é possível, basta que nós mostremos claramente ao poder público que é isso que nós queremos.

APLICATIVO MUNICIPAL DE MOBILIDADE

1) Parceria entre a prefeitura e o novo trabalhador. Com a precarização do trabalho e o aumento substancial na informalidade, novas formas de relações de trabalho surgiram, e com elas diversas contradições. Hoje a “economia de bico” representa boa parte da economia da cidade o que apresenta problemas como a falta de uma seguridade à esses trabalhadores para tempos de dificuldades, e a apropriação de grande parte do lucro desse trabalho por grandes empresas nacionais e multinacionais que oferecem apenas sua tecnologia.

2) Nós do PSOL acreditamos que a prefeitura possa ser uma alternativa como provedora de tal tecnologia. Afinal, somos uma cidade com um forte pólo tecnológico e o intuito justamente do investimento público na educação é de que ela possa ser usada para o avanço do bem social comum. Acreditamos que com a criação dessa tecnologia: aplicativos de entrega e mobilidade urbana, é possível entregar um serviço de qualidade

semelhante e ao mesmo tempo revertendo o lucro em sua integridade aos trabalhadores, necessitando apenas de uma taxa para sua manutenção.

3) Dessa forma, a cidade inteira cresce e se beneficia. Os trabalhadores e restaurantes recebem mais, os usuários podem ter a satisfação de saber que seu dinheiro está indo para quem de fato merece e a economia municipal movimenta mais internamente.

4) É importante ressaltar também a necessidade de se investir em tecnologia o que fará com que Volta Redonda possa ser uma líder regional nesse quesito.

5) É possível?

Há várias formas de se criar tais sistemas. Alguns consultores em reportagem na BBC Brasil estimam que um aplicativo como o ifood poderia custar cerca de 500 mil reais para ser desenvolvido, o que para a prefeitura de Volta redonda não chega a ser um impedimento. Lembrando que apenas com uma empresa de publicidade a cidade gasta por ano mais de dois milhões de reais. Há também diversos movimentos, inclusive internacionais, como o CoopCycle que tem um aplicativo de código aberto necessitando apenas da adaptação para a realidade local.

6) Já para a manutenção a proposta é de que o dinheiro seja arrecadado dos restaurantes cadastrados e dos motoristas apenas o suficiente para isso, deixando o resto com os respectivos trabalhadores.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Renovar toda a frota de ônibus para elétrica.

2) Acabar com as catracas e transformar todo o transporte coletivo em gratuito.

3) Terminar a concessão das empresas atuais e criar uma empresa pública para o transporte coletivo.

4) Rever as linhas de ônibus de acordo com as novas demandas da população que será averiguada através de estudos e audiências públicas.

5) Priorizar os transportes não motorizados criando uma plano municipal para criar ciclovias por toda a cidade.

6) Reformar as calçadas na cidade, principalmente nos bairros periféricos, para melhorar a deslocamento a pé do município.

7) Criar um aplicativo municipal de mobilidade urbana e entrega a com controle democrático da população e dos trabalhadores.

- 8) Circulação dos ônibus 24 horas por dia.
- 9) Aumento do número de ônibus nos horários de pico especialmente nos bairros periféricos.
- 10) Criação de transporte escolar específico para crianças e adolescentes com a criação de pontos de parada e rotas exclusivas.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Transparência nas finanças públicas

- 1) Ser transparentes na arrecadação, gastos, contratos e convênios firmados pelo Poder Público não é promessa de campanha eleitoral. É obrigação do gestor. A máquina pública funciona com dinheiro arrecadado da população. E a legislação brasileira também é clara: os órgãos públicos têm a responsabilidade de dar toda a transparência possível às informações – não apenas financeiras, mas também das ações realizadas, assim como da própria realidade na qual atua.
- 2) O Portal da Transparência da Prefeitura é uma exigência dessa legislação. Mas ela não pode ser tratada apenas como isso. Ele tem que ser um site em que todo e qualquer cidadão acesse e entenda as informações que lá estão divulgadas. Quanto mais transparente, mais a nossa cidade tem condições de criar mecanismos de controle sobre os gastos públicos.
- 3) Essa é a melhor forma de se combater a corrupção. Nós, do PSOL, somos conhecidos por não sermos coniventes com nenhuma forma de corrupção. Sempre denunciemos as suspeitas, e lutamos para exigir as devidas investigações, de modo a apurar se as denúncias são ou não procedentes, e responsabilizar não somente os agentes públicos, mas principalmente os agentes privados, que são a fonte primeira das relações corruptas em seus lobbies e interesses de enriquecerem ainda mais usando a máquina pública.
- 4) Outra forma de garantir a transparência e a prevenção à corrupção é o chamamento da sociedade civil para participar da construção do orçamento público. A cidade precisa opinar e decidir os rumos dos gastos, com base no programa de governo que foi eleito. E propostas divergentes devem ter espaço para se colocarem, e, assim, podermos fazer os debates. Isso requer não apenas uma gestão democrática da Prefeitura, mas também que a Câmara de Vereadores seja, de fato, ocupada pela nossa população, cobrando dos vereadores um posicionamento de acordo com os interesses dos cidadãos.
- 5) Nosso país, nosso estado e nossa cidade estão afundados em escândalos de corrupção. Bolsonaro foi eleito dizendo que ia “acabar com isso”, sendo que ele e sua família sempre fizeram parte disso aí. O PSOL sempre avisou que esse discurso era falacioso, e a cada dia que passa mais um escândalo aparece

envolvendo o governo federal. No nosso estado, foi pior. O “candidato do Bolsonaro”, amplamente apoiado pelo Presidente, foi afastado por suspeitas de corrupção – e agora todos querem se desvincular da imagem de Witzel.

- 6) E em Volta Redonda a situação é vergonhosa. O ex-prefeito Gotardo está preso. O Pastor Everaldo, que é presidente do partido do prefeito Samuca, também. Neto e Baltazar já estiveram envolvidos em escândalos de corrupção. Não que isso nos surpreenda. As dinastias de Volta Redonda sempre usaram a máquina pública para beneficiar amigos, parentes. Estamos cansados disso! Em nosso governo, as contas públicas estarão abertas para a população e os órgãos de controle. O dinheiro será usado para desenvolver serviços públicos de qualidade, de modo a garantir os direitos da população.

IPTU mais justo

- 1) Primeiramente, para os mais apressados, já gostaríamos de adiantar que não visamos aumentar o valor de nenhum IPTU residencial, pelo contrário, temos a proposta de isentar de imposto os proprietários que pagam até R\$ 350,00 de IPTU atualmente. Dito isso, podemos seguir adiante.
- 2) O IPTU é um imposto municipal pensado para que os proprietários de terrenos, casas ou edifícios em uma cidade, contribuam com a construção e desenvolvimento da mesma, tornando possível a prestação de serviços básicos como saneamento, iluminação, asfalto etc. (serviços aos quais, esses mesmos proprietários irão usufruir de uma forma ou de outra). A Constituição Federal dá liberdade para que cada município decida, através de seu processo democrático, como irá realizar tal cobrança. Diversos são os critérios possíveis para se definir esse cálculo, como área em que é localizada, valor do imóvel, finalidade do uso etc. Nós do PSOL acreditamos ser de fundamental importância para a justiça social dentro de uma cidade, uma política tributária municipal que seja coerente e que fale com a realidade da cidade.
- 3) Acreditamos que essa política deva ter como bases primeiras a econômica e demográfica, quem tem mais poder econômico e controla mais terras deverá pagar mais. Todos deverão ter direito à moradia digna, como diz a constituição, mas acumular terras é privilégio e deve ter um custo. Portanto, quanto maior e mais caro for o terreno, maior o custo do IPTU.
- 4) Em seguida acreditamos que quanto mais a atividade exercida naquele espaço altera a vida e o fluxo da cidade, gerando assim maior custo para o município com infraestrutura física, novos investimentos na saúde e educação etc, mais os proprietários deverão pagar para compensar tais custos públicos. São exemplos disso indústrias de grande porte.
- 5) Por último, acreditamos também que grandes terrenos vazios ou que não estejam cumprindo sua função social, devam pagar mais, para que se incentive o seu uso e desestimule a especulação imobiliária. Nós acreditamos ser moralmente errado que

tantos terrenos enormes fiquem vazios nas mãos de grandes bancos e especuladores financeiros enquanto tantas pessoas em nossa cidade não tenham onde morar.

- 6) Sendo assim, com tais reformas, propomos também que se isente o que hoje é até a segunda faixa tributária, com propriedades nos valores até 70 mil reais. Fora essa alteração, propomos que as alíquotas residenciais permaneçam as mesmas.
- 7) Reformar o IPTU na cidade é urgente para corrigir certas injustiças, além de prover melhor o orçamento público. Com essa nossa proposta nós poderemos arrecadar muito mais para que possamos melhorar os serviços da cidade enquanto as pessoas com menos condições ficariam ainda isentas de qualquer imposto predial.

PROPOSTAS PSOL- VR

- 1) Adequar as alíquotas e faixas de IPTU, em imóveis não residenciais, para a nova realidade econômica, aumentando as alíquotas para as faixas mais altas.
- 2) Isenção de IPTU para imóveis residenciais de propriedades nos valores até 70 mil reais.
- 3) Alterar as alíquotas e faixas do IPTU para imóveis vagos, que não estão cumprindo sua função social.
- 4) Dar transparência total à arrecadação e aos gastos da Prefeitura no Portal da Transparência, com fácil acessibilidade e entendimento da população que acessá-lo, e incentivando a participação popular na definição dos rumos dos gastos públicos.
- 5) Criar uma Controladoria Geral do Município, de modo a acompanhar os processos licitatórios, estabelecimento de convênios e contratos, e prevenir os lobbies de corrupção, dando amplo acesso aos órgãos de controle e de fiscalização, bem como para entidades da sociedade civil.

EMPREGO E RENDA

1) Hoje Volta Redonda vive o ápice de uma crise econômica que começou há quase dez anos e não há nenhuma perspectiva de melhora, pelo contrário, todos os sinais indicam um agravamento da situação. Entre 2012 e 2017 a cidade gerou um déficit de mais de 11 mil vagas de empregos e desde então não se mostrou capaz de responder a esse cenário. Cada vez mais as pessoas foram perdendo espaço no mercado de trabalho, uma geração de jovens trabalhadores foi praticamente perdida e muitos tiveram que se virar dentro das situações mais precárias possíveis. E tudo isso se transforma em um ciclo vicioso (onde quanto mais tempo a pessoa passa sem trabalho, mais difícil fica conseguir um novo), piorando assim a sua situação de vida. Nós do PSOL VR consideramos inadmissível e uma violência mantermos tanta gente “parada”, tanta mão de obra desperdiçada. Não dá mais para deixarmos tudo nas mãos do “Deus mercado” e esperar que tudo se resolva enquanto nossos irmãos, irmãs e concidadãos passam fome e necessidades.

Chega de políticos auto declarados gestores preguem a superação individual para tratar de problemas sociais.

2) Nosso objetivo último deve ser acabar com o desemprego na cidade de Volta Redonda. Caso contrário estaremos fadados a nos contentar com políticas apaziguadoras e benefícios sociais que, caso não seja assegurado o direito ao trabalho, não serão totalmente libertadores.

3) Nós entendemos o papel histórico importante de políticas como a renda básica, e inclusive defendemos, mas não podemos deixar de pontuar as suas limitações. O que a renda mínima visa fazer é garantir o mínimo que garanta a sobrevivência de um exército de trabalhadores de reserva que pela natureza do capitalismo nunca poderão entrar de fato no mercado de trabalho, mas cumprem uma função crucial, a de manter na linha os trabalhadores formais com a ameaça da perda de emprego. Sendo assim a renda mínima se transforma em um programa sem saída e que, apesar de manterem os cidadãos vivos, ao mesmo tempo tentam mantê-los apenas com o mínimo possível. Por isso essa política deve ser somada a diversas outras e com o objetivo sempre de integrar toda a força de trabalho da cidade, a massa produtiva.

4) Acreditamos também que medidas como incentivos fiscais que já estão sendo usados há décadas sem resultado, também não podem contemplar um programa político hoje sério para geração de empregos de uma cidade. Insistir em políticas falidas como essa seria zombar da cara da população, além de perigoso, pois a falta de resultados irá cobrar seu preço socialmente. Apenas medidas radicalmente inovadoras terão alguma chance de mudar a realidade do município.

5) Nosso plano para acabar com o desemprego se baseia em três pontos:

a) Garantia de cursos técnicos com bolsas de estudos:

Pretendemos criar uma escola técnica municipal que garanta cursos técnicos capacitantes a todos na cidade à partir dos 17 anos que assim o queiram fazer. Serão cursos técnicos em diversas áreas como tecnologia, serviços, cultura etc. Todos que realizarem o curso, que não estiverem empregados, receberão uma bolsa no valor de meio salário mínimo para que possam se manter estudando. O objetivo é criar uma força de trabalho capacitada na cidade além de contribuir com a renda de suas famílias.

b) Expansão e melhoria dos serviços da prefeitura:

Pretendemos criar um grande programa de manutenção e criação da infra estrutura, onde a cidade como um todo, não mais apenas os centros urbanos, deverão ser reformados e ter sempre sua manutenção em dia. Precisamos refazer certas infra estruturas como a tubulação do SAAE que perde quase metade de sua água antes de chegar na casa dos usuários. A prefeitura deverá tomar pra si a manutenção das calçadas, como já faz nos centros, agora por toda a cidade, para que melhore a "andabilidade" e acessibilidade da cidade. Os espaços públicos deverão passar por

renovações e construção de banheiros e lavatórios públicos. Planejamos também garantir o direito do acesso a Internet construindo uma rede de WiFi gratuita pela cidade. Tudo isso possibilitará a melhoria dos serviços além da criação de milhares de empregos.

c) Renda mínima municipal:

Será criado um programa de renda mínima na cidade. Essa renda mínima será voltada para todas as pessoas na cidade com problemas socioeconômicos.

6) Através desses 3 programas será possível reinjetar na cidade mais de 15% do PIB municipal, o que sem dúvidas contribuirá para a geração de milhares de novos empregos. Com a formação de uma força de trabalho especializada também, serão atraídas as diversas empresas de vários setores procurando trabalhadores que já contam com uma formação. Garantindo uma formação técnica a todos que possam querer, não é exagero afirmar que Volta Redonda poderá contar com a força de trabalho mais bem formada no estado. Nós do PSOL acreditamos nesse tipo de política, ao invés de participar de uma competição com todas as cidades por menores impostos, onde todos perdem, acreditamos em investir nas pessoas, onde tanto as pessoas quanto as empresas ganham. Com a melhoria dos serviços da prefeitura pretendemos prover uma cidade com infraestrutura de países de bem estar social ao mesmo tempo que mantemos a população empregada. Em certos países como Dinamarca e Noruega cerca de 30% da força produtiva trabalha para o governo em algum tipo de função com trabalhos voltados a comunidade.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Criar um projeto que tenha como objetivo acabar com o desemprego a médio e longo prazo na cidade.

2) Garantir acesso ao ensino técnico aos adultos na cidade através da criação de uma escola técnica municipal, com cursos diversos, atendendo demandas da população e além disso garantindo uma bolsa de meio salário mínimo a todos os alunos.

a) Construção civil para viabilizar os mutirões de construção de casas populares. A proposta é que os mutirões tenham um caráter formativo e educativo.

b) Enfermagem, para que os próprios moradores da periferia atendam nos postos.

c) Qualquer outro que seja pertinente, construindo propostas em conjunto com a população da cidade.

3) Criar uma política municipal de expansão de serviços públicos visando a melhoria dos serviços e incentivo ao trabalho.

4) Criação de uma política de renovação completa da infraestrutura da cidade, visando deixar a infraestrutura da cidade em nível internacional, como por exemplo 100% de saneamento básico e renovação da tubulação de água para acabar com as perdas.

- 5) Criação de uma renda mínima municipal para indivíduos que se encontrem em situação de vulnerabilidade, a ser administrado pela política de assistência social.
- 6) Construir uma rede de apoio e fomento a criação e manutenção de cooperativas.
- 7) Incentivar a economia solidária na cidade.
- 8) Mapear o trabalho informal na cidade para entender melhor a realidade do trabalho no município.
- 9) Investir em parceria município/estado com escolas de ensino técnico para garantir a formação de profissionais na cidade.
- 10) Criar parcerias com produtores municipais para escoar sua produção, seja agrícola, artesanal, etc.
- 11) Reativar a Fábrica de artefatos e pré-moldados para a produção de tijolos ecológicos, manilhas e outros produtos necessários na construção de casas populares.
- 12) Ocupação de todas as fábricas abandonadas na cidade para promover geração de renda.
- 13) Eliminar a terceirização do serviço público, priorizando o concurso como forma de ingresso.

MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA

- 1) Estamos no meio de uma pandemia causada pelo desastrosa exploração do meio-ambiente pelo homem, é sabido que doenças como a gripe, a peste bubônica, a varíola, e muitas outras, advêm dos animais pela sua interação não saudável com a humanidade.
- 2) E também em um momento de aquecimento global mundial, onde as altas taxas de emissões de gases poluentes criam um cenário desastroso e digno de filme de fim dos tempos, onde o aumento da temperatura causa degelos imensos, do tamanho de países o que aumenta o ciclo de aquecimento.
- 3) Vivemos em uma cidade construída em torno de uma siderúrgica o que nos coloca sérias complicações respiratórias desde que nascemos.
- 4) Além disso a poluição da água, do nosso rio Paraíba, é indiscriminada. Além do não tratamento dos esgotos, existe a questão dos hormônios e agrotóxicos excretados na

água que são consumidos posteriormente, pois o tratamento é obsoleto e não é capaz de reter essas substâncias. A ETA trata a água e devolve ao rio o sulfato de alumínio que chega a ser maior do que os coliformes fecais.

5) Existe a possibilidade de formas mais inteligentes de banheiros, como é o caso dos banheiros secos, que não utilizam de água tratada para escoar dejetos. É preciso pensar a cidade de uma outra forma.

6) Precisamos pensar quem mais sofre com todos os fatores dessa degradação. Existe o chamado racismo ambiental. Ficam os questionamentos: Como se deu a construção da nossa cidade? Pensada de maneira estratificada e hierárquica, de modo que os engenheiros morassem no Laranjal e Bela Vista, os técnicos na Vila Santa Cecília, os operários no Conforto e Aterrado, sendo que o bairro leva esse nome, pois foi completamente aterrado, o que causa impactos ambientais.

7) E aqueles que participaram da construção da usina e foram dispensados ficaram com o outro lado do rio, parte não planejada e urbanizada. E onde estão a maioria das pessoas negras? Porque?

8) Da década de 50 pra 60 no Brasil a população passa a ser urbana, deixa de ser rural, isso é muito recente. A população negra tinha sido jogada nessa sociedade, não teve uma inserção, um planejamento. Foram às cidades porque era onde tinham maiores oportunidades de emprego, de sobrevivência, e foram jogadas à margem, nas periferias, favelas, etc.

9) O deslocamento dessas pessoas dentro da cidade para essas pessoas é mais difícil, acessar saúde, educação e lazer.

10) Onde acontecem os deslizamentos por conta de chuva? Nos territórios mais pobres, que ocupam encostas, são lugares que não tem planejamento de água e esgoto, isso é o racismo estrutural junto com ambiental, a ausência de políticas de estado que precariza mais ainda a vida das pessoas.

11) **Volta Grande IV.** O condomínio Volta Grande IV foi construído em terreno doado pela CSN ao Sindicato dos Metalúrgicos em 1988. Este terreno se localiza ao lado de um depósito que recebeu aproximadamente 6.700 metros cúbicos de resíduos industriais classe 1, altamente poluentes, como borras de carboquímicos, alcatrão, lama da estação de tratamento de efluentes químicos, material plástico contaminado com cromo e resíduos de tubulação de gás de coqueria.

12) Em 2000, o monitoramento dos poços instalados ao redor das células, também contaminou as águas devido a vazamento proveniente desses depósitos de resíduos. Em 2003 ocorreram rachaduras e afloramento de líquido estranho no chão das casas e praças. Para castigar ainda mais a população, começaram a depositar escória, soltando

poeira e modificando o PH da água. O bairro vem sofrendo agressões todos esses anos em seu solo, ar e água.

13) Com o objetivo de investigar como a exposição à substâncias químicas do depósito de resíduos industriais e escória pode comprometer a saúde dos moradores, a FIOCRUZ fez pesquisas procurando determinar a concentração de diferentes substâncias no ar, na água, e também amostras de sangue dos moradores.

14) O monitoramento ambiental determina a contaminação presente no ar, água, sedimentos, solo, alimentos e poeira. O monitoramento biológico consiste na identificação destes contaminantes no corpo humano e sua toxicidade. A pesquisa identificou a presença de metais pesados na água da torneira e nas amostras de sangue. A FIOCRUZ entregou estes resultados para a Secretaria de Saúde de Volta Redonda, a fim de que a mesma possa fazer um acompanhamento da saúde dos moradores.

15) A FIOCRUZ argumentou ser necessário fazer um número maior de amostragens de sangue dos moradores, para dar maior credibilidade a pesquisa, que não podia continuar com a pesquisa por falta de recursos e que a única contribuição da prefeitura de Volta Redonda foi o transporte do material para o Rio de Janeiro. Foi perguntado para os pesquisadores da FIOCRUZ a origem dos metais pesados, e eles responderam que seria mais um estudo a ser feito.

16) A pesquisa da FIOCRUZ pode ser uma grande aliada dos moradores do bairro, após 20 anos, as compensações para as famílias não podem ser esquecidas.

17) É necessário que esta pesquisa da FIOCRUZ se estenda também para outros bairros da cidade, para se mapear a real situação de como anda a saúde da população de VR, para fins de comparação, só assim seria possível um pedido de reparação.

18) **Saneamento Básico é direito.** Desde o dia 16/07/2020 entrou em vigor a lei Nº 14.026/2020 (oriunda da lei nº 4.162/2019, com alguns vetos), a Lei de Saneamento Básico. Que permite a privatização do saneamento básico no Brasil. Há uma tentativa de afastamento do Estado em sua obrigação de oferecer saneamento para toda população.

19) Estamos na contramão da tendência mundial de reestatização, por constatar que o projeto de privatização é falido. Segundo um estudo elaborado pela Unidade Internacional de Pesquisa de Serviços Públicos (PSIRU), Instituto Transnacional (TNI) e Observatório Multinacional, citado pelo relator das Nações Unidas para água e saneamento, o brasileiro Leo Heller: nos últimos 15 anos houve ao menos 180 casos de reestatização do fornecimento de água e esgoto em 35 países, em cidades como Paris (França), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapeste (Hungria), La Paz (Bolívia) e Maputo (Moçambique). “A empresa privada não investe o suficiente e adota política de exclusão de populações mais pobres, impondo tarifas mais altas. Além disso, não atingem as metas dos contratos”, declarou Heller, lembrando que o próprio Banco Mundial, antes defensor

das privatizações no saneamento, já reconheceu que as privatizações não são uma “cura para todos os problemas”.

20) Heller também lembrou que há um forte vínculo entre sistemas de saneamento deficientes e o surto atual do vírus zika, bem como a dengue, a febre amarela e o chikungunya, sendo todos eles transmitidos por mosquitos.

21) Em nossa cidade o prefeito declarou em 2017, logo depois de eleito que privatizar o SAAE não estava em seu horizonte, mas no final do ano passado já fala em projeto de Concessão do Esgotamento Sanitário, que seria através de uma Parceria Público Privada (PPP), que nada mais é do que privatizações com intervalo definido que variam de 5 a 35 anos. E que também se mostra um retrocesso, a manchete da revista Valor Econômico de junho desse ano diz que 5 das 10 maiores PPPs do país fracassaram ou o contrato está em risco.

22) Diferente disso, é importante pensar a recuperação das nascentes e afluentes do Rio Paraíba do Sul e recompor a mata ciliar. E também o tratamento de todo o esgoto da cidade. Volta Redonda só trata aproximadamente 40% do seu esgoto doméstico.

23) Há uma crise de abastecimento de água nos bairros periféricos e altos, aqueles de encostas e também os mais distantes, como Roma e Belo Horizonte.

24) Hoje Volta Redonda conta com três cooperativas, localizadas em um galpão do governo do estado. Estes dividem espaços com carros apreendidos, amontoados, com risco de cair e provocar acidentes. Não possuindo estrutura mínima para o trabalho como cozinha e banheiros.

25) **Agroecologia.** É um conceito amplo: além da mais visível questão do plantio e alimentação, onde tem destaque a produção orgânica e agroecológica, agroecologia inclui também o bem viver.

26) No bem viver podemos incluir alternativa ao transporte como **ciclovía**, a valorização da cultura, da arte, uma economia que não esteja focada no acúmulo, conservação ambiental, **turismo histórico** (conhecido com Turismo de Base Comunitária), **reciclagem de resíduos sólidos**, **construções de moradias sustentáveis**, etc. A valorização dos conhecimentos tradicionais como erveiros, parteiras que ainda se conservam dentro de igrejas e terreiros, sendo essa uma alternativa de saúde e cuidado.

27) Volta Redonda se coloca como uma cidade central na região do Médio Paraíba para todas as políticas existentes na região. Isso é fácil perceber em áreas como saúde, onde recebemos população de diversos outros municípios e sediamos o Hospital Regional, na educação em que sediamos o maior número de estudantes de nível superior tanto em instituições públicas quanto privadas. Mas há também protagonismo em políticas não tidas como prioritárias para a gestão pública municipal. As políticas que tratam a relação

ecológica com a comida e com a produção de alimentos deve ser tida como central quando observamos o tamanho da população e sua grande capacidade de consumo e escoamento de produção de alimentos não industrializados. Tal conjuntura demanda da Prefeitura Municipal uma preocupação com a política de Agricultura que não pode estar desassociada a qualidade de vida, saúde, atendimento da rede de educação, comércio e plantio. Atualmente Volta Redonda possui poucas iniciativas que tratem a agricultura e seus produtos no município, sendo estas pouco atreladas ao desenvolvimento do bem estar e saúde e sendo completamente tratada como uma forma de desenvolvimento econômico sem qualquer cuidado com os produtores e consumidores locais.

28) Casa custo zero & zero produção de lixo (Luiz Toledo de Sá). Temos em Volta Redonda um projeto escrito pelo professor Luiz Toledo de Sá, ex funcionário/ professor de biologia da FEVRE, onde se fez possível a produção de casa com custo zero e onde está incluída nessa casa, o reaproveitamento de alguns resíduos, principalmente da água consumida na casa. O projeto foi engavetado pela prefeitura.

29) Aliança campo-cidade/ Agricultura urbana/ Espaços de plantios. É possível pesquisar nas periferias da cidade, espaços que sejam da agricultura familiar, com apoio do MST, e parcerias com a escola agrícola de pinheiral e com a UFRRJ, aproveitando que as universidades tem a prerrogativa de dialogar e pesquisar em prol da Comunidades. Podemos abrir espaços onde as universidades e a escola agrícola, possam fazer pesquisas e estimular o desenvolvimento no que tange a produção de alimentos. Essa seria uma possibilidade de baratear os alimentos, diminuir os atravessadores, ter alimentos produzidos próximo a cada comunidade.

30) A produção agroecológica se difere dos orgânicos, que tem um selo específico. Há um projeto em curso da prefeitura, com verbas federais, de uma feira orgânica do Aterrado, que não contempla a produção agroecológica. Não podemos deixar ele ser um monopólio do luxo. Frutas, verduras, geleias, arroz, tem que ter de tudo e de todos que produzem de acordo com o cuidado ao meio ambiente.

31) Movimento dos Sem Terra e capacidade produtiva. O MST é o que temos de mais avançado em produção alimentar popular. Na Região temos alguns assentamentos: Terra da Paz e Roseli Nunes, em Pirai; Irmã Dorothy, em Quatis; Vida Nova, em Barra do Pirai e Vida Nova, Ipiabas.

32) Merenda escolar 30%. Temos a lei 11.497/2009, PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, que diz que as escolas devem ser supridas, no mínimo com 30% de alimentos produzidos na agricultura familiar.

33) De 160 famílias, dos 4 assentamentos, só 4 são regularizadas para acessar PNAE.

34) Na gestão atual da prefeitura, o contrato dessa lei só funcionou para o fornecimento de determinadas escolas, inclusive sem levar em conta sazonalidade da plantação.

35) É preciso pensar uma educação Ambiental nas Escolas/ Educação do Campo, para as crianças do campo/ Educação Diferenciada.

36) É Legislação federal, e deve ser um caminho para se pensar políticas na cidade.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. a) Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. b) Promover o uso sustentável dos recursos naturais. c) Promover a conservação e recomposição dos ecossistemas naturais, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis. d) Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal. e) Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas. f) Ampliar a participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica.

37) Temos uma **Rede de produtores agroecológicos, orgânicos e capacidade produtiva em Volta Redonda e Região** que deve ser valorizada e incluída em políticas públicas: a) Fazenda Parque das Garças, b) Assentamento Terra da Paz, c) Assentamento Roseli Nunes, d) Assentamento Irma Dorothy, e) Pequenas famílias no Roma e Santa Rita de Cassia, entre outros.

38) Há também **movimentos sociais em prol da natureza**, como a Rede Nacional de Educação Ambiental, o Fórum Popular da Natureza, a Comissão Ambiental Sul, que devem ter canal aberto de diálogo com a prefeitura, para pensar alternativas melhores.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Ter como meta lixo zero, para isto a prefeitura precisará investir na coleta seletiva e em cooperativas de catadores, discutindo com elas o planejamento do mesmo.

2) Para as Cooperativas já existentes, dar condições dignas de trabalho, melhorando a infraestrutura dos galpões e condições adequadas de higiene.

3) Incentivar a criação de novas cooperativas .

4) Fazer um trabalho de conscientização da população para a separação dos recicláveis.

5) Educação ambiental como parte do currículo das escolas municipais.

- 6) Prefeitura discutir com as Cooperativas, Defensoria Pública da União e do Estado e a incubadora da UFF a forma de contrato da prefeitura com as Cooperativas. Reativação do comitê já existente.
- 7) Escolas municipais terem projetos de separação de resíduos sólidos e encaminhar para as Cooperativas.
- 8) Operar para que as Cooperativas possam vender seus recicláveis sem intermediários.
- 9) É possível pesquisar nas periferias da cidade, espaços que sejam da agricultura familiar, com apoio do MST, e parcerias com a escola agrícola de pinheiral e com a UFRRJ, aproveitando que as universidades tem a prerrogativa de dialogar e pesquisar em prol da Comunidades. Podendo abrir espaços onde as universidades e a escola agrícola, possam fazer pesquisas e estimular o desenvolvimento no que tange a produção de alimentos. Essa seria uma possibilidade de baratear os alimentos, diminuir os atravessadores e ter alimentos produzidos próximo a cada comunidade.
- 10) Parceria entre prefeitura e FIOCRUZ visando identificar e monitorar os impactos da poluição da água, do solo e do ar na população de Volta Redonda.
- 11) Mapear a capacidade de produção na região pra pensar junto escoamento dos produtos.
- 12) Ter a prefeitura como facilitadora de processos que garantam a produção na região, que não seja preciso tanta importação, que não seja centralizado em uma região. MST, quilombolas e pequenos produtores suprindo mercados locais/periferias. Feira semanal com os produtores familiares, nos moldes da feira diária, com rotatividade nos bairros.
- 13) Incentivar a produção local e aumentar o fornecimento de alimentos agroecológicos e de produção familiar para as escolas (PNAE). Organizando um cardápio que leve em consideração a produção e a época dos alimentos (sazonalidade).
- 14) Fornecer suporte técnico para acesso das famílias produtoras à documentação, e fomentar a relação entre PNAE e assentamentos. Ajudando essas famílias a transpor a burocracia para fazer parte da PNAE.
- 15) Incentivar as hortas e Projeto de reciclagem nas escolas, sensibilização das crianças, que levam as informações para a família.
- 16) Divulgar o trabalho dos assentados e produtores rurais, com incentivo à programa de visitas.
- 17) Promover iniciativas de reflorestamento e arborização urbana, respeitando o bioma local, fomentando projetos educativos, incluindo escolas públicas.

18) Aulas passeio na Mata da Cicuta e Fazenda do Ingá.

19) Possibilitar que o público de matriz africana possa fazer as oferendas, com a criação de um santuário, que respeitem normas ambientais, sendo essas oferendas biodegradáveis.

20) Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Volta Redonda e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Volta Redonda (CONSEA), garantindo a presença dos produtores locais, de comerciantes de hortifruti, de familiares do campo e da cidade, de representantes de associação de moradores, representantes de conselheiros escolares, ou seja criar a Política Pública a partir de quem produz e de quem consome.

21) 100% de tratamento do esgoto.

22) Criação de canais de diálogo da prefeitura com os movimentos ambientais da cidade. Rede Nacional de Educação Ambiental, o Fórum Popular da Natureza e a Comissão Ambiental Sul.

23) **Criação e consumo de energia.** Pensar em alternativas de energia limpas e renováveis. Com a parceria das universidades e IFRJs.

24) Recuperação das nascentes e afluentes do Rio Paraíba do Sul e recompor a mata ciliar, onde é possível e promover a manutenção dos trechos canalizados.

HABITAÇÃO

1) Uma moradia digna é o acesso das famílias para todos os demais direitos sociais. Sem moradia não há Educação, Saúde, Segurança etc. Portanto, a moradia digna é o começo de tudo.

2) Além disso, numa cidade em que, junto a privatização, também foram privatizadas aproximadamente 25% das terras urbanas, o problema com a especulação imobiliária não poderia ser menor. Terras estas onde não se destina qualquer função social. Hoje Volta Redonda tem preços de imóveis e de aluguéis que se equiparam ao Rio de Janeiro e São Paulo, no entanto com bem menos oportunidades para as famílias e jovens.

3) Segundo os últimos dados do Furban, há atualmente em Volta Redonda 126 núcleos de posse em terras públicas, contabilizando mais de 27.000 pessoas. Além desses, há também 33 núcleos em propriedades particulares e/ou margens de rios, onde a quantidade de moradores ainda não foi mapeada.

4) O déficit habitacional é gigantesco e os programas de habitação têm cadastros que transpassam um número aproximado de 20% da população, o que mostra que o déficit habitacional é subnotificado, pois são considerados como regularmente habitados lares com mais de 10 pessoas, pessoas morando em garagens improvisadas e outras condições que desumanizam a moradia.

5) São pessoas humildes, que precisam da presença do Poder Público em seu auxílio, e que convivem não só com a falta da regularização de suas casas, como muitas vezes também com a ausência dos serviços mais básicos (como coleta de lixo, iluminação, etc). Em certos casos, a Prefeitura já oferece alguns serviços, como o fornecimento de água, mas de salubridade duvidosa, aliás, este caso é um problema até para aqueles com moradia um pouco mais bem estruturadas, a rede de saneamento é arcaica gerando, inclusive, o aumento do desperdício de água em Volta Redonda. A situação dessas pessoas é sempre extremamente precária e desumana.

6) Belmonte, Santo Agostinho, Retiro, Açude e Água Limpa figuram entre os bairros em que há maior quantidade de núcleos de posse. Mas muito outros bairros também possuem seus núcleos.

7) O PSOL acredita que a população de Volta Redonda precisa ser solidária a essas pessoas. Principalmente se levarmos em conta a história de nossa cidade, onde a luta pela moradia sempre se configurou um importante fator não só da busca pela dignidade humana, como mesmo do desenvolvimento de nossa cidade. Inúmeros bairros de nossa cidade foram, no passado, áreas de posse. O morador que vive em locais urbanizados, com casas, ruas asfaltadas, serviços públicos, praças etc, precisa ter consciência que tudo isso só existe porque, no passado, homens e mulheres de Volta Redonda lutaram pela posse dessas terras. Portanto, é dever de todos nós reconhecer e apoiar a luta dos posseiros, não só por eles, como também por seus filhos e pelo futuro de nossa cidade.

8) É preciso entender que uma política pública de moradia não pode se resumir a “entregar uma casa”. Moradia não é só a residência em si, mas toda uma série de fatores que envolvem o bem viver. Um LAR implica também em laços com a comunidade no entorno e acesso a serviços públicos (creches, escolas, postos de saúde, ônibus, segurança, saneamento etc). Porém, os governos anteriores tiveram uma noção muito limitada sobre todos esses fatores. Para eles, basta cadastrar as pessoas necessitadas nos programas do Governo Federal (como o Minha Casa, Minha Vida e sua cópia Casa verde e amarela), e construir (com verba federal) as casas com a infra-estrutura mínima de luz e saneamento. Contudo, as pessoas são literalmente “jogadas” nos novos conjuntos habitacionais, sem nenhuma atenção à forma como essas pessoas viverão nesses locais. Como resultado, surgem inúmeros problemas, como veremos abaixo.

9) No Santa Cruz e no Roma, por exemplo, grande quantidade de famílias receberam casas através do programa Minha Casa, Minha Vida. Porém, não se atentou para o fato de que, com o aumento populacional nessas áreas, seria preciso ampliar também os serviços públicos. As linhas de ônibus que atendem esses bairros entraram em colapso, e

não há atendimento de saúde, creches e/ou escolas na quantidade adequada, obrigando as pessoas a viverem em um local, mas se deslocarem para outros bairros para ter acesso ao mínimo necessário para viver bem.

10) Há denúncias da presença de grupos criminosos que dominam o local, e também de pessoas que recebem as casas, mas depois são colocadas para fora por esses grupos, passando a viver de favor (ou na rua). Essa situação seríssima é totalmente ignorada pela Prefeitura, que se omite, como se esse tipo de problema não existisse.

11) O Poder Público tem que garantir, por exemplo, que se fará presente caso pessoas de comunidades diferentes sejam alocadas em um mesmo conjunto habitacional, gerando com isso algum tipo de conflito. Isso porque esse tipo de situação pode criar tensões. Novamente, trata-se de problemas que podem ser evitados se tivermos uma política habitacional que vá além de simplesmente “entregar as casas”.

12) Outro problema seríssimo ocorre no Volta Grande IV. Uma área de 83 metros quadrados, que originalmente deveria ter sido mantida como área verde, foi utilizada pela CSN para o despejo de rejeitos tóxicos. Estudos comprovaram que a escória depositada ali pela empresa contaminou o solo e as águas subterrâneas que escoam para o Rio Paraíba do Sul. De acordo com o Ministério Público Federal, a CSN ignorou os riscos ao meio-ambiente e à saúde dos moradores do bairro, não cumprindo sequer as recomendações de empresas de auditoria ambiental por ela contratadas. Em ação civil-pública em 2012, o MPF recomendou a realocação dos cerca de 750 moradores da área, que deveriam ser removidos para o terreno do Aero Clube. Sabe-se que esse lixo tóxico é responsável por alta incidência de abortos, redução de leucócitos e câncer nos moradores. Alguns produtos - como o óleo ascarel, altamente tóxico e banido do país - chegam a ter uma presença de até 90 vezes a aceitável na área. A Prefeitura opta por se omitir, aguardando a tramitação do caso na Justiça; no entanto, quem segue pagando o preço dessa situação são os moradores do bairro e como eles serão ressarcidos da desvalorização do imóvel e da saúde?

13) Por vezes, mesmo benefícios, podem se tornar um problema quando o Poder Público se ausenta. Muitas famílias que foram beneficiadas no programa Minha Casa, Minha Vida recebem também um cartão, financiado pela Caixa Econômica Federal, com o qual podem fazer algumas compras essenciais para equipar a casa. No entanto, como os beneficiados são pessoas muito humildes, muitas vezes sem experiência com o uso de cartões magnéticos, na prática esse benefício se torna um novo problema, porque as famílias acabam acumulando dívidas que não tem como pagar, vez que se somam as dívidas do empreendimento e nas novas despesas da casa. Acontece que hoje sequer há um programa em execução de moradia, mas com o indício de uma reestruturação de um programa de moradia nacional, devemos nos atentar aos erros do passado. Essa questão poderia ser resolvida resgatando a ideia do minha casa minha vida entidades, excluindo-se intermediários (empreiteiras) que só visam os próprios interesses e lucros, capacitando os próprios beneficiários a construir, conjuntamente a supervisão e orientação técnica,

reativando inclusive empresas municipais responsáveis pela produção de tijolos ecológicos, manilhas etc, isto tudo alinhado ao trabalho dos assistentes sociais e das pesquisas socioeconômicas.

14) Outro grave problema ocorreu nas listas de espera do programa Minha Casa, Minha Vida. O programa, que já sem implementação, deixou problemas. Na iminência da volta de novos programas federais de habitação ou na construção de um programa municipal de moradia, é importante aprendermos com os erros passados. As pessoas que necessitam de moradia precisam ser cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), onde é feito todo um levantamento da situação de cada família. A partir desse levantamento, é estabelecida uma ordem de prioridade, levando-se em consideração uma série de fatores (mulher arrimo de família, idade, renda, existência ou não de necessidades especiais etc). Até aí, o sistema anda bem; os problemas ocorrem quando o trabalho realizado nos CRAS é ignorado pelos governantes. Há diversas denúncias, por parte de movimentos sociais e moradores, de que as listas de prioridade do Minha Casa, Minha Vida são burladas, com pessoas “furando fila” graças a apadrinhamentos políticos. Há, inclusive, denúncias de que pessoas que já possuem casa própria e são agraciadas no programa, enquanto outras, que não tem onde viver, permanecem na fila. Tudo por que, além do programa é necessário a observação nos estudos de casos, a regularização fundiária, os cadastros das pessoas sem casa e a melhor comunicação com outros sistemas e cadastros públicos, como, por exemplo, o de cobrança de IPTU e cartórios de ofício. Também é necessário mapear a cidade identificando as terras devolutas ou sem função social.

15) Finalmente, não podemos deixar de lembrar a total omissão da Prefeitura em relação às terras e imóveis subutilizados ou não-utilizados em Volta Redonda. A respeito deste tipo de propriedade, a Constituição Federal é inequívoca: em seu artigo 182, § 4º, ela afirma que “É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento”. Caso isso não ocorra, o mesmo artigo constitucional informa que o Poder Público municipal pode parcelar ou edificar compulsoriamente o imóvel / terra; pode cobrar IPTU progressivo com o tempo; e, se nada disso resolver a questão, pode ainda desapropriar o imóvel mediante títulos de dívida pública aprovados pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 anos.

16) Tais preceitos constitucionais foram reafirmados em lei no nosso Plano Diretor (Lei Municipal 4.441/2008). O artigo 85 reafirma todos os preceitos constitucionais; o artigo 86 cita ainda, em específico, *imóveis de interesse histórico, cultural ou paisagístico; áreas de interesse ambiental e clubes e associações recreativas, culturais ou desportivas*; além de qualquer terreno com metragem superior a 300 m². Neste artigo poderíamos incluir diversas áreas hoje sob controle ilegítimo da CSN (como a Floresta da Cicuta; os terrenos em frente ao Aero Clube; a Fazenda Santa Cecília; dentre outros).

17) A militância do PSOL sempre participou dos movimentos sociais que reivindicam a reincorporação ao Patrimônio da União dos imóveis não-operacionais da CSN, que ilegítimamente foram incorporados por grupos privados no leilão de privatização de 1993 (defendemos o parecer do Ministério Público Federal, favorável à Ação Popular nº. 2005.51.04.003240-8, que ora tramita na Justiça em segunda instância). Infelizmente, os grupos atualmente no poder se omitem, deixando de lutar firmemente pelos interesses de nossa cidade.

18) Voltando ao Plano Diretor, vale lembrar ainda que o artigo 89 determina a cobrança de IPTU progressivo nas terras e imóveis não utilizados ou subutilizados (algo que não só aumentaria a arrecadação do município, como incentivaria os proprietários a dar alguma função social a essas propriedades); e, finalmente, o artigo 92 confirma a possibilidade de desapropriação, mediante o pagamento com títulos da dívida pública resgatáveis em 10 anos.

19) Infelizmente, os grupos atualmente na Câmara Municipal não se esforçaram em fazer valer nosso Plano Diretor. Não encaminharam, por exemplo, nenhum projeto de lei que regulamente seus artigos (definindo, por exemplo, quais as características de uma propriedade para ser considerada “subutilizada”, ou como seria a cobrança progressiva do IPTU). Graças a essa omissão dos vereadores, convivemos com essa situação absurda, de termos quase 30 mil pessoas sem moradia, enquanto nossa cidade apresenta inúmeros imóveis e terras vazias, sem nenhuma função social.

20) Vale lembrar que muitas das terras particulares onde há núcleos de posse poderiam ser desapropriadas para fins de moradia, conforme a Lei Federal 11.977/2009. Na maioria dos casos, tratam-se de terras que foram esquecidas por seus antigos proprietários (que receberiam sua justa indenização).

21) Pior ainda: nem mesmo nas áreas de posse pertencentes à PMVR (que, como vimos, somam 126 núcleos), há um trabalho efetivo para o fornecimento de uma moradia digna aos voltaredundenses que mais precisam. E, nesse caso, não seria necessária nenhuma desapropriação ou nova lei; bastaria obedecer à Lei 2.086/1985, a partir de um trabalho de mapeamento, regularização, construção de casas e fornecimento dos serviços públicos essenciais. Mas, na verdade, antes de tudo falta vontade política de tirar as pessoas da miséria que hoje é agravado ainda pela cobrança de IPTU das famílias posseiras que sequer tem o título de posse, ou seja de algo que sequer foi legalizado como posse, o que dirá de Propriedade.

22) Qual será o próximo passo? Cobrar IPTU de quem mora de baixo da ponte? Enquanto as terras com mais de 300m² sem função social continuam assim, sem IPTU progressivo e sem gente para morar, continua havendo tanta gente sem casa, mas também, tanta casa sem Gente.

23) É importante discutir a situação das pessoas que não têm casa e, por isso moram na rua. Devido às regras dos albergues que não têm espaço para famílias, estas preferem ficar na rua, mas juntas, do que dormir no albergue separadas. É importante que os albergues das cidades priorizem tirar as pessoas da rua, mesmo que estas não tenham documentações, ou não queiram dormir separadas etc.

O FURBAN

1) O Furban é fruto da organização histórica da população posseira, apoiada pela Igreja Católica e pelas Comissões de Direitos Humanos e de Posseiros Urbanos de Volta Redonda. Já realizou inúmeras ações sociais importantíssimas em nossa cidade. Atualmente, funciona através do Conselho Comunitário de Volta Redonda (que é um conselho popular deliberativo, constituído por 9 conselheiros titulares e 9 suplentes, mais 9 representantes dos setores de posse, todos atuando gratuitamente). Já os servidores do Furban são compostos exclusivamente pela transferência de funcionários da administração direta e indireta da PMVR.

2) Motivo de orgulho para todos os movimentos sociais e cidadãos conscientes de nossa cidade, o Furban deveria ser tratado com respeito pela Prefeitura. Porém, os governos, vergonhosamente, sucatearam o Furban, deixando-o sem servidores suficientes para realizar suas atividades. Mesmo agora, após o concurso público, devido aos desafios na Furban, ainda há um déficit de servidores, e, nos seus quadros de funcionários, há muitos cargos comissionados, RPA e alguns servidores contratados por concurso antes da Constituição Federal de 1988 - em vias de se aposentarem.

3) Com a vigência da Lei Municipal 3.620/2000, o Furban passou a executar obras de urbanização não só em núcleos de posseiros, como também no município em geral (sendo que, na verdade, a Secretaria Municipal de Obras deveria se encarregar das áreas já regularizadas, mas poucas obras são realizadas pela mesma). Por causa disso, há uma sobrecarga de trabalho para os poucos funcionários do Furban, o que ocasiona problemas na fiscalização e obras de péssima qualidade. Além disso, a maior parte das obras autorizadas pela Prefeitura ocorrem em áreas formais, sendo poucas as obras novas ou de manutenção nas áreas de posse (justamente as que tem maior necessidade de atenção).

4) Para que se tenha uma ideia, não resta nenhum funcionário no Grupo de Trabalho de Titulação do Furban. Por isso, não há nenhuma regularização fundiária em andamento. Além disso, a maior parte das solicitações feitas pelo Conselho Comunitário do Furban não são atendidas pelo Poder Público, deixando os conselheiros frustrados e desacreditados diante da população posseira de Volta Redonda.

5) Sendo um problema também as eleições da fundação, onde não é respeitado a lista tríplice indicada pelos posseiros, acabando no aparelhamento pelos políticos deste importante instrumento de regularização e de combate ao déficit habitacional.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

- 1) Em primeiro lugar, defendemos a apresentação e regulamentação imediata de lei regularizando o IPTU progressivo e de decretos que façam valer nosso Plano Diretor – que é lei e, assim sendo, deve ser cumprida. Basta vontade política neste sentido, e poderíamos imediatamente aumentar a arrecadação do município (através do IPTU progressivo nas terras e imóveis, acima de 300m² que não tenham qualquer função social), gerando recursos que complementaríamos os repasses de verbas federais para a construção de moradias recriando os programas habitacionais municipais, sem intermédio de empreiteiras, em parceria com a companhia de habitação e a Furban.
- 2) Reativar a Fábrica de artefatos e pré-moldados para a produção de tijolos ecológicos, manilhas e outros produtos necessários na construção de casas populares.
- 3) Criação de um fundo municipal de Terras onde se receberiam doações de materiais e onde posteriormente, quando o recurso começasse a entrar, iria se gerir os valores do IPTU progressivo para o desenvolvimento da política de habitação e na execução dos programas de moradia.
- 4) Defendemos também o atendimento das reivindicações dos conselheiros do Furban, quais sejam:
 - a) Alteração da Lei Municipal 2.366/1988, visando aumentar o número de funcionários com a realização de concurso público para preencher as vagas existentes na Autarquia.
 - b) Revogação da Lei Municipal 3.620/2000, para que o Furban volte a atuar exclusivamente na urbanização dos núcleos de posseiros (deixando a responsabilidade pelas áreas formais para a Secretaria de Obras, que na prática não realiza o trabalho que deveria).
 - c) Reestruturação do Grupo de Titulação do Furban, com contratação de funcionários por concurso público.
 - d) Manutenção e obras novas nas áreas de posse, com a designação de ao menos um arquiteto ou engenheiro do Furban para os nove setores de áreas de posse de Volta Redonda.
 - e) Recadastramento dos posseiros, com parceria com os CRAS localizados nos bairros onde há áreas de posse. Neste caso, poderia haver a participação dos adolescentes que integram programas sociais.
 - f) Titulação definitiva dos núcleos de posse que pertencem à PMVR, conforme a Lei 2.086/1985.
 - g) Demarcação urbanística e legitimação da posse nas áreas de posse em propriedade particular, respeitando a Lei Federal 11.977/2009.
 - h) Parceria com o Instituto de Terra e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e com a Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB), para que o Furban defina as áreas e por quem será feita a regularização fundiária em Volta Redonda.

- i) Assistência Técnica pública gratuita de engenheiro ou arquiteto para projetos de construção de habitação de interesse social, conforme o artigo 2º § 1º da Lei 11.888/2008, reativando o escritório de arquitetura popular, em parceria com as universidades de arquitetura e engenharia de Volta Redonda.
- 5) Priorizar nas áreas de posse e nos bairros com aumento de população o serviço público de qualidade e responsável com a saúde das pessoas.
- 6) Melhor integração da Secretaria de Obras e do Furban com as demais áreas da Prefeitura, responsáveis pelo atendimento aos direitos sociais básicos, visando garantir não somente a moradia, como também o acesso a serviços públicos de qualidade.
- 7) Incentivo para que a construção de casas utilize, sempre que possível, a mão-de-obra dos próprios futuros moradores. Dessa maneira, não só se geram empregos e capacitação, como também se garante a formação de laços comunitários nos novos conjuntos habitacionais. Tal esforço pode ser feito a partir da implantação, no município, de programas de Economia Solidária, supervisionados por convênios com pesquisadores dos campi locais da Universidade Federal Fluminense.
- 8) Criação de Conselhos Locais de Planificação Urbanística, com a participação direta da população no planejamento, concepção e execução de obras nos bairros (incluindo a construção de casas, muros de contenção, melhoramentos em casas já construídas, etc). Nesses casos, a verba seria passada diretamente para a população, que decidiria – com apoio técnico de assistentes sociais, engenheiros e arquitetos da prefeitura – quais as prioridades e que obras são as mais importantes.
- 9) Prioridade nos programas de habitação dos moradores em áreas de risco (encostas e beira de rios).
- 10) Apoio e eventual participação – como parte interessada – da Prefeitura nas ações judiciais que beneficiem o município e seus moradores.
- 11) Criar programas de moradias sustentáveis, através de convênios com universidades e institutos federais especializados nessa questão. Energia solar, aproveitamento de água da chuva e plantação de hortas nos terraços são algumas ideias que vem sendo aplicadas em várias cidades do mundo e podem também ter espaço em Volta Redonda.
- 12) Imediata suspensão na cobrança do IPTU de posseiros sem título de posse.
- 13) Estudo das demandas e necessidades de pessoas em situação de rua e criação de novos albergues.

14) Criação do programa casa da família – criação de casas para estadia provisórias em que se possa juntar o núcleo familiar de rua em um mesmo local para dormir.

15) Criação do Programa Moradia Digna – dividido nas etapas a. Regularização Fundiária; b. Pesquisa Déficit Habitacional e mapeamento de terras sem função social; c. Análise social e Cadastro de Possíveis Beneficiários utilizando os mesmos critérios do Minha Casa Minha Vida; d. Qualificação para edificação dos possíveis beneficiários; e. Convênio técnicos científicos com Universidades de Engenharia e Arquitetura; f. Análise de territórios e implementação da construção; g. Execução do programa de moradia; h. Implementação dos serviços de saúde, educação e transporte na proporção.

16) As diretrizes do programa seriam: a. Criteriosa e transparente análise social; b. Priorização total dos empreendimentos feitos com os próprios moradores, conjuntamente aos convênios técnicos científicos; c. Prestação de Contas Mensais do programa; d. Moradia Digna – consistindo em Morar com saúde, educação, saneamento, transporte e outros serviços públicos próprios.

CULTURA

1) A cultura é o complexo de conteúdos que nos perpassa, coberta de ideologias, ideias, costumes, ritos, entretenimento, ou seja, elementos que nos forma como seres humanos. São os valores, expressões, comportamentos que são equivalentes às nossas formas de ver e viver o mundo. Além disso, segundo a Constituição Federal, o acesso à cultura e a liberdade de expressão cultural são direitos de todos os cidadãos.

2) Infelizmente, o acesso à cultura em nossa sociedade virou mais um elemento mercantil. Sempre que pensamos em cultura, vem à mente o quanto teremos que gastar para acessar determinados conteúdos. Além de se tornar um negócio lucrativo para alguns poucos, isso exclui a maioria da população do acesso a conteúdos culturais muito importantes para sua formação e desenvolvimento como ser humano.

3) Se isso já era uma realidade, isso tem se agravado com o avanço das ideias reacionárias e conservadoras que assolaram nosso país e que resultaram na eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. O projeto cultural neofascista é de imposição de um único modelo de pensamento e expressão, pautado em valores eurocêntricos, de submissão ao imperialismo e de reprodução de desigualdades sociais que são históricas em nosso país. Impor um projeto único a um país plural como o nosso significa atacar os fundamentos da nossa própria existência também plural, e ao mesmo tempo, silenciar qualquer expressão que possa representar algum tipo de questionamento ou de enfrentamento a essas ideias reacionárias.

4) Isso fica evidenciado logo na posse do Presidente, que extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria. Aliás, ela tem sido alvo de constantes escândalos desde 2019. A adoção de ideias nazistas ficou mundialmente escancarada com a política do ex-secretário Roberto Alvim. Em seguida, assistimos aos horrores das falas negacionistas históricas da também ex-secretária Regina Duarte. Sem contar da indicação de Sérgio Camargo para a Fundação Palmares, que nega a existência do racismo no Brasil, faz alusões positivas à escravidão, ataca os movimentos pela igualdade racial e nomeia pessoas que odeiam quilombos para cargos que deveriam zelar pela preservação cultural. Mas lembremos: tudo isso já estava anunciado no próprio discurso de campanha de Jair Bolsonaro.

5) O que temos visto é uma perseguição a artistas que tentam a todo momento serem impedidos de expressarem seus valores e ideias por meio de manifestações culturais. Mas não apenas: além das sucessivas tentativas de censuras prévias, uma política deliberada de não investimento na cultura significa esvaziá-la, e assim, possibilitar impor autoritariamente a sua única ideia cultural.

6) Isso se agravou com a pandemia de Covid-19. Muitos artistas ficaram impossibilitados de exercerem suas atividades, que na maioria das vezes é a sua própria fonte de sustento. Vitórias como a Lei Aldir Blanc foram conquistas suadas de movimentos de artistas e de progressistas, tendo em vista que o governo fez de tudo para que a lei não fosse aprovada. O que temos assistido é uma valorização de artistas já consagrados no mercado e que manifestam apoio ao Presidente, e um esforço enorme dos demais em conseguir espaço para manifestar sua arte.

7) Por fim, a pandemia acabou se tornando um pretexto para que outras manifestações culturais, provenientes de segmentos dominados e periféricos, fossem definitivamente jogados de lado. O projeto de destruição de um país passa necessariamente por destruir a cultura popular. E não podemos permitir que isso aconteça. E mais: temos que trabalhar para construir políticas públicas que valorizem o desenvolvimento e o acesso à cultura popular.

A CULTURA EM VOLTA REDONDA

1) A cultura, hoje em nossa cidade, infelizmente não está muito bem. Seja por ausência de financiamento e por esvaziamento de pessoal da Secretaria de Cultura. Volta Redonda hoje conta com o vergonhoso número de 8 pessoas trabalhando na Secretaria Municipal de Cultura, para uma cidade de 274.000 habitantes.

2) A verdade é que a população, os produtores culturais, artesãos e, como dito, a nossa existência enquanto sujeitos questionadores está em xeque quando a cultura institucional está sendo enfraquecida pelos últimos governos, não dando a devida condição da produção de cultura, que verdadeiramente emana do povo.

3) Nossa cidade possui muitas vocações culturais: música, teatro, artesanato, dança, cultura urbana, heranças de matrizes indígenas e africanas. Tudo isso fica invisibilizado se não há investimentos públicos. Os produtores culturais ficam apenas à mercê dos interesses de mercado, daqueles que veem na cultura somente um negócio para lucrarem. Isso produz uma verticalização cultural, onde alguns artistas e manifestações são transformados em produtos com vistas ao lucro, e não como ferramentas de desenvolvimento das potencialidades dos seres humanos, sejam eles pobres, jovens, idosos, mulheres etc.

4) A Cultura não é estática, ela é fluida, nós somos construídos por cultura, seja ela qual for. Fazendo uma metáfora com a água, é a maior parte da nossa vida, mesmo que a gente diminua sua importância muitas vezes. Por isso, nós do PSOL Volta Redonda estamos propondo uma verdadeira revolução nesta área, que passa por valorizar a cultura popular, as manifestações periféricas, e que leve a profundas reflexões sobre a história de nossa cidade e das desigualdades que vivemos.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Criar mecanismos legais que aprofundem a participação popular democrática na gestão e decisão participativa em editais, premiações e financeira, através do conselho municipal de política cultural e fundo municipal de cultura.

2) Implementar a Política Pública de Cultura como instrumento de afirmação identitária, emancipador e transformador das pessoas, instituindo programas de pontos culturais territoriais, através de ações e editais voltados principalmente para o povo preto, mulheres, LGBTQI+, e mestres de cultura popular (griôs) utilizados como educadores culturais, fortalecendo vínculos, pertencimentos e possibilitando rendimentos aos artistas.

3) Garantir o direito à cidade e à livre manifestação, combatendo a burocratização, a criminalização e a higienização social, estimulando e promovendo a cultura urbana dos bairros, instituindo circuitos, mostras, premiações e projetos que também promovam o direito à região central da cidade e aos aparelhos culturais que lá se localizam.

4) Criar mecanismos legais que aprofundem a participação popular democrática nas decisões e na participação em editais e premiações.

5) Promover as histórias de identidades e memórias da cidade, por meio da valorização e manutenção dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, com a criação de um Centro de Memória de Volta Redonda, onde também funcionaria um Centro Cultural de Arte Moderna para exposições artísticas de projetos locais e construindo uma parceria entre a Prefeitura e a UFF fortalecendo o já existente Centro de Memória do Sul Fluminense da UFF Genival Luiz da Silva.

- 6) Transformar a Biblioteca municipal em Biblioteca Parque, ampliando seu funcionamento e atividades.
- 7) Realizar plano emergencial de reforma dos aparelhos culturais e patrimônios históricos, manutenção e ampliação de acervo e contratação de especialistas para realização de projetos e ações (Ex. Administração e curadoria técnica para o espaço Zélia Arbex).
- 8) Concluir as obras do Teatro do Colégio Getúlio Vargas e transformá-lo no centro cultural e escola técnica de artes integradas, criando o Instituto Público técnico de artes e programas, que viabilizem aulas livres e técnicas a partir das experiências com mestres de cultura popular em equipamentos públicos para crianças, jovens, adultos e idosos.
- 9) Estimular a produção audiovisual na cidade, através de viabilização e manutenção de cineclubes e realização de circuito, mostras e premiações, utilizando para isso os espaços dos pontos de cultura e outros equipamentos públicos.
- 10) Realizar feira permanente de artesanato (espaço dos artesãos e artesãs), estimulando a promoção das identidades, memórias e histórias da cidade, através de editais e premiações discutidos e aprovados no Conselho Municipal de Cultura.
- 11) Estimular a economia criativa e solidária entre os artistas, possibilitando subsídios para sua efetivação.
- 12) Realizar parceria com o DEGASE e integrar com a SMAC para desenvolver projetos de arte voltados para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.
- 13) Estimular a cena cultural na cidade, através de viabilização e manutenção de circuito, mostras e premiações, utilizando para isso os espaços dos pontos de cultura e outros equipamentos públicos.
- 14) Juntamente com a Secretaria de Educação, e discutindo com a sociedade civil, planejar cursos de teatro como ferramenta de alfabetização e musicalização nas escolas primárias e creches, além de reavivar as fanfarras das escolas, artesanato e aulas de artes plásticas em contraturno. Nesta mesma perspectiva, reativar a orquestra da FEVRE, esquecida há tempos. Também no contraturno com aulas de teatro e interpretação de texto e cinema.
- 15) Realizar exposições de artes plásticas nas ruas, estimulando expressões como grafite, pintura urbana etc.

ESPORTE E LAZER

ESPORTE E LAZER, UMA FERRAMENTA DE PREVENÇÃO À SAÚDE, EMANCIPAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA POPULAÇÃO PERIFÉRICA

1) Assim como a segurança, a saúde, a previdência social e a Assistência, o esporte e o lazer também é um direito previsto na Constituição Federal. Sendo assim é papel do Estado estimular a prática de atividades físicas (quando sem supervisão de um profissional de educação física) ou exercícios físicos (com o profissional), em locais públicos e incentivar o lazer.

2) Infelizmente, no Brasil de 2020, assistimos ao total desmonte de uma política de esporte e lazer. Assim que tomou posse, o Presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Ministério do Esporte, relegando-o a uma mera Secretaria ligada ao Ministério da Cidadania. Isso demonstra que o esporte e o lazer para este governo não fazem parte de um projeto de atenção à saúde da população, nem de educação, revelando o quanto as ideias conservadoras e reacionárias trazem prejuízos enormes para os direitos da nossa população.

3) Uma política pública de esporte e lazer precisa estar a serviço dos interesses da população e das potencialidades que ela possui, e não ser uma ferramenta de lucro para um sistema que, ao final, mais exclui do que proporciona o acesso universal a esse direito. É valorizar os jogos populares, os encontros coletivos para realização de atividades diversas, e a partir disso pensar em potencialidades de desenvolver atividades desportivas que contribuam com a saúde, a educação, a profissionalização e a consciência corporal e social.

4) Pensar em ações do Poder Público para esporte e lazer não podem estar pautadas pelos interesses de mercado, por vezes bilionário, que se construiu em torno destas ações lazer – e subsidiadas por financiamento público. Crianças, jovens e adultos de locais periféricos precisam conhecer, praticar e ter as mesmas oportunidades de esporte e lazer do que aqueles que possuem poder aquisitivo para tal. Não podemos continuar permitindo que esportes como hipismo e vela sejam, por exemplo, nossas maiores potências olímpicas. Inúmeras outras atividades podem ser incentivadas como práticas desportivas, provenientes dos segmentos populares.

5) Para isso, é preciso levar a sério o esporte e o lazer como direitos, e não como fonte de lucros para poucos empresários e conglomerados financeiros, que, frequentemente, estão envolvidos em escândalos de corrupção, maus-tratos e negligência contra jovens (vide o criminoso incêndio ocorrido no Ninho do Urubu em 2019) e empresas apoiando políticas de disseminação de *fake news* e genocídio (como o forte *lobby* das academias durante a pandemia de Covid-19 para a reabertura, apesar dos riscos de proliferação da doença).

O ESPORTE E LAZER EM VOLTA REDONDA

1) Sabemos que Volta Redonda é uma cidade que possui ferramentas, equipamentos e espaços de esporte e lazer, espalhados em quase toda a ela. Porém são extremamente subutilizados pelas secretarias que por aqui passaram e que se baseavam em uma política eleitoreira que não exercia suas principais funções que são: promoção social, prevenção à saúde e educação.

2) As dimensões sociais desta política são muito mais densas do que simplesmente trabalhar com o lúdico, como a muito feita por gestões passadas em nossa cidade, principalmente com a população idosa durante os governos Neto. Não se pensava no esporte-educação, no que tange à participação, cooperação e responsabilidade. E muito menos no esporte-performance, o de alto rendimento; e para aqueles que se destacam, é apenas focado no esporte-popular e lazer. Sendo assim, a política esporte e lazer se transformou em uma política de pão e circo. E nestes últimos tempos nem isso mais existe.

3) O esporte é um fenômeno sociocultural que atravessa a todos, assim como o lazer. E como ferramenta de prevenção a saúde, emancipação e promoção cidadã de uma cidade, é uma vereda importantíssima no que se refere a um governo municipal. Esporte é saúde, educação, cultura, por isso, é um direito que precisa ser garantido por políticas públicas de nossa cidade.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Na área do esporte-educação, escolinhas desportivas de todas as modalidades coletivas e de atletismo serão implementadas nas escolas como contraturno. Esses alunos colocarão em prática suas aptidões físicas em torneios trimestrais representando sua escola na Copa estudantil (primeiro trimestre), copa interestudantil (segundo trimestre) e campeonato estudantil (terceiro trimestre). Além de aulas de danças (propriocepção), aguçando a cultura corporal de cada indivíduo na escola, valorizando a história do país e a cultura popular da nossa cidade, além de outras modalidades. Esta área será uma ação desenvolvida em conjunto entre as pastas de educação e esporte/lazer.

2) O esporte-performance está intimamente ligado com a área de esporte-educação, pois desta última vêm majoritariamente os que querem ser atletas, e que portanto serão encaminhados para os centros esportivos de alto rendimento espalhados na cidade. Nós faremos seleções municipais de cada modalidade esportiva caminhando junto com projeto olímpico, utilizando o pólo de atletismo (Voldac), de ginástica (São Geraldo), de natação (Ilha São João) etc. Entraremos em todas as competições possíveis em âmbito estadual e nacional.

3) No esporte-popular (lazer) faremos uma cidade mais ativa com o auxílio das áreas da saúde e da assistência social, realizando atividades com pessoas com grandes problemas psicomotores, obesidade, pressão alta e outras doenças crônicas para um atendimento monitorado e prevenção de doenças, diminuindo o fluxo de pessoas em hospitais. Aulas de ballet e dança de salão para idosos, métodos de prevenção a doenças crônicas junto à

secretaria de saúde. Nós desenvolveremos o projeto pulmão ativo, fazendo atividades físicas para condicionamento cardiorrespiratório, com fisioterapia e atividade para os pulmões no intuito de diminuir a quantidade de pessoas sendo atendidas na época de seca por doenças respiratórias, e uma caminhada com plantação de novas árvores pela cidade (articulada com a política ambiental). Além de ciclofaixas com bicicletário, aulas de ciclismo e caminhadas orientadas, circuito municipal oficial de caminhada com cães, e rua de lazer com amostras de atividades físicas. Também nesse campo, atividades desportivas serão desenvolvidas nas praças, quadras e ginásios voltados para a comunidade de um modo geral, sendo inclusive mais uma possível fonte de identificação e recrutamento para o esporte-performance.

4) No nosso parque aquático faremos aula de natação para bebês e crianças além de fomentar a hidroginástica e hidroterapia para adultos e idosos, e ainda o projeto Aquamais, que visa fazer com que a maioria da população da cidade volte a nadar, utilizando também os clubes quase falidos e reativando-os para que não vá para as mãos da CSN novamente.

5) Os espaços públicos da nossa cidade serão ocupados com atividades de lazer, ligados a manifestações culturais das regiões e bairros, além do fomento à realização de atividades performáticas, como teatro, dança e exibição de filmes com temas de relevância para discussões e debates, em parceria com a Secretaria de Cultura.

SEGURANÇA CIDADÃ

A SEGURANÇA NA MUNICIPALIDADE

1) Há muito tempo que, em nome do já envelhecido discurso da “ordem”, o poder público municipal subordinou o debate sobre a garantia de direitos ao tema da segurança pública, ao mesmo tempo em que reduziu a política de segurança à questão policial e à matéria prisional. O objetivo é isentar a prefeitura de qualquer responsabilidade no que diz respeito às políticas de segurança pública.

2) Contudo, ao contrário do que se costuma ler e ouvir, segurança não é nem sinônimo de polícia, nem de prisão. Segurança pública é o resultado da articulação de diversas políticas sociais visando a defesa, garantia e promoção da liberdade. Uma cidade cheia de policiais e com guarda municipal armada não é uma cidade segura, muito menos livre. Uma cidade livre é a que se organiza em torno de uma cultura de direitos. É por isso que, no lugar de defender a imposição da ordem, acreditamos na promoção da liberdade para construirmos juntos uma sociedade mais segura. Neste sentido, entendemos que a prefeitura tem muito o que contribuir para a segurança dos cidadãos.

3) Entendemos que, acima de tudo, a segurança deve estar a serviço dos cidadãos, e portanto, estar inserida em um projeto de cidade. Se os seres humanos vivem em cidades, é porque é nelas que encontram as formas de proteção. E se os cidadãos elegem um/a governante, é porque espera dele/a a promoção de políticas públicas que justamente assegurem essa prevenção. Nesse sentido, entendemos que, acima de tudo, trata-se de uma **Segurança Cidadã**.

4) A proteção social nas cidades, portanto, deve ser sobretudo de pensar em estratégias de prevenção da violência. As desigualdades sociais que marcam a sociedade capitalista brasileira produzem violência de todas as espécies. A começar pela violência do acesso a bens e propriedades, por sermos uma sociedade em que a propriedade privada se coloca acima da vida. Isso vale para aqueles que exploram até a morte o trabalho do outro, e também para aqueles que colocam em risco à vida em nome da necessidade de aumentar seus lucros, chegando até aos atos de ameaças e violência física direta cometidos contra outros seres humanos em crimes contra a propriedade. Se queremos pensar a segurança como a possibilidade de proteção dos cidadãos, é preciso pensar em políticas que enfrentem as desigualdades sociais e previnam a violência.

5) Mas o papel do Poder Público é proteger seus cidadãos, e não produzir mais violências contra eles. O discurso armamentista, militarizado que assolou o Brasil nos últimos anos, que culminou com as eleições de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e Wilson Witzel para o governo do estado do Rio de Janeiro, na verdade em nada contribuem para diminuir a violência. Ao contrário: as forças de segurança, formadas em sua maioria por homens e mulheres provenientes das classes subalternas, em sua maioria negros, são convocados a fazerem uma guerra em que muitos deles são acometidos pela morte ou por situações que afetam sua saúde física e mental de forma bastante grave.

6) Entretanto, as guerras que são estimuladas pela política neofascista hoje em curso no país e em nosso estado afetam sobretudo aqueles segmentos que historicamente foram impedidos de acessar a riqueza econômica e social: a juventude pobre e preta que mora nas periferias. Em nome da chamada “guerra às drogas”, o índice de assassinatos de jovens pretos entre 15 e 29 anos é assustador no Brasil – mesmo que nas favelas e periferias não se produzam as drogas. E enquanto isso, helicópteros de políticos milionários continuam circulando impunemente, enquanto a população das periferias continua mais pobre, e morrendo assassinada, pelas mãos do Estado ou de organizações criminosas – como o tráfico ou as milícias.

7) O que vemos em nossa sociedade é uma constante criminalização dos pobres, sobretudo naqueles segmentos em que a dimensão racial se faz bastante presente. Crimes são cometidos por muitos, o tempo todo. Mas ao adentrar em uma unidade prisional, ou de aplicação de medida socioeducativa, encontraremos massivamente o mesmo perfil: jovens negros provenientes de bairros pobres e periferias das cidades. Seres humanos cumprindo penas, e que muitas das vezes não terão oportunidades de reconstruírem suas vidas pelo simples fato de já terem sido rotuladas. Se o Poder Público

corroborar com essas rotulações, ele se omite, e a omissão é fatal nesses casos: seja para a pessoa, ou para outra que possa ser vitimada por ela. Portanto, quando falamos em segurança, estamos falando em proteger a TODOS os cidadãos.

8) Mas para além da violência que assola as nossas cidades, em razão da atuação de organizações armadas, legais e ilegais, muitos segmentos da população são acometidos todos os dias por diversas outras formas de violência, que vão de humilhações e violência psicológica, chegando a assassinatos, passando pela agressão física. O Brasil ainda possui um alto índice de violência cometida contra mulheres no espaço doméstico, contra crianças e adolescentes, contra pessoas LGBT, contra idosos, contra pessoas com deficiência, contra pessoas com transtorno mental, contra pessoas em situação de rua. E o discurso conservador e neofascista hoje dominante em nosso país pelas ideias da Presidência da República, ao invés de pensar em ações de prevenir essas formas de violência, as estimula.

9) Um governante de fato comprometido com a segurança de seus cidadãos deve colocar toda a máquina pública a serviço de produzir informações sobre as situações de violência, empreendendo ações que reduzam a vulnerabilidade de determinados grupos mais frágeis da população de modo a enfrenta-la, e principalmente, a preveni-la. E nesse sentido, entendemos que essa é a grande contribuição que uma Prefeitura pode dar.

A SEGURANÇA EM VOLTA REDONDA

1) Volta Redonda possui hoje um consórcio entre a Guarda Municipal, as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e outros órgãos de segurança que afirma monitorar a cidade por via das câmeras de segurança. Mas a questão que se coloca é: qual é o objetivo de se ter câmeras de segurança na cidade? Entendemos que elas muito podem contribuir para o monitoramento das situações de violência – inclusive de violência no trânsito, uma vez que o número de mortes em acidente ainda é bastante alto, sobretudo em uma cidade que é cortada por 02 grandes rodovias federais. Mas, de acordo com as legislações em vigor, cada um desses órgãos possui uma atribuição específica no que diz respeito às ações de segurança pública. Se cada instância não tiver clareza de suas responsabilidades, e se isso não estiver registrado em protocolos claros, tende a ser mais uma ação em que se faz mal uso dos milhões gastos com equipamentos físicos e pessoal.

2) No que diz respeito à Guarda Municipal, existe uma lei municipal que prevê o armamento dos guardas. Em princípio, não acreditamos que o armamento das guardas municipais seja uma resposta adequada para a questão da segurança pública no país, sendo inclusive motivo de debate e de diversos imbróglis jurídicos. Mas, uma vez isso posto na legislação municipal, nossa tarefa é pensar em ações e políticas que reduzam cada vez mais a necessidade do uso dessas armas nas ações das guardas – o que interessa não somente à população da cidade, mas aos próprios guardas municipais. Um uso indiscriminado e inapropriado de armas gera acidentes por vezes fatais, para ambas

as partes. Como Poder Público, nossa tarefa é proteger os cidadãos, mas também aqueles trabalhadores que têm por objetivo zelar pela segurança de nossa cidade.

3) É preciso que a Prefeitura provenha todas as condições para que a atuação dos guardas municipais esteja de fato de acordo com suas atribuições, garantindo sua proteção e a dos cidadãos volta-redondenses. O debate do armamento não pode ser uma cortina de fumaça para esconder as péssimas condições que esses trabalhadores possuem: baixos salários; capacitação insuficiente; e falta de infraestrutura mínima (por vezes, falta até banheiro nas guaritas). É preciso capacitar e, sobretudo, valorizar esses trabalhadores como servidores públicos que são.

4) Sem dados não se constrói ações de prevenção. A Guarda Municipal pode ser uma potente fonte de dados sobre as situações de violência que existem em Volta Redonda. Um município só pode pensar em políticas públicas de segurança se esses dados chegarem ao conhecimento do poder público e se tornarem informações sistematizadas. A falta de informação gera gasto público desnecessário, que não revertem aos cidadãos contribuintes ações que de fato possam garantir sua proteção. Uma Prefeitura necessita de um órgão de Inteligência que colete dados dos serviços públicos, da Guarda Municipal e dos próprios cidadãos, para então se antecipar ao aumento das situações de violência que possam estar ocorrendo ou que possuem potencial de acontecer.

5) Assim, a participação popular também é fundamental para se pensar em situações de prevenção da violência e garantir segurança. Os cidadãos volta-redondenses precisam ter canais seguros dentro da Prefeitura para relatarem o que está acontecendo em seu cotidiano, em seu bairro, para que ações possam ser pensadas preventivamente. Observemos que são ações simples, que geralmente requerem menos gastos públicos e, ainda assim, geram maiores resultados do que saídas espetaculares com milhares de parafernalias (que, a história nos prova, raramente fizeram reduzir os índices de violência).

6) E isso requer, acima de tudo, vontade política. É necessário pensar em ações articuladas e integradas entre os órgãos que atuam na nossa cidade. Respeitadas as devidas competências, a Prefeitura deve estar em diálogo constante com as delegacias da Polícia Civil, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Militar. Cabe à municipalidade construir canais de diálogo que de fato visem à proteção dos cidadãos. Não apenas para estabelecer diálogos, mas também ações articuladas entre essas agências, lembrando sempre que o foco municipal é o da prevenção, redução de riscos, para isso é preciso identificar as situações de vulnerabilidade, antecipando-se aos casos. Órgãos de segurança e comunidade precisam estar alinhados, se realmente queremos uma política de segurança cidadã, que proteja nossos cidadãos, e não continuar reproduzindo, por ação ou por omissão, as formas de violência que nos acometem em nosso dia a dia, especialmente aqueles que os dados comprovam que se encontram em situação mais vulnerável.

7) Volta Redonda tem todas as condições para ser uma cidade em que oportunidades sejam ofertadas a sua população, sobretudo às mais pobres e historicamente alijadas de seus direitos fundamentais. Uma cidade que não respire pó, mas respire esporte, lazer, cultura, possibilidades de trabalho e acesso a serviços de qualidade é uma cidade mais segura. Uma cidade em movimento, onde os jovens tenham possibilidades de se expressar democraticamente, de participar politicamente, de usar o espaço urbano para realizar uma verdadeira transformação social. Uma cidade menos desigual é uma cidade mais segura.

8) Para transformar esse cenário é preciso ter a coragem de promover uma mudança de olhar. Queremos ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, promover uma ação educativa da Guarda Municipal junto da população, e estimular o uso dos espaços públicos realizando reformas para garantir a ampliação da iluminação, e o aprimoramento da acessibilidade das vias urbanas. Uma cidade ocupada de todas as formas possíveis por seus habitantes, que esteja em constante movimento, que garanta os direitos a seus cidadãos, é uma cidade mais segura para todos e todas.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Implementar um novo modelo municipal de segurança pública e defesa social, com o foco na proteção da vida, na promoção da cidadania, na solidariedade e amizade cívica, na garantia de direitos e na defesa das liberdades, no respeito à pessoa humana; na defesa e na radicalização da democracia. Isto é, em nossa concepção, uma política de segurança cidadã. Sobretudo com objetivo de prevenir os homicídios de jovens negros, mulheres em situação de violência doméstica, crimes de ódio contra LGBTs, e população em situação de rua.

2) Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros, através da criação do Conselho Municipal de Segurança Cidadã (CMSC), que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades. Dessa maneira, a atual Secretaria Extraordinária de Segurança Pública seria remodelada como Secretaria Extraordinária de Segurança Cidadã (SESC), atuando sempre em conjunto com o CMSC.

3) Elaborar, em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança Cidadã, um Plano Municipal de Segurança e Defesa Social (nos termos da Lei Federal nº 13.675/18), que deverá contemplar a delimitação de prioridades e a tomada de decisões sobre alternativas, além de estabelecer metas de impacto a curto, médio e longo prazos.

4) Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre conflitos urbanos e situações de violência, com a organização, integração e sistematização dos bancos de dados da Prefeitura, por meio de um serviço de Inteligência no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança Cidadã.

- 5) Criar um observatório (ou plataforma/mecanismo) para a coleta, produção e sistematização de dados sobre segurança pública, violência e vitimização, para identificar vulnerabilidades que afetem a segurança pública.
- 6) Criar um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações com o Governo do Estado e a União, inclusive com o sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).
- 7) Cooperação entre a Guarda Municipal e as demais agências de segurança pública de modo a racionalizar o emprego dos recursos materiais e humanos no esforço de contribuir para controlar a violência e o crime, estabelecendo protocolos de conduta dos agentes junto à população e de utilização dos recursos.
- 8) Orientar a Guarda Municipal para o fortalecimento das ações de mediação de conflito e resolução de problemas, incluindo o encaminhamento das demandas da população para os diversos serviços públicos responsáveis pela satisfação dessas demandas.
- 9) Priorizar o emprego da Guarda Municipal em áreas de maior incidência de crimes de rua, de depredação do patrimônio histórico e cultural e meio ambiente. Além disso, as ações da Guarda Municipal obedecerão a uma agenda que priorizará: o ambiente escolar; violência de gênero e doméstica; violência contra a população LGBT; violência contra a população de rua; conflitos de convivência, incluindo perturbação do sossego.
- 10) Elaborar um plano, junto com as associações de moradores, para estimular o uso dos espaços públicos realizando reformas nas ruas, calçadas, praças e parques para garantir a ampliação da iluminação pública e o aprimoramento da acessibilidade, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos.
- 11) Criar uma política de capacitação continuada para Segurança Pública, no âmbito do município, em parceria com universidades públicas e órgãos que atuam na área (incluindo Polícia Federal, Ministério Público, etc). Tal política seria voltada para guardas municipais e outros trabalhadores do município que atuam em situações de violência, e parcerias com os demais órgãos de segurança de outras esferas que atuam no município, de modo a fornecer formação e capacitação continuada aos profissionais, fundamentada na promoção da democracia e na defesa dos direitos, assim como aprimorar constantemente sua atuação diante de novas realidades e novos recursos disponíveis.
- 12) Estender a formação em segurança e defesa social para ações de vigilância na iniciativa privada, de modo a qualificar outros trabalhadores que trabalhem com segurança e vigilância em empresas e estabelecimentos comerciais no espaço da cidade.
- 13) Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal.

14) Estabelecer metas para criar, em conjunto com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, políticas de prevenção a práticas penais, assim como ações que reduzam o processo crescente de criminalização dos pobres.

15) Criar programas que gerem oportunidades que permitam a pessoas envolvidas em atividades ilícitas uma nova alternativa de vida, garantindo serviços de assistência social e psicológica para as famílias, bem como cursos profissionalizantes, acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, além de programas de emprego e renda para os participantes que viabilizem efetivamente novas oportunidades no mercado de trabalho.

16) Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias (programas de emprego e renda, saúde, etc).

17) Potencializar o serviço de Inteligência, ligado à Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, articulado com demais órgãos públicos, com vistas a coletar dados e produzir informações sobre violência na cidade e assim, fomentar ações preventivas e de enfrentamento.

18) Instituir o transporte público 24 horas na cidade, com treinamento de motoristas para lidar com situações de violência, possibilitando mecanismos que garantam sua segurança como trabalhadores do município.

19) Criar campanhas e debates sobre segurança pública e garantia de direitos, de modo a possibilitar à população uma reflexão crítica sobre as reais causas da violência e desmistificando as soluções fáceis e ineficazes hoje dominantes no país, como o armamentismo e a guerra contra os pobres, pretos e periféricos.

DIREITOS DOS ANIMAIS

1) A Unesco, em 1978, proclamou a Declaração Universal dos Direitos Animais. No Brasil, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 condena a crueldade contra animal. Já em 1998, a Lei de Crimes Ambientais passou a criminalizar abusos, maus-tratos, ferimentos e mutilações contra os animais não importando a sua espécie.

2) Desde os tempos Greco-Romanos, antes de Cristo, já se reconheciam a capacidade dos animais de sentir dor e sofrer, de se comunicar, raciocinar e a inteligência dos animais, capacidades estas que, hoje, já não mais levantam dúvidas. Às vezes nos espantamos com notícias como a de animais salvando vidas, ou que os golfinhos possuem dialetos, com experimentos com macacos com memorização equivalentes à crianças e por aí vai.

3) Ao mesmo tempo continuamos nos deparando com exemplos de crueldade humana, essa que se já está colocada em nossa sociedade para outros seres humanos, imaginem para os animais. Não faltam exemplos de abandonos, desde os mais "comuns" como gatos e cachorros jogados nas ruas e estradas, até os maiores como o criadouro de jacarés abandonado em 2017, com mais de 2mil animais amontoados em nossa cidade vizinha, Barra Mansa. Da super exploração de animais de tração, mesmo com a vida moderna e automóveis com capacidade muito superior, a falta de acesso que nossa sociedade capitalista impõe, faz com que os animais sejam um recurso ainda muito utilizado, principalmente em áreas rurais. Os experimentos científicos cruéis para cosméticos e medicamentos, que também poderiam ser evitados não fosse a diferença de "custo", e aqui destacamos, que para nós a vida deve estar acima do lucro, o que determina o custo maior ou menor deveria ser o sofrimento, não o papel moeda.

4) Cabe frisar que o surgimento do ser humano, gênero *Homo*, que não evoluiu do macaco, mas sim de um ancestral em comum à ele (*Australopithecus*), surgiu há 2,5 milhões de anos! Nossa espécie *Homo Sapiens* (que vem de sábia, será mesmo?) há 200mil, foram várias espécies de seres humanos que conviveram em harmonia com o restante dos animais, e há 13mil anos nos tornamos a única espécie de homens viventes na Terra, criando uma degradação ambiental e extinção não natural de várias espécies. Porque nós nos sentimos tão superiores? Seguimos com um sistema falido, que mantém privilégios, abundância e desperdício para poucos às custas de depredar, assassinar, torturar e explorar muitos.

5) Ao se enxergar com essa superioridade nós colocamos os animais como coisas, e assim está no ordenamento jurídico brasileiro, isto quer dizer que estão como propriedade dos humanos e que estes podem usar, gozar e dispor, inclusive doá-los e vendê-los.

6) Há avanços legislativos, mesmo que tímidos, quando se proíbem eventos de culto à tortura como a Rinha de Galo, Farra do Boi (em Santa Catarina), rodeios... Mas é preciso pensar avanços mais significativos, o respeito à vida deve ser amplo, na declaração universal dos direitos dos animais da UNESCO de 1978 está "Considerando que o respeito dos homens pelos animais está ligado ao respeito dos homens pelo seu semelhante".

7) Existem duas linhas de defesa aos direitos dos animais, uma que prega o bem estar, melhorando as condições de viver e outra, mais radical, abolicionista, que prega um caminho até que animais não mais sejam prisioneiros de seres humanos, de nenhuma forma.

8) Não estamos aqui para fazer defesa dessa ou daquela linha de pesquisa, mas pregamos que o bem estar deva ser o mínimo a ser ofertado aos seres viventes. Sendo assim, nos perguntamos sobre a existência de um Zoológico Municipal em nossa cidade. O que pode ser feito com o zoológico? É sabido, que é um lugar de pesquisa, reintegração de animais da fauna que se machucam, animais apreendidos, que ficam perdidos na

cidade por conta de desmatamento. Podendo até se tornar referência de reabilitação de animais na região. Cada vez mais a fauna se aproxima de nossa vida em cidade, vemos tucanos morando muito perto, sendo domesticados e alimentados, cobras, capivaras, saguis, jaguatirica, cada vez mais animais com contato com os humanos, de maneira equivocada, e estes muitas vezes precisam ser atendidos, o Zoológico pode ser esse espaço.

9) Na cidade do Rio de Janeiro, em 2018, o Zoológico Municipal se tornou Bioparque, aumentando o bem estar dos animais ali, por exemplo, o espaço destinado ao elefante foi aumentado em 10 vezes. Além disso, estão previstos exames regulares das espécies ameaçadas de extinção e trabalhadas para se reproduzirem em cativeiro, como o caso do guará, que será reintroduzida à Baía de Guanabara, onde não é vista há 100 anos. O investimento foi alto, 80 milhões de reais. Mas podemos construir alternativas com especialistas da área, e ter como meta o bem estar possível dos animais aqui colocados para nosso entretenimento. Se juntar com FUNASA, secretaria de meio-ambiente, e outros órgãos possíveis, podemos conseguir aumentar a verba para a causa animal em nossa cidade.

10) Temos como ponto central o controle populacional de animais. É comum, triste e perigoso para nossa saúde o abandono de animais pelas ruas, que procriam indiscriminadamente. Existe em nossa cidade um Centro de Zoonose que efetua castrações gratuitas, mas a fila é grande e a espera é longa, em torno de 1 ano para o animal ser atendido, nesse tempo o gato ou cachorro conseguem ter até duas ninhadas, e em cada uma delas gerar até 10 animais. Isso torna o serviço um "enxugar de gelo". Os animais atendidos possuem um lar e uma vez por semana a castração é voltada à animais de rua, em uma parceria com ONGs da cidade.

11) Primeiramente precisamos de um levantamento de quantos animais estão necessitando, podendo ser feito através dos agentes de dengue e saúde às localidades, adicionando aos seus formulários dados desse tipo.

12) Precisamos pensar em como levar a castração até os animais também, além de pensar um transporte deles para o centro de Zoonose, é possível, que uma clínica itinerante ronde os bairros da cidade diariamente oferecendo o procedimento.

13) Animais castrados precisam de acompanhamento pós cirúrgico e medicação, a prefeitura deve conseguir oferecer àqueles que não possuem condições, medicamentos gratuitos. Além de amparar os protetores que podem fazer esse auxílio, esses muitos voluntários que conhecemos, que se dedicam à causa animal, que tem papel fundamental na fiscalização, mas com certa omissão do poder público, acabam assumindo um papel maior do que deveriam, tendo que recolher e cuidar, muitas vezes se endividando e precisando recorrer à recursos como vaquinhas.

14) É preciso fazer um monitoramento desses animais atendidos, pode ser uma espécie "tatuagem", algumas cidades já tem esse procedimento, na barriga, em um lugar específico (lado esquerdo, por exemplo), se desenha um número de cadastro desses animais que posteriormente, com mais verba, poderão vir a receber um chipe.

15) Importante também a criação de abrigos municipais (existe uma superlotação de animais em abrigos de ONGs) que recolham animais de rua e sirvam de lares temporários até que esses possam ser adotados. Mesmo que entendamos que abrigos, por melhores que sejam, não conseguem suprir o bem estar desses animais, que precisam mais que apenas comida e tratamento, de atenção e carinho.

16) Para isso é importante campanhas permanentes que incentivem a adoção responsável, mostrando à população como o amor de um animal faz bem à saúde mental e ajuda até mesmo a minimizar as dores de doenças como depressão.

17) É possível também pensar em projetos junto à asilos para que animais façam companhia aos idosos, que muitas vezes estão abandonados pelos familiares.

18) Tudo isso, sabemos, exige um tempo de implementação, mas se não começar, não anda.

“Quando o homem aprender a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisará ensiná-lo a amar seu semelhante”. SCHWWEITZER. Albert. Nobel da Paz – 1952.

PROPOSTAS DO PSOL-VR

1) Aumentar os investimentos públicos para a realização da castração de animais domésticos, reduzindo a fila e o tempo de espera.

2) Criação de protocolo para que agentes de dengue e de saúde denunciem maus tratos aos animais vistos em suas visitas.

3) Criação de protocolo para que agentes de dengue e de saúde possam fazer um mapeamento de animais que necessitam de castração e que a família responsável não possui condições.

4) Criação de abrigos municipais que abarquem esses animais vítimas de maus tratos e outros de rua.

5) Educação nas escolas, com palestras, atividades lúdicas e promovendo visitação aos abrigos, para gerar consciência e empatia para com os animais.

6) Incentivo e amparo aos protetores dos animais, criando um canal de diálogo aberto à essas pessoas com a prefeitura.

- 7) Incentivo à adoção responsável, com propagandas permanentes.
- 8) Monitoramento dos animais através de tatuagem com identificação, posteriormente podendo se tornar chipes de identificação.
- 9) Pensar junto à comunidade formas de acabar com criadores.
- 10) Pensar junto às entidades e profissionais a possibilidade de asilo com animais resgatados.
- 11) Pensar junto às entidades e profissionais formas de aumentar o bem estar dos animais no Zoológico.
- 12) Criação de um Centro de Saúde Veterinário Municipal.
- 13) Criar um canal de diálogo entre os profissionais veterinários e a administração pública.